



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

**DE NOTAS À IMPRENSA A *PRESS RELEASES*: UMA
PROPOSTA DE GLOSSÁRIO DIPLOMÁTICO PORTUGUÊS-
INGLÊS A PARTIR DE ESTUDO DIRECIONADO POR
*CORPORA***

VALÉRIA PEDROSO RICCI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Brasília, DF

JUNHO/2017

VALÉRIA PEDROSO RICCI

**DE NOTAS À IMPRENSA A *PRESS RELEASES*: UMA PROPOSTA DE
GLOSSÁRIO DIPLOMÁTICO PORTUGUÊS-INGLÊS A PARTIR DE ES-
TUDO DIRECIONADO POR *CORPORA***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (Postrad), da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução.

Orientadora: Sabine Gorovitz

**Brasília
2017**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

RICCI, Valéria Pedroso. **De notas à imprensa a *press releases*: uma proposta de glossário diplomático português-inglês a partir de estudo direcionado por *corpora***. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2017, 122 f. Dissertação de mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Ricci, Valéria Pedroso

De notas à imprensa a *press releases*: uma proposta de glossário diplomático português-inglês a partir de estudo direcionado por *corpora*/ Valéria Pedroso Ricci – Brasília, 2017.

122 f.

Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POSTRAD) do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) da Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Sabine Gorovitz.

1. linguagem diplomática 2. terminologia 3. glossário bilíngue 4. estudos da tradução. I. Universidade de Brasília. II. Título.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD**

**DE NOTAS À IMPRENSA A *PRESS RELEASES*: UMA PROPOSTA DE
GLOSSÁRIO DIPLOMÁTICO PORTUGUÊS-INGLÊS A PARTIR DE ES-
TUDO DIRECIONADO POR *CORPORA***

VALÉRIA PEDROSO RICCI

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
DA TRADUÇÃO, COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO.**

APROVADA POR:

**SABINE GOROVITZ, Professora Doutora (Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução/Universidade de Brasília)
(ORIENTADORA)**

**FLÁVIA CRISTINA CRUZ LAMBERTI ARRAES, Professora Doutora (Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução/Universidade de Brasília)
(EXAMINADORA INTERNA)**

**PATRÍCIA VIEIRA NUNES GOMES, Professora Doutora (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP)
(EXAMINADORA EXTERNA)**

**RENÉ GOTTLIEB STREHLER, Professor Doutor (Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução/Universidade de Brasília)
(SUPLENTE)**

BRASÍLIA/DF, 30 de junho de 2017

Dedico este trabalho aos meus pais, Richard e Lia.

AGRADECIMENTOS

À Professora Sabine Gorovitz, pela orientação ao longo desta pesquisa de Mestrado, pelos ensinamentos e contribuições e, principalmente, por ter insistido, desde o início, para que eu confiasse neste tema e não desistisse desta pesquisa.

À Professora Flávia Lamberti, pelos ensinamentos sobre Terminologia e Linguística de *Corpus* e pelas contribuições ao longo desta pesquisa.

Ao Professor René Strehler, pelos ensinamentos sobre Lexicologia e pelas contribuições para esta pesquisa.

À Professora Patrícia Vieira Nunes Gomes, pela participação na banca de defesa desta dissertação.

A todos os colegas e profissionais do Ministério das Relações Exteriores que contribuíram direta ou indiretamente para esta pesquisa. Meu agradecimento especial à equipe da Assessoria de Imprensa do Ministério, pelas contribuições e ensinamentos técnicos, cruciais para minha compreensão do tema desta pesquisa, e pelo apoio, sem o qual eu não poderia sequer ter iniciado este Mestrado.

À família e aos amigos, pelo apoio, paciência e torcida.

A todos os professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – Postrad, pelos ensinamentos e contribuições.

A Paulo Leitão e Fernanda Faulstich, pelas contribuições técnicas.

A Miguel Filho Ferreira de Oliveira, pelas contribuições e, principalmente, por ter me ensinado a ‘domar’ o *AntConc*.

A todos os demais colegas e amigos que, embora não estejam aqui citados, ajudaram na consecução desta pesquisa.

“Terms, like words in the general language lexicon, are distinctive and meaningful signs which occur in special language discourse. Like words, they have a systematic side (formal, semantic, and functional) since they are units of an established code; they also have a pragmatic side, because they are units used in specialized communication to refer to objects of the real world. Terms do not seem to be very different from words when we consider them from the formal or semantic point of view; they differ from words when we consider them as pragmatic and communciative units.” (Cabré, 1999)

RESUMO

Esta pesquisa terminológica direcionada por *corpus* objetiva analisar as especificidades da linguagem presente em um *corpus* composto de ‘notas à imprensa’ produzidas pelo Ministério das Relações Exteriores e, como resultado dessa análise, elaborar um glossário bilíngue português-inglês com termos representativos desse discurso. Nesse sentido, adota-se uma metodologia para elaboração de glossário bilíngue com base em uma abordagem contrastiva, quantitativa e qualitativa de *corpora* comparáveis e em pressupostos teórico-metodológicos da área de Terminologia e Linguística de *Corpus*. A elaboração de um glossário bilíngue, em parte representativo da linguagem diplomática, como produto final deste trabalho, percorre alguns desafios, como a delimitação do próprio *corpus*, a descrição do objeto de estudo e a identificação dos termos característicos dessa linguagem, uma vez que ela abrange outros campos do saber. O estudo, por fim, aponta para uma linguagem veiculadora de terminologia específica da atividade diplomática e também de outros campos de conhecimento associados, como economia, comércio, direito e política. As especificidades da linguagem objeto deste estudo se revelam desafiantes ao tradutor, que poderá vir a desempenhar funções de especialista e terminólogo para a consecução de uma tradução precisa.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Linguística de *corpus*. Estudos da Tradução. Glossário bilíngue. Linguagem diplomática.

ABSTRACT

This corpus-driven terminological study aims to analyse the characteristics of the language conveyed by a *corpus* consisting of media notes produced by the Ministry of Foreign Affairs and, as a result of this analysis, compile a Portuguese-English glossary of representative terms of that discourse. In this sense, the methodology adopted to build this glossary is based on a contrastive, quantitative and qualitative approach to comparable *corpora*, as well as on theoretical and methodological postulates of Terminology and *Corpus* Linguistics. The compilation of a bilingual glossary that is partly representative of the diplomatic language, as the final product of this research, has gone through some challenges including the compilation of the *corpus* itself, description of the object of study and identification of the representative terms of that language, since it covers other fields of knowledge. Finally, this study points to a language that conveys a terminology that is specific to the diplomatic activity and also to other fields, such as economy, commerce, law and politics. The characteristics of the language object of this study prove challenging to the translator, who may undertake the tasks of both a specialist and that of a terminologist in order to achieve an accurate translation.

KEY WORDS: Terminology. *Corpus* linguistics. Translation studies. Bilingual glossary. Diplomatic language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1.1 Tradução e Estudos da Tradução	16
1.1.1 Equivalência e tradução.....	18
1.2 Terminologia	20
1.2.1 Perspectivas teóricas da Terminologia – histórico	21
1.2.2 Terminologia e Tradução	24
1.2.3 Unidade terminológica	25
1.2.4 Repertórios terminológicos	28
1.2.5 Equivalência e terminologia	28
1.3 Linguística de <i>Corpus</i>	30
1.3.1 <i>Corpus</i>	31
1.3.2 Equivalência e Linguística de <i>Corpus</i>	33
1.4 Contextualização da área de especialidade	34
1.5 Linguagem diplomática	35
1.5.1 Notas à imprensa	38
1.5.2 Sistema conceitual da diplomacia	40
2 METODOLOGIA	44
2.1 Descrição dos <i>corpora</i> da pesquisa	46
2.2 Tecnologia para análise de <i>corpus</i> – Programa <i>AntConc</i>	48
2.2.1 <i>Word List</i> (gerador de lista de palavras).....	48
2.2.2 <i>Concordance</i> (concordanciador)	49
2.2.3 <i>Clusters/N-grams</i> (gerador de N-gramas)	50
2.3 Compilação dos <i>corpora</i>	51
2.4 Extração de candidatos a termos em português	54
2.4.1 Delimitação dos termos	59
2.4.2 Termos para o glossário bilíngue.....	67
2.5 Extração dos equivalentes em inglês	69
2.6 Validação dos equivalentes em inglês	71
2.6.1 Validação de termos em inglês não identificados no <i>Corpus 3</i>	74
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E ELABORAÇÃO DE GLOSSÁRIO	78
3.1 Ficha terminológica	102

3.2 Glossário bilíngue.....	109
CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

A proposta de elaboração de um glossário diplomático bilíngue é resultado de meus interesses pessoais e profissionais como tradutora do Ministério das Relações Exteriores (MRE), órgão público federal responsável pela política externa brasileira e condução das relações diplomáticas do país. Ao lidar diariamente com textos de conteúdo e vocabulário variados, incluindo temas como economia, direito, tecnologia, entre outros, desenvolvi interesse em me aprofundar sobre o tema ‘diplomacia’ e, ao mesmo tempo, buscar identificar uma terminologia específica nos textos traduzidos. A demanda diária por traduções do conteúdo disponibilizado em português no portal do Ministério das Relações Exteriores¹ aliada ao prazo de conclusão, muitas vezes exíguo, devido à necessidade imediata de veiculação de informações, bem como a escassez de material terminológico sobre este tema, justificam a elaboração de um instrumento terminológico confiável, com base em estudos de Terminologia e Linguística de *Corpus*, que sirva de referência terminológica aos tradutores daquela instituição, em particular, e a demais tradutores que necessitem consultar um repertório terminológico referente a essa atividade.

Nesse sentido, a Terminologia e a Linguística de *Corpus* serão as abordagens teórico-metodológicas que nortearão este estudo, cada uma com suas especificidades, porém se complementando em diversos aspectos. A primeira, de cunho teórico e aplicado, embasará o estudo sobre o reconhecimento, a estruturação e o funcionamento do termo, considerado palavra de especialidade. A Linguística de *Corpus*, por sua vez, de trajetória mais contemporânea que a Terminologia e apoiada em programas computacionais, tem grande valia para o tradutor, uma vez que o permite observar, tanto na língua de partida quanto na língua de chegada, exemplos autênticos de formas recorrentes em uso natural, auxiliando, assim, na busca pelos equivalentes almejados, por meio de comparação de contextos similares em *corpora* comparáveis, por exemplo.

Para este estudo direcionado por *corpus*, em que os termos empregados na linguagem comunicativa especializada provêm do próprio *corpus* textual, utilizaremos duas fontes *online* para a extração de textos relacionados à diplomacia, quais sejam, as páginas na Internet do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do *U.S. Department of State*² (Departamento de Estado dos Estados Unidos), instituições responsáveis pela condução das relações internacionais daqueles países, respectivamente. Os textos que compõem os *corpora* em português e

¹ Disponível em: <<https://www.itamaraty.gov.br>>.

² Disponível em: <<https://www.state.gov/>>.

em inglês compreendem as chamadas ‘notas à imprensa’ (em inglês, *press releases*³), publicadas diariamente no portal de ambas as instituições. No Brasil, a nota à imprensa é o meio de divulgação tradicionalmente adotado por instituições e organizações, a exemplo dos ministérios, Câmara dos Deputados, Presidência da República, entre outros.

No âmbito do Ministério, a publicidade rápida e constante de informações em sua página na Internet e nas mídias digitais requer a veiculação quase instantânea dessas informações em outras línguas. Isso impõe ao tradutor daquele órgão alguns desafios cotidianos, como o prazo exíguo para finalizar as traduções, necessidade de conhecimento prévio dos diferentes temas e vocabulários empregados nos textos e disponibilidade de ferramentas referenciais precisas e confiáveis que resolvam prontamente as dúvidas tradutórias.

A elaboração de um glossário bilíngue, não exaustivo, e em parte representativo da diplomacia, como produto final deste trabalho, irá percorrer alguns desafios, como a delimitação do *corpus*, a descrição do objeto de estudo, a identificação dos respectivos termos característicos dessa atividade e a dificuldade de se identificar o público-alvo das notas à imprensa, em virtude de seu caráter heterogêneo. A esse respeito, esclarecemos que os textos (notas à imprensa) escolhidos para compor o *corpus* deste trabalho representam um exemplar da linguagem empregada no âmbito diplomático, tendo em vista os diferentes tipos de discurso e graus de especialidade que permeiam essa atividade, a exemplo da linguagem de cunho administrativo interno e das comunicações oficiais. Daí o caráter não exaustivo de nosso repertório terminológico.

A experiência profissional com os textos que compõem o *corpus* objeto de estudo desta pesquisa permite identificar a grande presença de termos de outras áreas de conhecimento, como economia e direito. O caráter multidisciplinar dos conceitos da diplomacia reflete as relações entre países e seus respectivos governos no sistema internacional, sejam elas bilaterais (entre duas nações) ou multilaterais (entre diversos países). Tais relações envolvem, por exemplo, temas consulares, questões econômicas (intercâmbio comercial, acordos aduaneiros e tarifários, disputas comerciais) bem como cooperação em diversas áreas (fronteiriça, cultural, econômica, jurídica). Em vista disso, levantamos as seguintes hipóteses de pesquisa, quais sejam: a) os textos que compõem os *corpora* desta pesquisa veiculam uma terminologia multidisciplinar, própria da diplomacia; b) os textos escolhidos para os *corpora* de estudo veiculam

³ Na página do Departamento de Estado e na versão em inglês do portal do Ministério das Relações Exteriores, as notas à imprensa são agrupadas sob a denominação *press releases*. Em ambos os casos, essas notas podem compreender notas informativas à imprensa propriamente ditas, declarações e comunicados, por exemplo. Enquanto as notas em inglês do Ministério brasileiro recebem a identificação *press release* no cabeçalho, as notas à imprensa do Departamento de Estado contêm a especificação *media note*, *press statement*, *notice to the press* ou *fact sheet*, conforme o caso.

uma terminologia específica da diplomacia, bem como terminologias de outros campos de conhecimento; e c) os textos presentes nos *corpora* desta pesquisa veiculam uma terminologia própria a uma subcategoria dentro da diplomacia.

Partindo de tais hipóteses, buscaremos responder à seguinte problemática: nesse tipo específico de *corpus* produzido pelo Ministério das Relações Exteriores, quais são as especificidades dessa linguagem e quais os desafios para o tradutor?

Este estudo tem por objetivo geral analisar as especificidades da linguagem presente nos *corpora* desta pesquisa e, a partir dessa análise, elaborar um glossário bilíngue português-inglês, não exaustivo, contendo os termos identificados em português e respectivos equivalentes em inglês.

A metodologia empregada neste estudo conduzirá à elaboração de um glossário bilíngue português-inglês, não exaustivo, que sirva de ferramenta de auxílio à atividade tradutória no Ministério das Relações Exteriores, em particular, e também a outros tradutores nesse tema, em geral. Com esse fim, esta pesquisa almejará os seguintes objetivos específicos:

- a) compilar os *corpora* linguísticos em português e em inglês, representativos do objeto de estudo, a partir de textos veiculados nas páginas da Internet do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Departamento de Estado dos Estados Unidos;
- b) identificar candidatos a termos em português, por meio de extração e análise de dados do *corpus* contendo os textos retirados do portal do Ministério das Relações Exteriores na Internet (*Corpus 1*);
- c) identificar equivalentes tradutórios em inglês aos candidatos em português extraídos do *Corpus 1*, por meio da comparação desse *corpus* com um *corpus* paralelo contendo as respectivas traduções para o inglês (*Corpus 2*);
- d) validar os equivalentes em inglês com base em *corpus* comparável contendo textos produzidos originalmente em inglês pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (*Corpus 3*).

Quanto à estruturação, este trabalho está organizado em três capítulos.

O capítulo 1 apresentará a fundamentação teórica desta pesquisa, abordando estudos e conceitos das áreas da Tradução, Terminologia e Linguística de *Corpus*, bem como a contextualização da atividade diplomática e uma breve caracterização da linguagem que se pretende estudar. A primeira parte desse capítulo abordará os Estudos da Tradução e a questão da equivalência na tradução. A segunda parte apresentará um histórico das principais teorias da Terminologia, inclusive as que embasaram este estudo, a relação entre Terminologia e Tradução,

conceitos importantes da disciplina, como unidade terminológica, tipos de repertório terminológico, mapa conceitual, e, por fim, tratará da equivalência sob o ponto de vista terminológico. A terceira parte discorrerá sobre a Linguística de *Corpus*, incluindo seu objeto de estudo, e destacará a importância do uso de *corpus* em terminologia e em tradução, além de tratar da equivalência. A quarta parte desse capítulo traçará uma breve contextualização da área de estudo. Por fim, introduziremos a linguagem diplomática e o tipo textual objeto deste estudo – as notas à imprensa.

O capítulo 2 será destinado à descrição da metodologia empregada para se chegar ao produto final desta pesquisa, ou seja, à confecção do glossário bilíngue. Esse capítulo incluirá detalhamento dos *corpora* de estudo, introdução à tecnologia empregada na compilação de *corpora*, descrição dos métodos e critérios de coleta de dados e da extração e validação de candidatos a termos.

Por fim, no capítulo 3, analisaremos os resultados observados ao longo da pesquisa e apresentaremos as fichas terminológicas e o glossário bilíngue, como conclusão dessa análise.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Tradução e Estudos da Tradução

A atividade tradutória data de tempos prévios à versão da Bíblia ao latim por São Jerônimo, no século IV. Campos (1987, p. 16-21) narra sobre os primórdios do ofício de traduzir por meio de exemplos, tais como diferentes versões de hieróglifos egípcios encontrados na Pedra de Rosetta, do século II a.C., as organizações de escribas babilônios e assírios especializadas em escritas em diversas línguas e relatos da existência do cargo público de intérprete-chefe no antigo Império Egípcio. Também no Egito antigo, o Antigo Testamento foi traduzido do hebraico para o grego por 72 sábios, resultando na famosa Versão dos Setenta (*Septuaginta*). Cícero e Horácio, expoentes da tradução literária na Roma antiga, abriram caminho para considerações a respeito da tradução literal e da tradução livre, ao adotarem, em suas traduções, o princípio *non verbum de verbo, sed sensum exprimere de sensu* ('não expressar palavra por palavra, mas sentido por sentido').

Diversas são as associações feitas com a palavra tradução: transposição, língua de partida, língua de chegada, Torre de Babel, *traduttore, traditore* ('tradutor, traidor'). Diversas também são as definições conferidas ao ofício de traduzir: "verter de uma língua para outra"⁴ "trasladar de uma língua para outra; verter"⁵. Segundo Catford (1969 apud CAMPOS, 1987, p. 11), a tradução é a "substituição de material textual de uma língua na atual cultura por material textual equivalente em outra". Para Nida (1969 apud GENTZLER, 2009, p. 82), a tradução "deveria produzir uma resposta na leitura, na atual cultura, 'essencialmente igual' à resposta dos receptores 'originais'". Jakobson (1959 apud OUSTINOFF, 2011) categorizou a tradução em intralingual, interlingual e intersemiótica, evidenciando, assim, o caráter linguístico fundamental dessa atividade.

Diante de todas essas acepções, observa-se que não há uma definição unificada para a palavra tradução, mas diferentes visões e teorias a respeito. Supomos que essas divergências decorram de dois fatores: a) o caráter polissêmico da palavra, que pode denotar atividade, processo, produto ou disciplina, e b) algumas problemáticas que permeiam o tema, tais como a equivalência e a categorização da tradução como ciência autônoma.

⁴DICIONÁRIO MELHORAMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

⁵FERREIRA, A.B.H. *Novo Dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

Para esta fundamentação teórica, não escolhemos tratar de uma ‘teoria da tradução’, pois não visualizamos a existência de uma teoria única e consolidada que nos ajude a compreender a atividade tradutória. Em vez disso, optamos por tratar dos Estudos da Tradução, um campo de estudo multidisciplinar que, ao contrário do enfoque dado a outras teorias tradutórias, não pretende categorizar a tradução como ‘literária’ ou ‘não literária’.

Conforme relata Gentzler (2009, p.109), os Estudos da Tradução surgiram na Holanda, no final da década de 1970 e se consolidaram na década de 1980, tendo em André Levefere o expoente dessa nova maneira de pensar a tradução, “com uma decisão de suspender temporariamente as tentativas de definir uma teoria da tradução, procurando, em primeiro lugar, aprender mais a respeito dos procedimentos de tradução” (GENTZLER, 2009, p. 109). Bassnett (2002) explica que o interesse pelos estudos da tradução se expandiu nos anos 1990, em grande parte devido à revolução digital e à globalização e suas implicações na comunicação entre culturas. Nesse âmbito, surgem novas tendências investigativas da tradução, como, por exemplo, o estudo baseado em *corpus*, de Mona Baker. Ela também cita Levefere como expoente dessa nova tendência de estudos, para quem “o nome Estudos da Tradução deveria ser adotado para a disciplina que se preocupa com os ‘problemas advindos da produção e descrição de traduções’” (BASSNETT, 2002, p. 12, tradução nossa)⁶.

A globalização e a revolução tecnológica dos meios de comunicação promoveram o fluxo de pessoas, o estreitamento de distâncias e a propagação rápida de novos conhecimentos, inclusive de culturas até então desconhecidas. Nesse ambiente multicultural, os estudos da tradução começam a enfatizar o aspecto sociocultural em que o fenômeno da tradução ocorre, o que torna necessária a relação da tradução com outros campos de conhecimento, inclusive para recorrer a métodos e teorias que ajudem essa nova disciplina a entender melhor os processos envolvidos no ato tradutório. Nessa nova realidade

[...] a tradução não é apenas a transferência de textos de uma língua para outra, agora é devidamente considerada como um processo de negociação entre textos e entre culturas, um processo no qual todos os tipos de transações acontecem por meio da figura do tradutor. (BASSNETT, 2002, p.6, tradução nossa)⁷

⁶ [...] André Lefevere proposed that the name *Translation Studies* should be adopted for the discipline that concerns itself with ‘the problems raised by the production and description of translations’.

⁷ [...] translation is not just the transfer of texts from one language into another, it is now rightly seen as a process during which all kinds of transactions take place mediated by the figure of the translator.

Oustinoff (2011, p.123) recorda que “vivemos em um mundo no qual as três formas de tradução estabelecidas por Roman Jakobson desempenham, todas elas, um papel considerável⁸”.

Os Estudos da Tradução não surgem como um campo carente de teorias. Ao contrário, identifica-se uma nova tendência de se pensar a tradução, que leva em conta a visibilidade do tradutor, considera a tradução como ato de reescrita criativa e reconsidera o significado de equivalência. Como exemplos de teóricos dessa nova fase, podemos citar Even-Zohar, Gideon Toury, André Levefere e Lawrence Venuti. Ao mesmo tempo em que se alia a outras disciplinas, como Linguística de *Corpus*, Terminologia, Lexicologia, Lexicografia, Semiótica, Informática, História e Estilística, a tradução deixa de ser um ramo da Linguística e torna-se um campo de estudo autônomo; o processo tradutório, e não apenas o produto final da tradução, passa a ser analisado.

Até os anos 80, os Estudos da Tradução focavam na descrição dos fenômenos linguísticos do ato tradutório, com ênfase nas línguas e suas estruturas sintáticas, semânticas e morfológicas, como meio de explicar a atividade tradutória, considerada uma operação linguística. Posteriormente, a ênfase desses estudos mudou para o âmbito comunicativo, com foco na linguagem, compreendendo, assim, outros elementos além da expressão formal, como contexto de recepção, objetivos textuais e intenções interlocutórias. Nesse contexto, Batalha e Pontes Jr. (2007, p.47-48) citam o estudo de Peter Newmark, que confere importância ao papel do tradutor na consecução de uma “tradução satisfatória” no momento em que o tradutor reconhece o tipo textual e as “intenções de comunicação presentes no texto original”, concluindo que “o sucesso de uma tradução depende não só da compreensão da mensagem pelo destinatário, mas também da maneira como a transmissão é feita pelo tradutor”.

1.1.1 Equivalência e tradução

Esse reconhecimento pelo tradutor do tipo textual e das intenções de comunicação, ou seja, o conhecimento acerca da intenção do emissor, dos interlocutores e do nível de formali-

⁸Roman Jakobson (1959 apud Oustinoff, 2011) estabeleceu três tipos de tradução: intralingual (reformulação), interlingual (a tradução propriamente dita) e intersemiótica (interpretação de signos linguísticos por meio de signos não linguísticos, como música ou dança, por exemplo).

dade e de especialidade textuais, tanto do texto original quanto do texto traduzido, faz-se necessário para a escolha dos equivalentes mais apropriados na língua de chegada. A equivalência é talvez o tema mais controverso e discutido nos estudos e teorias de tradução. Uma abordagem clássica sobre o tema é aquela de Eugene Nida (1964 apud OUSTINOFF, 2011, p. 56), que distingue “equivalência formal”, com foco na forma e conteúdo da mensagem, de “equivalência dinâmica”, que prioriza a semelhança do efeito do sentido e da intenção do original na língua-alvo. Como citamos anteriormente, Roman Jakobson estabeleceu três tipos de tradução – intralingual, interlingual e intersemiótica. Para ele, em nenhuma dessas formas de tradução seria possível atingir total equivalência, tendo em vista que, segundo ele, as unidades linguísticas a serem traduzidas carregam em si associações e conotações intransferíveis, ou seja, mais do que uma operação linguística, a tradução envolve a transferência da função e do valor do significado de um objeto para o contexto da cultura de chegada.

As expressões idiomáticas são exemplos de como a tradução nem sempre opera em função de substituição de elementos linguísticos (lexicais e gramaticais) ou da correspondência formal, mas também em função do valor do significado no contexto cultural da língua de chegada. A expressão em língua inglesa *It's raining cats and dogs* (‘está chovendo a cântaros’ ou ‘está chovendo canivetes’), não produziria o efeito desejado no contexto em língua portuguesa se fosse traduzida literalmente por ‘está chovendo gatos e cachorros’.

Outro exemplo da importância de se considerar o significado de uma unidade linguística no contexto da língua de chegada é a tradução dos falsos cognatos, em que há semelhança formal sem equivalência semântica. Tomemos como exemplo a palavra ‘chanceler’, muito comum na linguagem diplomática brasileira, assim como em outros países sul-americanos, para designar o cargo de ministro das relações exteriores. Um tradutor inexperiente ou alheio quanto ao uso e ao significado de ‘chanceler’ no contexto brasileiro traduziria a palavra pelo falso amigo em inglês, *chancellor*, transformando o cargo de ministro de relações exteriores em ministro das finanças da Inglaterra ou em chefe de governo austríaco.

Na realização da tradução de linguagens de especialidade, no caso a linguagem diplomática, identificar o significado especializado de uma unidade lexical é requisito essencial para a compreensão do texto e para a escolha do equivalente apropriado. Nesse sentido, a Terminologia, como ciência de estudo das linguagens de especialidade, fornece subsídios para o reconhecimento das unidades lexicais especializadas.

1.2 Terminologia

A palavra terminologia apresenta duas acepções. No sentido mais amplo, como terminologia, denota o léxico de um determinado campo de conhecimento. Em sentido mais restrito, a Terminologia é a ciência ou disciplina que estuda os conceitos e unidades lexicais (termos) empregados nas linguagens de especialidade ou, mais precisamente, como afirma Aubert (2001, p.24-25), ao comparar as acepções “terminologia-objeto” e “terminologia-instrumento”:

De um lado, pode referir-se ao conjunto de termos característicos de determinada área ou subárea – a terminologia da Química, a terminologia da Química Industrial, a terminologia do Futebol. De outro, pode designar o estudo de tais terminologias, o conjunto de pressupostos, métodos e representações que permitem a descrição das linguagens ditas de especialidade. [...]. No primeiro caso, trata-se da terminologia-objeto; no segundo, da terminologia-instrumento.

Como disciplina descritiva das linguagens de especialidade, a Terminologia tem como objeto de estudo a unidade lexical que transmite um conceito de um campo de saber específico, passando, desse modo, a ser designada unidade terminológica ou termo.

Krieger e Finatto (2004) lembram que a Terminologia “é uma disciplina que possui seu objeto primordial definido: o termo técnico-científico”, sem se esquecerem da definição terminológica e da fraseologia especializada, elementos integrantes da disciplina. Cabré (1999a) identifica duas funções da terminologia – representar e transmitir o conhecimento especializado. Zamora (2012, p.47) aponta para o caráter interdisciplinar da Terminologia, ao dizer que “é uma área [...] vinculada à tradução, às ciências da informação, à informática, e a qualquer área do conhecimento que precise descrever ou sistematizar seu léxico”.

Apesar de possuir características próprias de uma disciplina autônoma e por seu caráter interdisciplinar, a Terminologia é às vezes considerada subárea de outras disciplinas, como Lexicologia, Lexicografia e Linguística Aplicada. No entanto, como notam Krieger e Finatto (2004, p.22):

[...] ao dialogar com diferentes áreas especializadas, [a terminologia] se capacita a estabelecer princípios e métodos de elaboração de ferramentas [...]. Essa dupla face, teórica e aplicada, que reúne tanto a descrição e a explicação dos termos [...] quanto o conjunto de diretrizes metodológicas para o tratamento desses objetos, configura a identidade da disciplina denominada Terminologia.

Como disciplina de estudo das linguagens de especialidade, a Terminologia é uma área recente, como observado por Aubert (2001, p.12), ao completar que “a produção de materiais

terminológicos, particularmente em forma bilíngue é, ainda, em muitos domínios, apenas incipiente”.

A globalização e a revolução digital dos meios de comunicação, ao possibilitarem a disseminação universal de informações, muitas das quais, até então, exclusivas de grupos profissionais restritos, bem como o intercâmbio comercial e tecnológico, estreitaram os limites entre o domínio especializado e o domínio comum do saber. Nesse ambiente, talvez o desafio para a terminologia não seja lidar com as terminologias das áreas de especialidade, mas identificar a especificidade nos diferentes domínios da atividade humana. A esse respeito, Krieger (2006, p.191-192) relata que a dificuldade de os tradutores reconhecerem terminologias deve-se, também, ao fato de que “nos tempos atuais, não há mais fronteiras rígidas entre o léxico especializado e o geral de um mesmo idioma, evidenciando que palavras e termos assemelham-se” e que “o léxico especializado mais recente deixou de se caracterizar pela exclusividade designativa, seja em relação ao universo das distintas áreas de conhecimento, seja mesmo em relação ao léxico geral”. Soma-se a esse quadro de terminologização do léxico comum o fenômeno inverso, em que unidades lexicais outrora restritas a certo domínios passam a circular na comunicação ordinária. Diante desse quadro, a pesquisa terminológica assume grande importância, como método de conhecimento da área e da linguagem especializada transmissora do conhecimento temático. Além disso, “busca compreender o funcionamento das linguagens de especialidade, por meio da organização de uma estrutura conceitual, da apreensão das diversas relações que os termos têm entre si [...] e da delimitação do significado especializado” (LAMBERTI, 2015, p.125).

1.2.1 Perspectivas teóricas da Terminologia – histórico

A ciência da Terminologia é um fenômeno recente, tendo se desenvolvido no século XX por influência da evolução da ciência e da tecnologia, bem como do surgimento da Linguística como disciplina. Entretanto, a presença da comunicação de especialidade remonta séculos, desde a Grécia antiga, em que filósofos, comerciantes e militares utilizavam nomenclaturas específicas, ou linguagens de especialidade, para circular o conhecimento científico e técnico.

Ao fazer uma leitura histórica do desenvolvimento da terminologia, Remenche (2010) cita como exemplos Platão (427-347 a.C.), que realizou as primeiras reflexões filosóficas sobre as palavras e os nomes; o físico Rhazés (865-925), que compilou os nomes de doenças e órgãos

do corpo humano; os estudos de química de Antoine Lavoisier (1743-1794) e de botânica de Carl von Linné (1707-1778), o qual

propôs um sistema universal de nomenclatura binominal e dotou a botânica e a zoologia de regras precisas de criação de nomes científicos para designarem espécies de flora e fauna do mundo todo, independente do idioma falado pelo cientista. (REMENCHE, 2010, p. 346)

As mudanças tecnológicas provenientes da Revolução Industrial, a partir do século XVIII, como o desenvolvimento de máquinas e a padronização de procedimentos de produção criaram uma demanda pela standardização de objetos e da linguagem, como explica Campo (2012). Esse contexto histórico inspira o trabalho terminológico do engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977), considerado pai da Terminologia moderna devido à sua Teoria Geral da Terminologia (TGT).

Em sua extensa pesquisa sobre a vida e obra de Eugen Wüster, Campo (2012) explica que, para Wüster, a Terminologia não vislumbrava ambiguidades promovidas por homonímias, sinonímias e polissemias, as quais seriam eliminadas pela normalização dos termos. Para tanto, como relata Barros (2004, p. 53) “o princípio que regia [a normalização] era o da univocidade entre o conceito e o termo que o designa (um único termo pode designar um conceito)”. Assim, o papel da Terminologia seria o de eliminar a variação em uma linguagem de especialidade. Os trabalhos terminológicos de Wüster foram fortemente influenciados pelo movimento filosófico Círculo de Viena, das décadas de 1920 e 1930. Dentre as principais preocupações dos matemáticos, físicos e filósofos participantes do Círculo estavam a lógica científica e a criação de uma linguagem comum a todas as ciências. A filosofia desse movimento baseava-se no positivismo lógico, segundo o qual o conhecimento é adquirido pela experiência, e a lógica é a solução de questões filosóficas. Tais valores de precisão, univocidade e coerência linguística são refletidos na teoria wüsteriana.

A partir da década de 1980, após o falecimento de Wüster, a Teoria Geral da Terminologia é amplamente divulgada e aplicada. No entanto, essa teoria mostra-se insuficiente para a comunicação prática:

De acordo com Cabré *et al.* (1998, p. 36-7), a insuficiência da TGT deve-se aos seguintes pontos: a) Logicismo – os métodos de análise lógica da realidade é a forma ‘científica’ de descrever o mundo [...]. b) Universalismo – o método de análise do conhecimento tem pretensões universais [...]. c) Estatismo – [...] seu modelo de representação do conhecimento tem um caráter marcadamente estático, fruto de seu propósito de adotar uma perspectiva sincrônica, [...]. d) Reducionismo – o âmbito original de aplicação da TGT era a técnica em geral [...]. Ao tentar estender esse modelo de representação da realidade a outras disciplinas [...] encontra uma redução considerável da capacidade de descrição do modelo [...]. e) Idealismo – a terminologia proposta pela TGT parece querer

refletir um mundo idealizado, em que os conceitos são entes [...] criados por consenso em um laboratório [...]. (ALMEIDA, 2003, p. 215-216)

Desse modo, como resposta à TGT, e em virtude das novas demandas de comunicação e informação, surgem, a partir da década de 1990, propostas variacionistas à ideia de univocidade e monorreferencialidade, defendida por Wüster. Nesse contexto, Lara (2006) destaca a Teoria Sociocognitiva (TEMMERMANN, 2001), a Teoria Comunicativa (CABRÉ, 1999), a Socioterminologia (GAUDIN, 1993) e a Terminologia Cultural (MARCEL DIKI-KIDIRI, 2000). Apesar de a TGT ter recebido muitas críticas negativas, não se pode negar o legado de Wüster para a Terminologia moderna, em particular de suas obras, que abriram o caminho para as discussões em torno dos princípios e metodologia terminológicos, bem como a standardização e planificação linguísticas.

Considerada uma das mais proeminentes precursoras da teoria variacionista, Cabré (1999), em sua Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), lança crítica à insuficiência da TGT para a comunicação especializada real, ou seja, aquela que tem relação com a língua natural. Por suprir as necessidades da comunicação standardizada, a Teoria Geral não considerou a dinamicidade dos campos especializados e a pragmaticidade da comunicação especializada. Também “parte do pressuposto de que o conhecimento especializado é uniforme e independente das línguas e culturas” (CABRÉ, 1999, p.117 apud BARROS, 2004, p.57). Desse modo, a TCT propõe um estudo que compreende três perspectivas, a linguística, a cognitiva e a social (comunicativa),

[...] que dê conta dos termos como unidades singulares e, em algumas vezes, semelhantes a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceitual e denominativa e tendo em vista a dimensão textual e discursiva dos termos. (CABRÉ, 2000, p. 120 apud REMENCHE, 2010, p. 357)

Outros aspectos abordados por essa nova teoria podem ser, assim, resumidos com base em Barros (2004):

- a) o termo é considerado unidade linguística pertencente à linguagem natural;
- b) as linguagens de especialidade comportam variação conceitual e denominativa;
- c) o signo terminológico é composto de forma e conteúdo indissociáveis, assumindo tal valor conforme o uso em contexto comunicativo específico;
- d) o conceito é formado por traços semânticos e pragmáticos e seu valor depende do contexto comunicativo. Desse modo, os conceitos não pertencem a um domínio, mas são usados em um domínio;

- e) previsão de ocorrência de sinonímia, homonímia, polissemia e variação linguística.

1.2.2 Terminologia e Tradução

Terminologia e Tradução são campos autônomos, com objetivos e métodos distintos, mas que mantêm uma estreita relação entre si, em especial quando se trata de textos de especialidade. Nesse sentido, o tradutor é o principal usuário dos produtos terminológicos bi- ou multilíngues, uma vez que precisa consultar dicionários, glossários e bancos de dados confiáveis para resolver questões tradutórias práticas e realizar uma tradução bem sucedida. A esse respeito, Lamberti (2015, p. 125) destaca que

A tradução especializada [...] situa-se no âmbito das linguagens de especialidade à medida que trabalha com textos cujas temáticas podem ser associadas a áreas do conhecimento e que requer o domínio de terminologias especializadas bilíngues ou multilíngues.

A depender da área ou subárea de especialidade, o tradutor poderá vir a se defrontar com escassez de material de referência, o que o levará a desempenhar competência terminológica para realizar sua própria pesquisa, a fim de compreender o campo de especialidade em questão e elaborar seu próprio repertório de consulta.

Cabré (1999a) enumera alguns pontos que aproximam e diferenciam as duas disciplinas. Dentre os aspectos convergentes, ela destaca a natureza interdisciplinar das duas disciplinas, uma vez que ambas se aproveitam de conhecimentos de outras áreas – cognitivas, linguísticas e comunicativas –, por exemplo, para melhor entender e descrever seus respectivos objetos de estudo. Além disso, Tradução e Terminologia possuem uma face teórica mais contemporânea, tendo em vista serem campos de estudo recentes, e uma face prática mais antiga, tendo surgido da necessidade de resolver um problema de compreensão, no caso da Tradução, ou de expressar um pensamento especializado, no caso da Terminologia.

Quanto às características que distinguem essas duas práticas, Cabré (1999a, p.179) aponta “o caráter finalista da tradução”, ou seja, a finalidade da tradução está na própria tradução, uma vez que “seu produto é um texto comunicativo completo” enquanto que a terminologia é “pré-finalista”, não constituindo um “produto comunicativo final em si”, mas um meio para conduzir outras atividades linguísticas, a exemplo da tradução e da interpretação. Consideradas sob a perspectiva disciplinar, a Terminologia é mais contemporânea que a Tradução, tendo se

estabelecido como tal no século XX. Ademais, as áreas se distinguem em função do objeto de análise: a Tradução objetiva explicar o processo tradutório e identificar as regras que permeiam esse processo; a Terminologia, por sua vez, pretende explicar como o conhecimento especializado se estrutura em unidades conceituais e denominativas que são parte de um sistema de expressão.

Ainda sobre a relação entre terminologia e tradução, Krieger (2006) explica que essas atividades não se equivalem, uma vez que a terminologia, ao contrário da tradução, pode ocorrer no campo monolíngue. Além disso, elas possuem uma relação de complementaridade, tendo a terminologia função complementar à tradução, em especial no que tange à elaboração de repertórios terminográficos.

Krieger (2006, p.191) ainda recorda que “o tratamento adequado da terminologia é, portanto, condição necessária, embora não suficiente, para efetuar uma boa tradução técnica [...] tratando-se de um complexo processo de transposição interlínguas”. Nesse sentido, é importante que o tradutor conheça a terminologia da área em questão, bem como identifique os termos e os empregue corretamente, de modo a realizar uma tradução adequada e precisa, por meio da qual o texto traduzido alcance, na língua de chegada, a mesma funcionalidade que o texto original produziu na língua de partida.

1.2.3 Unidade terminológica

A unidade terminológica, ao lado do conceito, é um dos objetos centrais dos estudos terminológicos. Segundo Cabré (1999 apud KRIEGER; FINATTO, 2004, p.80) a unidade terminológica tem caráter multidimensional, haja vista seus componentes linguístico, cognitivo e comunicativo: “essa entidade [...] não é linear. Ao contrário, é complexa, multifacetada, configurando o que a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) chama de poliedricidade do termo”.

De acordo com a TCT, o termo se insere naturalmente no sistema linguístico geral, estando sujeito às mesmas regras de funcionamento do léxico comum. Assim sendo, não há diferença entre termo e palavra, tendo em vista não existir um sistema de termos periférico à língua geral. Uma vez inserida em situação de uso profissional, a unidade léxica adquire valor de termo:

[...] uma unidade léxica não é em si terminológica ou geral, mas uma unidade geral que adquire valor especializado ou terminológico quando, devido às características pragmáticas do discurso, se ativa seu significado especializado [...]. Toda unidade lexical, portanto, é uma unidade terminológica em potencial, ainda que nunca tenha tido esse valor ativado. (CABRÉ, 2003a, p. 13, tradução nossa)⁹

A unidade terminológica é, ainda segundo Cabré (1999b, p.185), um “nódulo cognitivo” de um campo de conhecimento. Cada nódulo mantém relações específicas com os outros, constituindo, assim, a estrutura conceitual de uma determinada área de especialidade. Sob essa perspectiva, o termo é transmissor do conhecimento especializado, sendo o discurso “o ambiente natural das unidades terminológicas e é por meio do discurso que se adquirem o conhecimento especializado e as unidades de expressão desse conhecimento” (CABRÉ, 2003b, p. 191, tradução nossa)¹⁰. Sendo parte integrante do sistema linguístico geral e regido pelo mesmo funcionamento do léxico comum, a forma e o conteúdo do termo estão sujeitos a variações. A TCT entende que o conceito não tem valor absoluto e que seu grau de especificidade está relacionado ao contexto e a fatores socioculturais do meio em que circulam, por exemplo. A variação denominativa e conceitual do termo é, então, vista como um fenômeno natural, “inerente a toda unidade de conhecimento, ligada à cultura geral e científica, determinante da visão de mundo” (REMENCHE, 2010, p. 353). Desse modo, Pavel e Nolet (2002, p. 27) observam que uma linguagem de especialidade é constituída de “um conjunto de convenções sociais e, por isso, está em constante evolução. Em consequência, [...] apresentam variantes linguísticas, da mesma maneira que a língua geral”.

A identificação de uma unidade terminológica pode ser uma tarefa difícil, haja vista a semelhança formal (relacionada à designação), semântica (relacionada ao conceito) e funcional (referente à categoria gramatical) entre termo e palavra, considerados, como outrora mencionado, parte integrante do mesmo sistema linguístico. Segundo Cabré (1999b, p.82), os termos, assim como as palavras do léxico geral, possuem duas faces: a sistêmica (formal, semântica e funcional) e a pragmática (relacionada ao uso em ambiente especializado). Além disso, os termos se distinguem das palavras quando observados sob a perspectiva pragmática, ou seja, quando considerados unidades de comunicação, uma vez que designam conceitos de áreas específicas.

⁹[...] una unidad léxica no es en sí terminológica o general, sino que por defecto es una unidad general que adquire valor especializado o terminológico cuando por las características pragmáticas del discurso se activa su significado especializado. [...]. Toda unidad léxica sería pues potencialmente una unidad terminológica, aunque nunca hubiera activado este valor.

¹⁰Discourse is therefore the natural environment of terminological units and it is through discourse that special knowledge and its units of expression are acquired.

Cabré (1999b) indica, ainda, categorias para o termo, com base em critérios que consideram forma, função, significado e origem. Assim, do ponto de vista morfológico, os termos podem ser classificados em simples (constituídos de um morfema¹¹) ou complexos (constituídos de mais de um morfema). Do ponto de vista da função que exercem no discurso, os termos podem ser verbos, adjetivos e advérbios ou, ainda, substantivos, sendo estes predominantes nas terminologias. Sob a perspectiva semântica, Cabré classifica os termos em quatro categorias conceituais: objetos e entidades (expressos por substantivos); processos, operações e ações (expressos por verbos e nominalizações verbais); propriedades, estado e qualidade (expressos por meio de adjetivos) e relações (expressos por adjetivos e preposições). Por fim, sob a perspectiva da origem linguística, os termos podem surgir a partir de regras da própria língua ou por empréstimo de outras línguas.

Assim como Barros (2004), Krieger e Finatto (2004) indicam a prevalência da classe lexical nominal (substantivos) e das formações sintagmáticas (sintagmas terminológicos) nas terminologias. Em relação a essas formas sintagmáticas, Barros (2004, p. 102-103) levanta uma questão importante para a identificação dos termos sintagmáticos: a diferença entre sintagma lexical (ou sintagma terminológico) e sintagma livre, diferença essa calcada no grau de lexicalização dessas estruturas, ou seja, a característica de “uma sequência de unidades lexicais transformar-se em uma única unidade léxico-semântica”. Abordaremos mais profundamente a questão da lexicalização no capítulo referente à metodologia. Em resumo, apresentamos, com base nas propostas de Krieger e Finatto (2004), Pavel e Nolet (2002) e Barros (2004), as principais características das unidades terminológicas nas linguagens de especialidade:

- a) predominância da classe lexical de base nominal (substantivos);
- b) maior frequência de componentes greco-latinos, em especial nas terminologias científicas;
- c) predominância de estruturas sintagmáticas (unidades compostas por mais de uma palavra), caracterizando o que se denomina ‘sintagma terminológico’;
- d) caráter lexicalizado do sintagma: a unidade linguística (sintagma) formada pelos elementos constituintes possui estabilidade lexical, podendo, ainda, ser substituída por outra unidade léxico-semântica.

¹¹Lyons (1981, p.104) descreve os morfemas como “formas mínimas [...] unidades básicas da estrutura gramatical.”

1.2.4 Repertórios terminológicos

Os repertórios terminológicos de uma determinada área de conhecimento ou atividade podem ser apresentados em forma de dicionários, glossários, vocabulários ou léxicos, por exemplo, a depender da finalidade do produto terminológico que se queira produzir.

Faulstich (1995) define o dicionário como um repertório contendo dados fonéticos, gramaticais, conceituais, semânticos e referenciais das respectivas unidades lexicais. Strehler e Gorovitz (2011, p.37-40) descrevem o léxico como uma lista de unidades terminológicas acompanhadas de um equivalente em uma ou mais línguas e “eventualmente de uma definição”, podendo ser ordenado sistematica ou alfabeticamente. O vocabulário, por sua vez, contém as definições dos termos, podendo também contemplar a categoria gramatical e ser ordenado alfabética ou sistematicamente. O glossário, por fim, é mais variado quanto à apresentação. Tradicionalmente destinado a compilar as glosas (palavras raras ou desconhecidas de um determinado texto) acompanhadas das definições, o verbete de um glossário pode incluir definição, categoria gramatical, remissivas e contexto de uso ou somente categoria gramatical e exemplos contextuais.

Como produto terminológico final desta pesquisa, elegemos a modalidade glossário que contemple contextos de uso, tendo em vista que nossa abordagem metodológica não prioriza o estudo das definições dos termos.

1.2.5 Equivalência e terminologia

Embora nossa metodologia de construção de equivalências não priorize a comparação pontual de traços semânticos, como ocorre tradicionalmente em estudos terminológicos, apresentamos, aqui, algumas considerações teóricas que geralmente norteiam um trabalho terminológico bilíngue. Desse modo, nossa perspectiva de busca de equivalências enfatiza a ocorrência em contexto e a funcionalidade dessa ocorrência, em ambas as línguas, tendo em vista que acreditamos que o *corpus* espelha um discurso que atesta o uso natural da língua, inclusive em situação específica profissional. Ainda assim, acreditamos que a correspondência conceitual entre dois termos é necessária para atestar a funcionalidade de um equivalente tradutório eleito

em uma determinada língua de chegada, a exemplo do falso cognato ‘chanceler/*chancellor*’, já mencionado nesta pesquisa.

Em terminologia, um conceito de uma área de especialidade deveria idealmente manter uma relação monossêmica com o termo que o designa, ou vice-versa; para cada termo em uma linguagem de especialidade deveria existir um único conceito a ele atrelado – relação essa que Pavel e Nolet (2002, p. 23) denominam “princípio uninocional”. A relação entre termo e conceito é expressa por meio da definição terminológica, “uma fórmula lexicográfica sucinta que descreve os traços semânticos de um conceito” (PAVEL; NOLET, 2002, p. 23). A definição, assim, distingue e diferencia um conceito específico em relação aos demais conceitos dentro de uma área de conhecimento.

No caso de terminologias bilíngues ou multilíngues, em que se buscam equivalentes para um determinado termo em uma língua, faz-se necessário observar a existência de correspondência entre os conceitos na língua de origem e na língua sendo traduzida, a fim de se atestar “uma identidade completa de sentido e de uso no interior de um mesmo domínio de aplicação”. Do contrário, a depender do grau de equivalência entre os significados dos termos, falar-se-á em “termos correspondentes” ou “ausência de equivalência” (Dubuc 1985 apud SILVA; BARROS, 2005, p. 669).

Aubert (2001) também identifica a equivalência entre termos de diferentes línguas em função do conceito: “com base na maior ou menor interseção entre os respectivos significados observados nas duas línguas ou variantes em confronto, poder-se-á considerar os termos como equivalentes, parcial ou totalmente, ou meros falsos cognatos”. Essa interseção é detectada mediante “o levantamento dos principais traços conceptuais necessários à configuração do conceito recoberta pelo termo” (AUBERT, 2001, p. 38). Por fim, “é do confronto entre as respectivas noções que se poderá legitimar, ou não, a relação de equivalência entre o termo da língua A e o termo da língua B” (p. 68).

A correspondência formal entre termos de línguas diferentes não é suficiente para confirmar a equivalência entre eles, tendo em vista o par ‘chanceler/*chancellor*’, de que tratamos em 1.1.1. É preciso ir além do aspecto formal e atestar o funcionamento dos termos nas línguas em questão. Nesse sentido, Matuda e Tagnin (2014, p. 217) empregam o conceito de “equivalentes pragmáticos”, ou seja, aqueles “não só no nível da palavra, do texto ou da frase, mas também [...] que são utilizados no mesmo contexto e com o mesmo objetivo comunicativo”. Isto é, a unidade terminológica em questão funciona no texto de chegada do mesmo modo como funciona no texto de partida. Por meio da comparação dos contextos em que esses termos estão inseridos, é possível identificar como eles são empregados em situação comunicativa real

nas respectivas línguas, o que pode ser feito com auxílio da Linguística de *Corpus*, como veremos a seguir.

1.3 Linguística de *Corpus*

A Linguística de *Corpus* (LC) é uma área que vem se destacando cada vez mais nos estudos linguísticos e que tem como objeto de estudo o *corpus* eletrônico. Segundo Sardinha (2004, p. 3), a Linguística de *Corpus* “ocupa-se da coleta e exploração de *corpora* [...]. Como tal, dedica-se à exploração de linguagem por meio de evidências empíricas, extraídas por computador”. Para Tagnin (2009, p.1083), “A Linguística de *Corpus* é uma abordagem empírica que parte da observação de um grande número de textos”.

Aluísio e Almeida (2006) relatam que a LC se desenvolveu a partir da informatização da compilação de textos; no entanto, o uso de *corpora* em pesquisas linguísticas não é uma atividade recente. Antes do surgimento do computador, *corpora* coletados manualmente foram utilizados na elaboração de dicionários de línguas já nos séculos 18 e 19. O desenvolvimento da Linguística de *Corpus* como disciplina de estudo está intimamente relacionado à informatização do *corpus* linguístico e ao processamento automatizado de textos. Desse modo, o uso do computador “dá aos estudos de *corpora* maior precisão e praticidade. Dessa atividade nasceu uma verdadeira disciplina científica, a Linguística de *Corpus*” (BARROS, 2004, p. 2).

A importância da LC para a Terminologia, por sua vez, está no uso de *corpora* representativos de uma área de especialidade, compilados especificamente para a elaboração de material terminológico da área. Sendo assim, o *corpus* temático apresenta termos em contexto real de comunicação por profissionais da área em questão, e o terminólogo poderá valer-se, por exemplo, da observação do *corpus* e identificação de padrões linguísticos recorrentes, como meio de identificar uma terminologia representativa da área. A contribuição da LC para a Terminologia é destacada por Biderman (2001, p. 81 apud BARROS, 2004, p. 264), ao mencionar “a importância de consultar um *corpus* para testar hipóteses ou fornecer evidências na pesquisa linguística” ou “possibilitar um confronto entre a teoria e os dados empíricos da língua”.

1.3.1 *Corpus*

Em Linguística de *Corpus*, o *corpus* é visto como um conjunto de textos em formato eletrônico, que podem ser processados e analisados por computador. Tagnin (2010, p. 358) complementa essa visão, definindo o *corpus* como uma “coletânea de textos entendidos num sentido amplo, em formato eletrônico, compilados segundo critérios específicos para o estudo a que se propõem”.

Sendo o *corpus* “representativo da linguagem, de um idioma ou de uma variedade dele” (SARDINHA, 2004, p. 22), o uso de *corpora* comparáveis bilíngues mostra-se de suma importância tanto para a tradução quanto para a terminologia, pois constitui fonte de informação textual sobre a língua, em sua forma naturalmente utilizada pelos falantes, ou seja, em situações reais de uso. Sendo assim, uma pesquisa que se pauta pela análise de *corpus* fornece subsídios empíricos que auxiliam na descrição da língua, ou parte dela, por meio da observação de padrões de uso probabilísticos. Como afirmado por Biderman (2001, p. 81 apud BARROS, 2004, p. 264), o “*corpus* pode mostrar como funciona uma língua natural em escala reduzida”. Lino (1994, p. 787-788 apud BARROS, 2004, p. 263) enumera outras funções do *corpus*, como a observação de processos neológicos e de fenômenos socioterminológicos, a delimitação de definições harmonizadas, a observação de colocações e a seleção de unidades terminológicas.

No caso da tradução, o *corpus* confere idiomaticidade e fluência ao trabalho tradutório, uma vez que apresenta ao tradutor formas consagradas de uso na língua, a exemplo das colocações¹², além de contextos autênticos da linguagem natural. Nesse sentido, Fillmore (1979 apud TAGNIN, 2003, p.191) considera a colocação e a linguagem natural como dois pilares da “convencionalidade da língua”, os quais, por sua vez, levarão o tradutor a realizar uma tradução fluente. Desse modo, o uso de *corpora* na tradução vai além do objetivo de encontrar equivalentes, uma vez que fornece ao tradutor subsídios para elaborar um texto mais natural, na medida em que apresenta informações linguísticas para se criar um texto idiomático, e não apenas funcional. A esse respeito, Tagnin (2009, p. 1083-1084) diferencia “formas possíveis” (ou gramaticalmente possíveis) de “formas prováveis” (padrões de associação lexical adotados convencionalmente pelos falantes naturais da língua):

¹²Tagnin (2010, p. 357) define a colocação como uma “co-ocorrência de duas (ou mais) palavras numa frequência maior do que seria de se esperar caso a coocorrência fosse aleatória”.

É importante salientar que a Linguística de *Corpus* considera a linguagem um sistema probabilístico, ou seja, observa os padrões que têm maior probabilidade de ocorrer na língua, em detrimento daqueles que são apenas gramaticalmente possíveis.

Sendo assim, o diferencial de uma tradução pode estar em seu aspecto idiomático, determinado pela escolha não somente de construções gramaticalmente possíveis, mas também daquelas de uso consagrado na língua, as quais conferem mais naturalidade e fluência ao texto final.

Para o trabalho terminológico, o *corpus* auxilia na identificação das unidades de conhecimento especializado e na caracterização da terminologia de uma determinada área, por meio da ocorrência e recorrência de termos nos contextos comunicativos profissionais. Além da observação de ocorrências frequentes no *corpus*, a percepção da diferença entre as construções gramaticalmente possíveis e probabilísticas da língua natural, referidas anteriormente, pode auxiliar na confecção de um repertório terminológico mais fidedigno a uma área especializada.

Um *corpus* pode ser caracterizado sob diferentes perspectivas. Nesse sentido, Sardinha (2004) apresenta diferentes critérios de classificação de *corpus*, como por exemplo, quanto ao modo (escrito ou falado), tempo (sincrônico, diacrônico, contemporâneo, histórico), autoria (falante nativo, falante não nativo) e tamanho (pequeno, médio, grande).

Outra distinção importante diz respeito à composição do *corpus*. Nesse sentido, Tagnin (2007, p.358) identifica o *corpus* paralelo, “constituído de originais e suas respectivas traduções”, o *corpus* comparável bilíngue ou multilíngue, “composto por dois ou mais *subcorpora* com textos originais nas respectivas línguas” e o *corpus* comparável monolíngue, formado por “textos originais numa língua e traduções nessa mesma língua”.

Por último, Pierrotti-Garcia (2005, p.78) enfatiza a importância da montagem do *corpus* pelo próprio tradutor, com o intuito de obter uma fonte de pesquisa textual “selecionada, confiável e livre de resultados indesejados”. Desse modo, quando o tradutor compila os textos para seu próprio *corpus*, pode escolher as fontes que considera mais seguras e confiáveis, além de textos de mesmo gênero e público-alvo, por exemplo. Esse trabalho tende a resultar uma fonte de dados textuais mais precisa e segura, assim como uma tradução mais confiável.

1.3.2 Equivalência e Linguística de *Corpus*

Um estudo terminológico bilíngue direcionado por *corpus* objetiva a busca de elementos, dentro do próprio *corpus*, como contextos e colocações, que auxiliem na detecção de equivalentes tradutórios. Quanto ao uso de *corpus* na tradução, Tagnin (2007, p.1) indica que a busca de equivalentes poderá envolver *corpora* paralelos, constituídos de “originais e respectivas traduções” ou *corpora* comparáveis, formados por “textos similares, originais, nas duas línguas de trabalho do tradutor”. Cabe observar, no entanto, que a identificação de equivalentes a partir de *corpora* comparáveis tende a conferir à tradução resultado mais natural e fidedigno, tendo em vista o caráter autêntico dos textos nas duas línguas de trabalho, que oferecem exemplos de uso efetivo pelos falantes das línguas em questão. A esse respeito, Tagnin (2007, p. 2) observa que:

O tradutor que recorre apenas a fontes de referência convencionais pode acabar empregando um termo possível, porém não consagrado (BOWKER, 1999; TAGNIN, 2005). Já um *corpus* comparável, composto de textos originalmente escritos nas duas línguas, inglês e português no caso em questão, fornecerá o termo efetivamente usado por aquela comunidade. Em outras palavras, o *corpus* fornecerá o termo mais provável de ocorrer no contexto que o tradutor estiver pesquisando, ou seja, o termo mais recorrente.

Assim, a investigação de equivalentes tradutórios por meio de *corpora* comparáveis bilíngues implica o estudo de formas consagradas na língua, por meio da análise de contextos de ocorrência e identificação de colocações recorrentes dentro do *corpus*, de modo a atestar o mesmo funcionamento do termo e de seu equivalente nas respectivas línguas. Em uma proposta metodológica de identificação de equivalentes tradutórios em *corpora* comparáveis, Tagnin (2007, p.5) sugere que “não basta identificar os termos de maior frequência nas duas línguas para considerá-los equivalentes; é preciso analisar o contexto em que ocorrem, assim como seus colocados”.

Diante disso, nossa proposta de identificação de equivalências envolve, em primeiro lugar, o uso de *corpora* paralelos (compostos por originais e respectivas traduções) como forma de identificação de equivalentes e, posteriormente, a validação desses equivalentes, com base em exame de ocorrência em contextos presentes no *corpus* comparável.

1.4 Contextualização da área de especialidade

Com o intuito de contextualizar esta pesquisa, bem como justificar a escolha do título de nosso repertório terminológico, introduzimos, a seguir, alguns conceitos relacionados, mas que não se confundem, com a atividade diplomática,

O termo ‘relações internacionais’ pode ser compreendido de duas formas: como "o complexo das relações que intermedeiam entre os Estados, entendidos quer como aparelhos quer como comunidades” (BOBBIO; MATTEUCCI; PAQUINO, 1997, p. 1089) e como disciplina acadêmica que se dedica ao estudo sistemático desse complexo de relações.

Política externa, por sua vez, é o conjunto de objetivos políticos, ações e iniciativas de um Estado em relação a outros países, visando aos interesses nacionais, como segurança e desenvolvimento econômico. Em geral, a política externa é definida pelo chefe de governo, com auxílio do ministro de assuntos exteriores ou homólogo.

Diplomacia, por fim, é entendida como método de execução da política externa, pelo emprego do diálogo, negociação, representação ou promoção da imagem do Estado representado, principalmente, mas não apenas, por meio da atuação dos diplomatas. Plano e Olton (1969, p. 213, tradução nossa) conceituam diplomacia como a “prática de conduzir relações entre os estados por meio de representantes oficiais”¹³. O objeto da diplomacia é “o método através do qual são conduzidas as negociações e não o conteúdo das negociações” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 348).

Em virtude das considerações acima expostas, consideramos mais pertinente falar em glossário ‘diplomático’, e não glossário de ‘política externa’ ou de ‘relações internacionais’, tendo em vista que as notas à imprensa, fontes textuais dos *corpora* deste estudo, integram as ferramentas de consecução da política externa, no caso, informando as ações e posicionamentos do Ministério e promovendo, conseqüentemente, a imagem do Estado brasileiro.

Assim, em um mundo digitalmente interconectado, onde as informações em número crescente e de variadas fontes fluem com rapidez, a atuação da diplomacia nas mídias digitais (como mídias sociais e portais institucionais) aumenta a transparência e gera credibilidade às informações veiculadas. Inserem-se, nesse contexto, os portais institucionais do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Estado dos Estados Unidos, nos quais são veiculadas notas à imprensa acerca do respectivo posicionamento desses países sobre um acontecimento

¹³ The practice of conducting relations between states through official representatives.

internacional (a exemplo de atentados terroristas e acidentes naturais) ou informações aos respectivos públicos externos sobre decisões políticas adotadas (como um projeto de cooperação ou assinatura de atos). Sendo fonte de extração dos *corpora* desta pesquisa, as notas à imprensa acima mencionadas, como ferramentas de diplomacia pública, veiculam uma grande variedade de temas afetos à comunidade internacional, associados à política externa e ao sistema de relações internacionais em que esses dois países estão inseridos. Como exemplo, podemos mencionar temas econômicos, jurídicos, culturais, comerciais, consulares, migratórios, entre outros.

1.5 Linguagem diplomática

Apesar de não ser objetivo desta pesquisa descrever ou analisar a linguagem diplomática em geral, mas apenas um tipo textual dessa linguagem, consideramos pertinente apresentarmos algumas características tradicionalmente associadas a essa linguagem profissional.

A linguagem diplomática pode ser referida, de maneira geral, como “a linguagem (seja em Latim, Francês ou Inglês) empregada por diplomatas para se comunicarem ou trocarem correspondências entre si” (NICOLSON, 1969, p. 122, tradução nossa)¹⁴. Burhanudeen (2006, p. 38, tradução nossa) sugere que “a essência da linguagem diplomática é uso da língua que conduza à construção e manutenção de consenso e colaboração entre nações”¹⁵. Segundo Jaber (2001, p. 51, tradução nossa), uma linguagem diplomática deve transcender limites culturais de modo a “criar um meio de troca quase neutro, capaz de transmitir a mensagem sem machucar o ego”¹⁶. De acordo com Nick (2001), a moderação e o eufemismo são características típicas da linguagem diplomática, na medida em que “pode-se dizer que as palavras e termos exercem muito mais influência no discurso diplomático do que no discurso ‘normal’ do dia-a-dia” (p. 45, tradução nossa)¹⁷.

Observamos que, de modo geral, a literatura sobre linguagem diplomática aborda a presença da ambiguidade nesse tipo de discurso, seja ele escrito ou falado. Carvalho (2006, p. 178),

¹⁴[...] the actual language (whether it be Latin, French, or English) which is employed by diplomatists in their converse or correspondence with each other.

¹⁵[...] the essence of diplomatic language is the use of language in a manner conducive to the construction and sustenance of consensus and collaboration among nations.

¹⁶[...] to create a quase neutral vehicle of exchange; a vehicle of exchange that conveys the message while appearing least ego damaging.

¹⁷It is correct to say that the real wight of words and terms in diplomatic professional jargon is *much stronger* than those same words in “normal” everyday speech.

por exemplo, discute a possibilidade de o discurso diplomático ser ambíguo e, ao mesmo tempo, vantajoso ao interlocutor, ou, ainda, preciso:

[...] uma eventual ambiguidade do discurso diplomático, antes de ser um vício que se deve evitar a qualquer custo, pode se apresentar como um tipo de virtude, uma competência linguística na qual se espera serem versados os diplomatas. Ambiguidade da palavra que permite ao seu emissor situar-se estrategicamente entre o consenso e o dissenso, entre o “não” e o “sim”, de maneira a conceder-lhe uma margem de ação política sem pô-lo em contradição com seus termos, preservando a sua credibilidade de negociador. É certo que não se exclui a possibilidade de encontrarmos discursos diplomáticos marcados por tomadas de posição que se pretende explícitas e redigidos com o intuito deliberado de afastar quaisquer dúvidas quanto ao sentido das palavras por eles veiculadas.

Landler (2009) apresenta a expressão “ambiguidade construtiva”, cunhada por a Henry A. Kissinger, como “a prática diplomática de acobertar diferenças” (tradução nossa)¹⁸ e que, segundo ele, pode incluir o uso de linguagem vaga.

É interessante, no entanto, caracterizar a linguagem diplomática sob dois aspectos: a) os diferentes contextos comunicativos e níveis de formalidade em que seus interlocutores se inserem e b) o aspecto diacrônico e dinâmico dessa linguagem.

A formalidade, em primeiro lugar, relaciona-se ao ambiente em que ocorre a comunicação entre as autoridades e representantes das diferentes nações envolvidas, o que exige, na maioria das vezes, o cumprimento de regras protocolares. Esse ambiente caracteriza-se pela diversidade linguística, cultural, social e política dos agentes diplomáticos envolvidos, tendo em vista o número de países no sistema de relações internacionais. Nesse quadro, os níveis de competência linguística e cognitiva variam, e, conseqüentemente, podem influenciar a compreensão do conteúdo tratado nas conversações e documentos. A esse respeito, Rana (2001, p. 113, tradução nossa) indica que “A diversidade de culturas e línguas sugere, para os profissionais da diplomacia, maior franqueza e menos recurso à sinalização indireta ao lidar com interlocutores não homogêneos”¹⁹. O ambiente formal e multicultural em que transcorre a comunicação diplomática exige escolha cautelosa das palavras e atenção com a maneira como os interlocutores transmitem e recebem as informações, o que pode ser decisivo em uma mesa de negociações. Nicolson (1969, p.122) indica que a inteligência e o tato são vitais na condução de relações oficiais entre governos. Ainda segundo ele, a inteligência é requisito óbvio, mas a prudência é muitas vezes negligenciada. Para reparar essa falha, o diplomata emprega “frases convencionais” em seu discurso:

¹⁸[...] “constructive ambiguity”, the diplomatic practice of fudging differences [...].

¹⁹ Diversity of cultures and languages suggests for diplomacy practitioners more directness and less resort to indirect signaling in dealing with non-homogenous interlocutors.

A vantagem desta forma de comunicação convencional é que ela mantém uma atmosfera de calma e, ao mesmo tempo, permite que estadistas advertam uns aos outros sobre um assunto sério, sem dar margem a más interpretações. A desvantagem é que o público e, às vezes, os próprios estadistas, não estão familiarizados com o real valor, no jargão diplomático, das expressões utilizadas. (NICOLSON, 1969, p. 123, tradução nossa)²⁰

Na comunicação diplomática, em especial na escrita, observam-se, em particular, no tocante à diplomacia brasileira, diferentes níveis de formalidade. Como exemplos, citamos documentos assinados entre dois ou mais Estados (acordos e tratados internacionais), elaborados conforme padrões e regras protocolares internacionais; documentos administrativos e correspondências internas (despachos e telegramas), bem como comunicações trocadas com representações diplomáticas estrangeiras (notas verbais e ofícios), que também seguem formulação e tramitação próprias da instituição. Em um nível menos formal e protocolar, destacamos as notas à imprensa, destinadas a diferentes audiências, como imprensa e a sociedade civil.

A propósito dos diferentes níveis de formalidade presentes na atividade diplomática, Nick (2001, p. 45-46, tradução nossa) indica que

Existem vários tipos especializados de linguagem diplomática em diversos campos da atividade diplomática - para a redação de comunicados [...], para negociações [...], para contatos extraoficiais e para ocasiões informais, para a participação em conferências internacionais, para a conclusão de tratados internacionais, etc.²¹

No tocante ao aspecto dinâmico desta linguagem, vale observar que os acontecimentos históricos influenciam o léxico diplomático. Assim, temas recorrentes outrora em voga, como ‘cortina de ferro’ e ‘guerra fria’, perderam espaço para outros temas contemporâneos, como ‘terrorismo’, ‘migrações’ e ‘refúgio’. Some-se a isso o fato de a gama de assuntos tratados pela comunicação diplomática ser crescente e envolver, inclusive “temas sobre economia, meio ambiente e outras questões técnicas cada vez mais complexas” (RANA, 2001, p. 112, tradução nossa)²², a exemplo das disputas comerciais e soluções de controvérsias entre países junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

²⁰ The advantage of this conventional form of communication is that it maintains an atmosphere of calm, while enabling statesmen to convey serious warnings to each other which will not be misunderstood. The disadvantage is that the public and sometimes even the statesmen themselves, are not acquainted with the actual value, in diplomatic currency, of the expressions used.

²¹ There are several types of diplomatic language in various fields of diplomatic activity – for the redaction of *communiqués* [...] for negotiations [...], for unofficial contacts outside of official premises and for informal occasions, for participation in international conferences, for the conclusion of international treaties, etc.

²² Increasingly complex economic, environmental and other technical issues [...].

1.5.1 Notas à imprensa

Os textos que compõem os *corpora* desta pesquisa denominam-se ‘notas à imprensa’, em português, e *press releases* em inglês, respectivamente. De modo geral, esses textos compartilham alguns pontos em comum: são elaborados por instituições homólogas (Ministério das Relações Exteriores e Departamento de Estado dos Estados Unidos), destinam-se ao mesmo propósito (informar a imprensa nacional e estrangeira), tratam dos mesmos temas (viagens oficiais, assinatura de acordos, conflitos mundiais), seguem a mesma periodicidade de publicação (diária) e são caracterizadas pela impessoalidade.

As notas à imprensa veiculadas no sítio do Ministério das Relações Exteriores na Internet têm um como principal público-alvo os cidadãos brasileiros e estrangeiros, com interesse em política externa, bem como a imprensa doméstica e internacional. Esse público, de caráter heterogêneo, torna-se difícil de categorizar, o que dificulta as escolhas do tradutor. Com o objetivo de divulgar ações e posições do Ministério, seu conteúdo poder conter os seguintes temas: a) o posicionamento do governo brasileiro sobre acontecimentos de ordem internacional, ou ainda, em menor escala, doméstica; como atos de terrorismo, catástrofes naturais, conflitos armados, instabilidade política; b) visitas oficiais de autoridades, tanto estrangeiras como brasileiras; c) assinatura de atos internacionais (por exemplo, tratados, acordos, convenções, protocolos) entre o governo brasileiro e outros países ou organizações internacionais, em diversas áreas, como meio ambiente, comércio, cultura, ciência e tecnologia, direitos humanos, energia, defesa, cultura, migração, entre outras. Observa-se que as notas (publicadas no sítio *web* do Departamento de Estado) tratam, entre outros assuntos específicos àquele país, das mesmas temáticas veiculadas pelas notas à imprensa do Ministério.

Por fim, vale destacar outra característica em comum às notas à imprensa publicadas por ambas as instituições: a impessoalidade, ou emprego de terceira pessoa, recurso linguístico que, segundo Krieger e Finatto (2004, p. 117) desfavorece “condicionamentos e pontos de vista particulares” e favorece “os efeitos de indeterminação e apagamento da subjetividade”. No universo de textos compilados para os *Corpora* 1 e 3 (português original e inglês original, respectivamente), observamos, no entanto, maior presença de impessoalidade nas notas à imprensa em português do que nas notas em inglês. Naquelas, é constante o emprego, como sujeito discursivo, de ‘O Governo brasileiro’, ‘O Brasil’ ou ‘O Governo do Brasil’. Nestas, além do sujeito impessoal *the United States* (‘os Estados Unidos’), observamos o emprego frequente de verbo em primeira pessoa, em função dos sujeitos *I* (‘eu’), em referência ao Secretário de Estado

dos Estados Unidos – homólogo ao Ministro de Relações Exteriores, *We* (‘nós’), em menção ao Secretário de Estado e/ou ao povo norte-americano, e, ainda, *Teresa and I* (‘Teresa e eu’), em referência ao Secretário de Estado dos Estados Unidos e esposa. Concluímos, desse modo, que as notas à imprensa norte-americanas demonstram estilo mais pessoal, possivelmente como recurso de aproximação ao respectivo público-alvo.

A título ilustrativo, reproduzimos, a seguir, o conteúdo de duas notas sobre o mesmo tema, veiculadas nos portais das respectivas instituições, com destaque, em negrito, para as características acima apontadas:

<p>Nota 388</p> <p>Prêmio Nobel da Paz ao Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano</p> <hr/> <p>09 de outubro de 2015 - 16:15</p> <p>O governo brasileiro recebeu com grande satisfação o anúncio da concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2015 ao Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano, formado pela União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), pela União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (UTICA), pela Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e pela Liga Tunisiana dos Direitos Humanos (LTDH).</p> <p>O diálogo nacional promovido por essas quatro entidades da sociedade civil foi decisivo para a superação das diferenças entre Governo e oposição ao longo do bem sucedido processo de transição tunisiano. Os esforços de mediação do Quarteto, sua capacidade de construir consensos e seu incansável empenho para manter abertos os canais de diálogo foram fundamentais para a adoção da nova Constituição da Tunísia, em janeiro de 2014, e a realização, entre outubro e dezembro de 2014, de eleições gerais, livres e transparentes que permitiram ao país completar de maneira exemplar sua transição democrática.</p> <p>O Governo brasileiro felicita o Governo e o povo da Tunísia e, muito especialmente, as entidades integrantes do Quarteto. O Prêmio Nobel da Paz representa não apenas merecido reconhecimento do papel desempenhado pelo Quarteto na condução do processo político tunisiano, mas também uma vitória para aqueles que, em todo o mundo, defendem os valores do diálogo, da tolerância e da democracia.</p>	<p>The Nobel Peace Prize for the Tunisian National Dialogue Quartet</p> <p>Press Statement John Kerry Secretary of State</p> <p>Washington, DC October 9, 2015</p> <hr/> <p>I congratulate Tunisia’s National Dialogue Quartet for their selection as winners of the 2015 Nobel Peace Prize.</p> <p>This extraordinary honor recognizes the critical role civil society organizations played following the Tunisian revolution -- by preserving national unity and constructing a political process that led to both a constitution and free and fair national elections.</p> <p>As assassinations and street protests roiled domestic politics in 2013, the National Dialogue Quartet played an invaluable role in keeping Tunisia’s transition on track. These organizations promoted consensus-building and social cooperation by working across the spectrum of Tunisian society to advance dialogue and foster Tunisia’s continuing democratic transition. Their inspiring achievement is a shining example for all societies that are working towards an inclusive transition from dictatorship to democracy.</p> <p>We laud Tunisian leaders from across the political spectrum who worked with the Quartet and others in civil society and who made difficult compromises for the sake of the Tunisian people. The Tunisian model of inclusivity and respecting fundamental freedoms of all its citizens is the</p>
---	---

<p>Fonte: Ministério das Relações Exteriores</p>	<p>best answer to the violence and extremist ideologies that have torn apart other countries in the region.</p> <p>The United States remains committed to supporting the Tunisian people and their government as they continue to strengthen and protect their democracy and fulfill their aspirations for a safe, secure, and prosperous future.</p> <p>Fonte: <i>U.S. Department of State.</i></p>
--	---

1.5.2 Sistema conceitual da diplomacia

A dimensão cognitiva da Terminologia prevê a existência de um sistema conceitual de uma área, também conhecido como ‘mapa conceitual’ ou ‘árvore de domínio’, que pode ser entendido como um “conjunto estruturado de conceitos construído com base nas relações estabelecidas entre esses conceitos e no qual cada conceito é determinado por sua posição nesse conjunto” (ISO 1087, 1990, p.4 apud BARROS, 2004, p. 112). Para Krieger e Finatto (2004, p. 134), a árvore de domínio é um “diagrama hierárquico composto por termos chave de uma especialidade, semelhante a um organograma”. Sob essa dimensão, a linguagem de especialidade é considerada como um subsistema dentro da língua geral, tendo em vista que ela tem uma estrutura conceitual própria de representação do campo de conhecimento em questão. O conjunto formado por cada subsistema constitui o léxico de uma língua:

Do ponto de vista da terminologia, o léxico de uma língua consiste de vários subsistemas separados, que representam a estrutura de conhecimento de cada área ou disciplina. Cada estrutura conceitual consiste de conceitos interligados de diversos modos. A abordagem do estudo da terminologia do ponto de vista cognitivo exige um entendimento da estrutura de conhecimento a fim de se obter uma visão completa e coerente da natureza, comportamento e interação dos conceitos e seus respectivos termos. (SAGER, 1990, p. 13, tradução nossa)²³

Para Sager (1990), os conceitos devem ser classificados pelas relações que mantêm com outros conceitos adjacentes, sendo apresentados, para tanto, em uma estrutura sistematizada. As relações conceituais dos termos indicam, portanto, o tipo de ligação que um conceito tem

²³From the point of view of terminology, therefore, the lexicon of a language consists of the many separate subsystems representing the knowledge structure of each subject field of discipline. Each knowledge structure consists of variously interlinked concepts. Approaching the study of terminology from its cognitive dimension requires an understanding of the structure of knowledge in order to obtain as complete and coherent a picture of the nature, behaviour and interaction of concepts and their associated terms as possible.

com os outros do mesmo sistema. Quanto aos tipos de relações conceituais, Sager (1990) indica que qualquer tipo de relação – além das tradicionalmente conhecidas, como a genérica e partitiva – pode ser estabelecida na prática, a depender da necessidade do trabalho em questão.

A organização do sistema conceitual da área, portanto, pode ser útil ao trabalho do terminólogo, uma vez que delimita a área de estudo e esquematiza as relações entre os conceitos dentro do domínio. Uma vez estabelecidas as relações conceituais da área de especialidade, o terminólogo poderá identificar as unidades terminológicas que constituirão a nomenclatura do material terminológico, seja um dicionário ou glossário. Barros (2004, p. 119) identifica a utilidade do sistema conceitual para a elaboração de obras terminológicas quando “da escolha da nomenclatura, no tratamento dos dados, na organização do sistema de remissivas”. Krieger e Finatto (2004, p. 134) destacam a utilidade desse recurso para “que se tenha uma aproximação inicial a uma área de conhecimento”, de modo que “o pesquisador possa, baseado nele, compreender algumas das hierarquias básicas e também situar um recorte do reconhecimento terminológico para seu dicionário”.

Acreditamos que a criação de um mapa conceitual, ou árvore de conceitos, é um recurso que auxilia na compreensão não somente das relações conceituais, mas principalmente na delimitação e funcionamento da área estudada. Desse modo, como alternativa a um mapa conceitual, e com o intuito de tentarmos compreender melhor o funcionamento do nosso objeto de análise, sugerimos, a seguir, com base no Decreto n. 8.817, de 21 de julho de 2016, referente à estrutura regimental do Ministério das Relações Exteriores, proposta de lista não hierárquica com as principais áreas de atuação e respectivas atividades da diplomacia:

a) diplomacia pública:

– relação com imprensa:

- publicações oficiais;
- notas à imprensa;

b) diplomacia econômica, financeira e comercial:

– sistema monetário e financeiro internacionais:

- cooperação financeira, monetária e fiscal;
- fluxos financeiros, arranjos monetários, cambiais, tributários e fiscais;
- acordos sobre serviços e investimentos;

– comércio extrarregional:

- negociações extrarregionais do Mercosul;

– negociações econômicas comerciais internacionais:

- defesa comercial;
- agricultura;
- propriedade intelectual;
- contenciosos comerciais;
- assuntos econômicos internacionais;
- promoção comercial e investimentos:
 - comércio exterior;
 - atração de investimentos estrangeiros;
 - internacionalização de empresas brasileiras;
- c) diplomacia cultural:
 - política cultural:
 - promoção do Brasil no exterior;
 - língua portuguesa;
 - educação;
- d) diplomacia consular e jurídica
 - assistência consular;
 - imigração;
 - assuntos jurídicos;
 - cooperação jurídica internacional;
 - atos internacionais;
 - direito internacional;
- e) diplomacia multilateral e política:
 - defesa/segurança:
 - ilícitos transnacionais;
 - corrupção;
 - drogas;
 - terrorismo;
 - assuntos de defesa;
 - direitos humanos e questões sociais;
 - organismos internacionais:
 - direito internacional;
 - direito humanitário;
 - desarmamento, não proliferação nuclear e de armas;

- cooperação nuclear pacífica;
 - ONU;
 - paz internacional
- política exterior bilateral e multilateral;
- f) diplomacia ambiental /energética / tecnológica:
- meio ambiente:
- desenvolvimento sustentável;
 - proteção da atmosfera;
 - Antártida;
 - mares e oceanos;
- ciência e tecnologia:
- inovação;
 - alta tecnologia;
 - tecnologia da informação/comunicações;
 - sociedade da informação;
- energia:
- recursos energéticos;
- g) diplomacia federativo-parlamentar:
- relação com Congresso e governos estaduais e municipais.

A lista acima apresentada aponta para o caráter multidisciplinar da atividade diplomática e pode auxiliar na caracterização da linguagem e da terminologia veiculada pelos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

2 METODOLOGIA

Este estudo terminológico direcionado por *corpus* adota uma metodologia para elaboração de glossário bilíngue com base em uma abordagem contrastiva, quantitativa e qualitativa de *corpora* comparável e paralelo e em pressupostos teórico-metodológicos da área de Terminologia e Linguística de *Corpus*.

Quanto às diferentes metodologias de pesquisa realizadas com uso de *corpus*, citamos o estudo “*corpus-based*” (‘baseado em *corpus*’) e o estudo “*corpus-driven*” (‘direcionado pelo *corpus*’), conforme classificação apresentada por Tognini-Bonelli (2001). No primeiro caso, o *corpus* é utilizado para extrair dados textuais, como exemplos e definições, para uma lista de termos previamente compilada com base em um sistema conceitual previamente definido por um especialista. Nesse tipo de abordagem, o *corpus* é “útil, pois [...] indica pequenas correções e adaptações a serem feitas no modelo adotado e [...] pode ser uma valiosa fonte de evidência quantitativa” (TOGNINI-BONELLI, 2001, p. 66, tradução nossa)²⁴. Por outro lado, em um estudo direcionado por *corpus*, como é o caso desta pesquisa, os termos são extraídos do próprio *corpus*, ou seja, “o *corpus*, e não o especialista [...] ‘dirá’ quais são os termos mais usados na área estudada” (TAGNIN; TEIXEIRA, 2012, p. 55, tradução nossa)²⁵.

No que concerne a teorias de Terminologia, embasamos nossa abordagem na conceitualização terminológico-comunicativa de Cabré (1999) a respeito das linguagens de especialidade e seus termos, para quem palavra e termo pertencem ao mesmo sistema linguístico e estão regidos pelas mesmas regras de funcionamento, diferenciando-se em função do contexto (comunicativo) de uso. Acolhemos, ainda, a dimensão cognitiva que Sager (1990) confere à terminologia, para quem o léxico de uma língua é formado por vários subsistemas representativos de conhecimentos especializados, cada qual, por sua vez, é composto por uma rede de conceitos interligados. Ainda no âmbito da Terminologia, utilizamos as denominações de Strehler e Gorovitz (2011) a respeito dos diferentes repertórios terminológicos, em especial, o glossário, objeto deste trabalho. Com uma ampla abordagem acerca da Terminologia, incluindo histórico e diferentes acepções teóricas, correlações com outras disciplinas, caracterização do termo, Krieger e Finatto (2004) muito contribuíram para a fundamentação teórica desta pesquisa e reconhecimento das estruturas terminológicas. Por fim, mas não menos importante, o estudo de

²⁴[...] useful because [...] it indicates where minor corrections and adjustments can be made to the model adopted and [...] it can also be valuable as a source of quantitative evidence.

²⁵[...] the corpus will ‘tell’ us which are the terms most commonly used in the area being investigated, not the specialist.

Bevilacqua (2004, 2005) sobre a identificação das unidades fraseológicas e a distinção entre essas estruturas e as unidades sintagmáticas terminológicas auxiliou nossa metodologia de identificação e seleção de termos para nosso glossário bilíngue.

A Linguística de *Corpus*, por sua vez, como exercício de extração e análise de conjunto de dados linguísticos textuais (*corpora*) confere viés prático ao estudo das linguagens de especialidade e à compilação de repertórios terminológicos, tendo em vista que lida com elementos linguísticos empíricos, permitindo, assim, observar o real funcionamento de uma língua ou das linguagens de especialidade. Nesse campo, os estudos de Tony Sardinha e de Stella Tagnin sobre o tratamento e análise de *corpora*, em especial por meio de programas computacionais, tiveram suma importância ao longo desta metodologia.

A compreensão de alguns conceitos básicos em Lexicologia, como palavra, lexema, morfema, relações de equivalência e oposição, relações semânticas de hiperonímia e hiponímia, variação, entre outros, também muito contribui para nosso trabalho terminológico. A esse respeito, Barros (2004), distingue o lexema como unidade da língua com significado próprio. A palavra, por sua vez, é a forma de manifestação de um lexema no texto. Em termos práticos, dizemos que o lexema (ou termo, em se tratando de linguagem de especialidade) ‘ministro’ ocorre, em nosso *corpus*, em forma das palavras (ou *types*, em inglês) ‘ministro’ e ‘ministros’. As 551 repetições, no mesmo *corpus*, da palavra ‘ministro’ e as 186 repetições da palavra ‘ministros’ são consideradas ocorrências de cada palavra (ou *tokens*, em inglês).

Para a consecução dos objetivos específicos desta pesquisa, quais sejam, compilação de um *corpus* relativo ao nosso objeto de análise, identificação de candidatos a termo e extração e validação de equivalentes tradutórios, utilizamos alguns recursos computacionais, dentre os quais destacamos a plataforma *AntConc* v. 3.2.4. Essa ferramenta nos permitiu fazer uma análise contrastiva, quantitativa e qualitativa dos *corpora* elencados, a fim de detectarmos candidatos a termos para nosso repertório terminológico. Outro recurso que utilizamos foi a plataforma online *YouAlign* para alinhamento dos *corpora* paralelos desta pesquisa, com o intuito de identificar os equivalentes, em inglês, aos candidatos a termos em português.

A consulta a especialistas também foi um recurso bastante importante ao longo deste trabalho, para aprofundar nosso conhecimento sobre a atividade diplomática e sanar dúvidas ainda existentes quando do levantamento dos resultados finais desta pesquisa. Por fim, cabe destacar também o papel do conhecimento e experiência desta tradutora-pesquisadora, no tocante aos textos que formam os *corpora* compilados, sem desconsiderar, no entanto, a margem de erro inerente a um profissional sem ou com pouca proficiência sobre o tema. Desse modo, a experiência tradutória diária com as notas à imprensa e a pesquisa recorrente para compreender

conceitos específicos e buscar equivalentes tradutórios em outra língua foram significativos para a compilação dos *corpora* desta pesquisa.

2.1 Descrição dos *corpora* da pesquisa

Nesta pesquisa, trabalhamos com três *corpora*: a) um *corpus* principal, composto por textos originalmente escritos em língua portuguesa; b) um segundo *corpus*, referente às traduções para o inglês dos textos do *corpus* principal; e c) um terceiro *corpus*, composto por textos originalmente escritos em língua inglesa.

O *corpus* principal de estudo, o qual denominamos *Corpus*1, possui 132.633 palavras em português e é formado por textos denominados ‘notas à imprensa’, produzidos originalmente em português pelo Ministério das Relações Exteriores, no período entre 2013 e 2015, e publicados no portal da instituição na Internet.

O segundo *corpus*, denominado *Corpus* 2, possui 119.688 palavras em inglês e é composto por textos referentes às traduções de todas as notas à imprensa que constituem o *Corpus* 1, também publicados no portal daquela instituição na Internet. O período temporal dos textos que compõem os *Corpora* 1 e 2 é idêntico, uma vez que um *corpus* contém as traduções de todos os textos (notas à imprensa) que compõem o outro *corpus*. Esses *corpora* paralelos também possuem simetria quantitativa e qualitativa entre si.

O terceiro *corpus*, denominado *Corpus* 3, consiste de notas à imprensa originalmente escritas em inglês e veiculadas no portal do Departamento de Estado dos Estados Unidos (o equivalente ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro), no período entre 2013 e 2015. A primeira versão desse *corpus* continha 697.664 palavras, mais de cinco vezes o conteúdo dos *Corpora* 1 e 2. Isso ocorreu pelo fato de o número de textos produzidos e publicados diariamente pela instituição norte-americana ser, em geral, maior que o número de notas publicadas a cada dia no portal da instituição brasileira, dentro do período selecionado. Com base no critério de simetria quantitativa entre os três *corpora*, excluímos textos muito longos ou de temas repetidos ou, ainda, de assuntos diferentes daqueles tratados pelos textos contemplados no *Corpus* 1, conferindo, assim, à versão final do *Corpus* 3, um total de 361.451 palavras. Optamos por manter o *Corpus* 3 com essa extensão, ainda que maior que os *Corpora* 1 e 2, por observar que uma segunda redução textual comprometeria o aspecto qualitativo dos dados. Ao

final, este *corpus* tornou-se quantitativamente assimétrico, porém qualitativamente similar, aos *Corpora* 1 e 2.

A respeito do volume de fontes para a composição de *corpus* voltado à pesquisa terminológica bilíngue, Aubert (2001, p.62) considera que, exceto no tratamento de textos originais e respectivas traduções, em que o tamanho de ambos os *corpora* tende a ser igual, o volume textual na segunda língua (no caso desta pesquisa, o *Corpus* 3) deve ser duas vezes maior do que na primeira (no caso, o *Corpus* 1), a fim de se “assegurar um razoável cobertura das noções e termos levantados a partir do *corpus* na primeira língua”. O autor conclui que, ainda que se adote essa metodologia, a prática “demonstra que a cobertura obtida na segunda língua corresponderá, em média, a 80% das noções e termos coligidos na primeira língua, tendo a cobertura dos termos remanescentes, geralmente, de ser efetuada por meio de consulta aos especialistas de área”.

Com base na tipologia de *corpus* proposta por Sardinha (2004), expomos, a seguir, um quadro-resumo com as principais características dos três *corpora* desta pesquisa:

Critério	<i>Corpus 1</i>	<i>Corpus 2</i>	<i>Corpus 3</i>
Fonte	Página do Ministério das Relações Exteriores na Internet.	Página do Ministério das Relações Exteriores na Internet.	Página do Departamento de Estado dos Estados Unidos na Internet
Língua	Português	Inglês	Inglês
Modo	Escrito	Escrito	Escrito
Tempo	Sincrônico, contemporâneo	Sincrônico, contemporâneo	Sincrônico, contemporâneo
Seleção	De amostragem, estático	De amostragem, estático	De amostragem, estático
Conteúdo	Especializado	Especializado	Especializado
Autoria	Falante nativo do português	Falante não nativo do inglês	Falante nativo do inglês
Finalidade	Estudo, registro	Paralelo (em relação ao <i>Corpus</i> 1)	Comparável (em relação ao <i>Corpus</i> 1)
Tamanho	132.633 (pequeno)	119.688 (pequeno)	361.451 (médio)

Desse modo, os *Corpora* 1 e 2 são paralelos, compostos, respectivamente, de textos originais em português e respectivas traduções para o inglês. Os *Corpora* 1 e 3, por sua vez, são comparáveis bilíngues, uma vez que são formados por textos escritos originalmente nas duas línguas deste trabalho (português e inglês), sobre os mesmos temas e do mesmo período de publicação. Para a elaboração do repertório terminológico desta pesquisa, extraímos os candidatos a termos em português do *Corpus* 1, e os respectivos equivalentes, em inglês, do *Corpus* 2. Com base no *Corpus* 3, validamos esses equivalentes.

2.2 Tecnologia para análise de *corpus* – Programa *AntConc*

Nesta pesquisa, utilizamos a plataforma *AntConc 3.2.4w*²⁶, um programa de análise lexical de *corpus*, da autoria de Laurence Anthony, por ser de acesso gratuito e disponibilizar diversos vídeos tutoriais e manuais de uso. O *AntConc* oferece sete ferramentas para análise de dados, dentre as quais destacamos o *Word List* (gerador de lista de palavras), o *Concordance* (concordanciador) e o *Clusters/N-Grams* (gerador de N-gramas), por terem sido as mais utilizadas nesta pesquisa.

2.2.1 *Word List* (gerador de lista de palavras)

A ferramenta *Word List* do *AntConc* gera uma lista de todas as palavras presentes no *corpus*, permitindo ordená-la por frequência de ocorrência no *corpus* ou por ordem alfabética. Também permite buscar rapidamente uma palavra no *corpus*, identificar as palavras mais frequentes e, ainda, excluir palavras gramaticais da lista, como artigos e preposições, que não foram aproveitadas para o repertório terminológico.

Além disso, esse recurso diferencia o número total de ocorrência de palavras no *corpus* (*wordtokens*) da quantidade de palavras distintas, ou tipos de palavras (*wordtypes*), considerando, neste caso, apenas uma ocorrência de cada tipo de palavra. O quociente *wordtype/wordtoken* permite observar a variedade lexical do *corpus* em questão, sendo que, quanto menor o valor desse coeficiente, menor a variedade lexical do *corpus*.

Assim, essa ferramenta gerou os seguintes resultados para cada um dos *corpora*:

	<i>Corpus 1</i>	<i>Corpus 2</i>	<i>Corpus 3</i>
Número de tipos de palavras (<i>wordtypes</i>)	10.127	7.813	14.129
Total de palavras (<i>wordtokens</i>)	132.633	119.688	361.451
Coefficiente <i>wordtypes/wordtokens</i>	0,076	0,065	0,039

²⁶ Disponível em: < <http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/> >.

Observa-se que os *Corpora* 1 e 2 possuem coeficientes relativamente próximos. O *Corpus* 1 apresenta coeficiente maior em relação ao *Corpus* 2, possivelmente pelo fato de se tratar de textos escritos originalmente na língua, o que lhe confere maior variedade linguística. O *Corpus* 3, por sua vez, apresenta o menor coeficiente em relação aos demais *corpora*. Em um primeiro momento, esse resultado nos causou estranheza, pois os textos desse *corpus* correspondem aos originais em língua inglesa. No entanto, tendo em vista que o *Corpus* 3 é o mais extenso (tem o maior número de palavras em relação aos demais), julgamos que a menor riqueza lexical decorra do grande número de repetições (deduzido a partir do número baixo de *wordtypes* em relação à grande ocorrência total de palavras – *wordtokens*) relacionado à extensão desse *corpus*, o que, por sua vez, o torna tematicamente mais genérico. Outro fator que pode justificar a pouca variedade lexical é o menor grau de especialização dos textos que compõem o *Corpus* 3.

2.2.2 *Concordance* (concordanciador)

A ferramenta *Concordance* do *AntConc* é um recurso bastante útil para a análise das palavras no *corpus* estudado, pois apresenta todas as ocorrências em contexto, permitindo observar o uso natural das palavras numa língua, a exemplo de padrões colocacionais (unidades coocorrentes com o termo em questão) dos candidatos a termos e construções frasais típicas da atividade estudada.

Neste estudo, a ferramenta *Concordance* do programa *AntConc* foi a mais utilizada na análise dos candidatos a termos para o glossário bilíngue, pelos seguintes motivos:

- a) permitiu-nos visualizar o contexto de ocorrência do candidato a termo selecionado, por meio das linhas de concordância;
- b) auxiliou-nos a determinar padrões de ocorrência de colocados de um determinado candidato a termo, ou seja, as combinações mais frequentes entre candidato a termo e outras palavras do *corpus*.

A respeito desse recurso, Tagnin e Murakami (2014) propõem dois tipos de leitura para a análise de *corpus*: uma vertical, em que é possível identificar padrões gramaticais e lexicais,

e outra, horizontal, que permite identificar colocados²⁷ e seus diferentes significados. No exemplo da figura 1, a seguir, a leitura vertical permite visualizar uma alta frequência (795) da palavra ‘relações’, enquanto que a leitura horizontal permite identificar uma ocorrência frequente do colocado ‘bilaterais’ com aquela palavra. A última coluna, à direita da tela, mostra os nomes dos arquivos de texto referentes a cada resultado da linha de concordância.



Figura 1: tela da ferramenta *Concordance* do *AntConc*, com os diferentes colocados ao termo ‘relações’.

2.2.3 Clusters/N-grams (gerador de N-gramas)

Outra ferramenta utilizada nesta pesquisa foi o *Clusters* (‘agrupamentos’), que nos permitiu buscar combinações entre uma palavra-chave com as demais palavras do *corpus*, facilitando, assim, a identificação de padrões de ocorrência e unidades terminológicas complexas. Essa ferramenta possibilita também a pesquisa de palavras combinadas à direita ou à esquerda da palavra-chave. Ao contrário da ferramenta *Concordance*, o recurso *Clusters* não apresenta linhas de concordância, ou contextos de uso, mas somente as combinações da palavra-chave com outras palavras no *corpus*.

²⁷Segundo Tagnin (2007, p. 358), um colocado é “qualquer elemento que coocorra de forma significativa com uma palavra de busca”.

O recurso *N-Grams*, por sua vez, possibilita visualizar combinações entre todas as palavras do *corpus*, de acordo com a extensão do agrupamento selecionada (se entre 1, 2, 3 ou mais palavras, sendo ‘N’ o número de palavras).

A figura 2, a seguir, exemplifica resultados de combinações da palavra-chave ‘cooperação’ com outras palavras do *Corpus 1*, por meio da ferramenta *Clusters* do *AntConc*. Para a demonstração dos resultados, escolhemos, como parâmetros, agrupamentos formados por duas palavras (*cluster size*), com posicionamento da palavra-chave à esquerda dos agrupamentos e listagem dos resultados por ordem de frequência no *corpus*.

Rank	Freq	Cluster
1	40	cooperação entre
2	39	cooperação em
3	38	cooperação bilateral
4	25	cooperação técnica
5	20	cooperação e
6	17	Cooperação e
7	16	Cooperação em
8	14	cooperação com
9	11	cooperação nas
10	10	cooperação no
11	8	Cooperação Sul
12	7	Cooperação do
13	7	cooperação internacional
14	7	cooperação na
15	7	cooperação Sul
16	6	Cooperação para
17	6	cooperação trilateral
18	5	Cooperação Econômica

Figura 2: tela de resultados da ferramenta *Clusters* do programa *AntConc* para a palavra-chave “cooperação”.

2.3 Compilação dos *corpora*

A primeira etapa da metodologia desta pesquisa constituiu no levantamento dos *corpora* linguísticos. Para isso, compilamos três *corpora*, cujos textos foram extraídos dos portais na Internet do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Desse modo, aplicando os mesmos critérios e metodologia na compilação dos três

corpora, elaboramos um *corpus* principal (*Corpus 1*), composto por textos originalmente escritos em língua portuguesa; um segundo *corpus* (*Corpus 2*), referente às traduções para o inglês dos textos do *corpus* principal, e um terceiro *corpus* (*Corpus 3*), composto por textos originalmente escritos em língua inglesa.

A metodologia de compilação dos três *corpora* pautou-se pelo critério da simetria quantitativa, qualitativa, temática e temporal entre os textos, em conformidade com a abordagem estabelecida para esta pesquisa. Nesse sentido, buscamos compor cada um dos *corpora* com os mesmos critérios em relação à fonte, tipo, período de publicação, extensão, conteúdo e quantidade de textos.

Quanto à fonte dos textos, elegemos a página na Internet do Ministério das Relações Exteriores, para a coleta dos textos em português original e em inglês traduzido, e a página na Internet do Departamento de Estado, para a coleta dos textos escritos em inglês original. Optamos por aquela instituição brasileira pelo fato de ser o órgão responsável pela política externa e atividade diplomática do país, bem como ser local de exercício tradutório desta pesquisadora. A instituição homóloga norte-americana foi escolhida em detrimento a outras instituições de países de língua inglesa pelo fato de os textos produzidos por aquela instituição serem uma fonte frequente de consulta de vocabulário em língua inglesa sobre o tema. Muito embora tenhamos cogitado a possibilidade de compilar outros *corpora* comparáveis em inglês, com base em textos de instituições diplomáticas de outros países de língua inglesa, consideramos, por fim, que o tempo de conclusão desta pesquisa não seria suficiente para o tratamento e análise de um número maior de *corpora*.

Em relação ao tipo de texto e período de publicação nos respectivos portais das referidas instituições, elegemos as ‘notas à imprensa’ por constituírem o maior volume do meu trabalho como tradutora no Ministério das Relações Exteriores. Da mesma forma, escolhemos as respectivas notas à imprensa produzidas pelo Departamento de Estado, por apresentarem similaridade quanto ao tipo textual, público-alvo e temática em relação aos textos em língua portuguesa, de modo a comporem um *corpus* comparável ao *Corpus 1*.

O período de publicação dos textos escolhidos para o *corpus* inicia-se em 2013, ano em que comecei meu trabalho como tradutora naquela instituição, e termina em 2015, tendo em vista que a compilação do *corpus* deste estudo foi iniciada em janeiro de 2016, não contemplando, portanto, as publicações daquele ano em curso. Além disso, tendo em vista o aspecto manual e laborioso do tratamento dos textos para a compilação dos três *corpora* de estudo, aliado ao prazo para finalizar esta pesquisa, não ponderamos um período maior de publicações.

Por fim, consideramos que o volume textual coletado se mostrou suficiente para desenvolver os objetivos desta pesquisa.

No tocante à extensão e ao conteúdo temático, os textos foram escolhidos com base em minha experiência profissional prévia com as notas à imprensa da instituição brasileira, de modo que cobrissem temas variados referentes à diplomacia e que fossem considerados na íntegra, porém restritos ao tamanho máximo de duas páginas. Ciente dos temas geralmente abordados por essas notas em português, extraí da página do Departamento de Estado textos que tratassem de assuntos iguais ou similares, como por exemplo, atentados terroristas, datas festivas específicas (aniversário de independência de um país, por exemplo), eventos internacionais (Cúpula do G20, Assembleia Geral das Nações Unidas, etc.), e com a mesma extensão delimitada às publicações e português, também em sua íntegra.

Por fim, a quantidade de textos para compor cada *corpus* pautou-se pela frequência de publicações diárias nos respectivos portais institucionais, totalizando a média de dois textos por dia, dentro do espaço temporal de três anos, selecionado como critério de coleta. Nesse período, houve, no entanto, dias em que as respectivas publicações não foram aproveitadas para a confecção dos *corpora*, seja pela falta de correspondência temática entre as publicações de ambas as instituições, seja pela falta de pertinência do assunto veiculado.

Uma vez definidos o objeto de estudo e o tipo textual dos *corpora* desta pesquisa, procedemos à seguinte metodologia de compilação dos *corpora*:

- a) acesso à página na Internet do Ministério das Relações Exteriores, seções ‘Notas à Imprensa’ e ‘Press Releases’ (para compilação dos *Corpora* 1 e 2 respectivamente) e à página na Internet do Departamento de Estado dos Estados Unidos, seção ‘Press Releases’, no caso do *Corpus* 3, para visualizar o conteúdo de notas à imprensa. Em ambas as páginas, as notas à imprensa são disponibilizadas em ordem cronológica crescente de publicação, listadas por título em forma de *link*;
- b) cópia do conteúdo integral de cada nota para arquivo em formato Word, que foi nomeado com os respectivos número e data de veiculação;
- c) para cada arquivo em formato Word foi feita uma cópia sem formatação (formato.txt), a qual limpamos para retirar elementos não aproveitáveis para o *corpus*, como figuras, cabeçalhos e *hiperlinks*;
- d) organização dos textos em pastas conforme a fonte, língua e ano de publicação.

2.4 Extração de candidatos a termos em português

Uma vez criados os três *corpora* desta pesquisa, extraímos os candidatos a termos para nosso glossário. Para isso, inicialmente, alimentamos a ferramenta *WordList* com os textos que compõem o *corpus* em língua portuguesa (*Corpus 1*), com a finalidade de gerarmos uma lista de palavras-chave para esse *corpus*, tendo em vista que a extração de termos foi realizada no sentido português-ínglês. A figura 3, a seguir, ilustra resultado parcial dessa lista, que totalizou 132.633 ocorrências.

Rank	Freq	Word	Lemma Word Form(s)
11	1442	com	
12	1344	no	
13	1325	brasil	
14	1152	das	
15	955	na	
16	919	ao	
17	809	as	
18	799	dos	
19	699	governo	
20	699	à	
21	666	entre	
22	630	como	
23	564	brasileiro	
24	564	se	
25	551	ministro	
26	531	um	
27	524	por	
28	500	relações	
29	495	sobre	
30	491	cooperação	
31	459	países	
32	397	uma	
33	382	é	
34	372	mais	

Figura 3: tela de resultados da ferramenta *Word List* (lista de palavras) do programa *AntConc* referente ao *Corpus 1*.

Com recurso da própria ferramenta, reduzimos a lista de palavras, excluindo as palavras gramaticais²⁸ (a exemplo das preposições, artigos, pronomes, conjunções, numerais, advérbios) dos resultados. Em seguida, ordenamos a lista de palavras por ordem de frequência de ocorrência e a exportamos para planilha Excel, para melhor visualização e manipulação dos resultados.

²⁸Segundo Borba (2003, p.46), o léxico da língua é constituído de duas classes de palavras: as gramaticais e as lexicais. As lexicais “são aquelas que relacionam o sistema de noções da língua com o mundo exterior”. As gramaticais “constituem-se de um sistema de noções que se realizam no interior do sistema”.

Para esta metodologia de levantamento de candidatos a termos para o glossário, adotamos os seguintes critérios gerais de extração: a) frequência de ocorrência e distribuição do termo no *corpus*; e b) pertinência temática.

Com relação ao primeiro critério, consideramos que o alto índice de frequência de uma palavra dentro do *corpus* é muito importante, pois indica que determinada palavra faz parte do discurso natural daquela comunidade linguística. Segundo Tagnin (2009, p. 1082-1084), o critério da frequência é importante no processo de seleção de candidatos a termos, pois identifica não somente as palavras mais frequentes de um *corpus*, como também “padrões linguísticos e textuais em que esse vocabulário ocorre” e identifica aqueles “que têm maior probabilidade de ocorrer, em detrimento àqueles que são apenas gramaticalmente possíveis”. Por outro lado, consideramos esse critério, por si só, insuficiente para averiguar a relevância de uma unidade lexical dentro do *corpus* estudado. Isso porque acreditamos que a representatividade de um termo possa estar relacionada à distribuição de sua frequência dentro do *corpus*, e não somente ao seu alto índice de frequência. Na prática, isso equivale a dizer que um termo pode ocorrer quinze vezes em um único texto dentro do *corpus* ou quatorze vezes, distribuídos em quatorze textos dentro do *corpus*, ou seja, uma vez em cada um dos quatorze textos. O termo que ocorreu quatorze vezes é mais recorrente do que aquele que ocorreu quinze vezes, porém de uma única vez. Também entendemos ser possível que candidatos a termos com baixa frequência de ocorrência no *corpus* possam ser representativos da área estudada, a depender da extensão do *corpus* e do grau de especificidade dos textos do domínio em questão. A título ilustrativo dessa questão, identificamos 18 ocorrências do sintagma ‘chefes de governo’, a partir da palavra-chave ‘governo’, das quais 15 estavam presentes em uma única nota à imprensa.

Sendo assim, aliamos o critério da frequência de ocorrência e distribuição dos candidatos a termos ao segundo critério indicado – o da pertinência temática –, entendida como “a propriedade de um termo de pertencer a uma terminologia [...] pelo fato de vincular-se a um conceito que faz parte do campo cognitivo do domínio inventariado” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 138). Essa pertinência pode ser determinada segundo a experiência do tradutor com os textos da área em questão, conforme o “nível de compreensão alcançado pelo terminólogo ou pesquisador a respeito da estruturação da área de conhecimento” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 138).

Os resultados obtidos no *WordList* do *AntConc* demonstraram que um termo pode ser representativo da área, porém ter baixa frequência de ocorrência no *corpus* considerado, ou ter uma alta ocorrência, mas não ter relevância ou exclusividade temática para a área de estudo. Como exemplo, indicamos a palavra ‘cônsul’, com apenas quatro ocorrências no *corpus*. Ainda

quanto ao critério da relevância temática, minha atuação como tradutora de textos relacionados à atividade estudada possibilitou-nos compilar textos a partir de fontes confiáveis e representativas.

Com esses critérios em mente, demos continuidade à metodologia de extração de candidatos a termos para nosso glossário bilíngue. Desse modo, após compilarmos uma lista de palavras com auxílio da ferramenta *AntConc* e a ordenarmos por ordem de frequência, selecionamos as cinquenta primeiras palavras com maior frequência de ocorrência no *corpus*. Nessa seleção, privilegiamos os substantivos – à exceção dos nomes próprios de pessoas e de lugares – dentre as categorias das palavras lexicais²⁹, tendo em vista esses constituírem núcleo predominante dos sintagmas terminológicos, segundo alguns teóricos da Terminologia, como Krieger e Finatto (2004), Krieger (2006) e Barros (2004). Além disso, as ocorrências de siglas e acrônimos (a exemplo de BRICS e MERCOSUL) também foram consideradas nesse levantamento inicial, tendo em vista que essas “configurações signícas”, segundo Krieger e Finatto (2004) também configuram características formais dos termos. Quando observamos a ocorrência próxima de variação de número de um mesmo lexema, ao longo da lista das cinquenta palavras mais frequentes do *corpus*, a exemplo de ‘estado’ (73ª palavra mais frequente no *corpus*) e ‘estados’ (76ª palavra mais frequente no *corpus*), registramos como candidato a termo somente a ocorrência de maior frequência e consideramos as variações de número na próxima etapa desta metodologia.

As cinquenta palavras mais frequentes do *Corpus 1*, de acordo com os critérios acima detalhados, estão listadas a seguir. O símbolo (*), indicado após algumas palavras dessa lista, assinala a existência de variação de número, a qual será contabilizada oportunamente nesta metodologia.

	Posição no cor- pus	Freq. no corpus	Palavra
1.	19	699	Governo
2.	25	551	ministro*
3.	28	500	Relações
4.	30	491	Cooperação
5.	31	459	países*
6.	35	371	Desenvolvimento
7.	38	336	Comércio
8.	39	331	Visita

	Posição no cor- pus	Freq. no corpus	Palavra
26.	85	163	Paz
27.	89	149	Meio
28.	90	144	negócios
29.	91	143	satisfação
30.	94	141	esforços
31.	97	136	Sul
32.	98	135	Áreas
33.	102	132	Política

²⁹As palavras lexicais “relacionam o sistema de noções da língua com o mundo exterior, uma vez que cada item desse sistema é uma representação da realidade extralinguística” (BORBA, 2003, p. 46).

9.	40	330	Acordo
10.	42	312	República
11.	44	288	investimentos*
12.	51	263	Nações
13.	52	261	partes*
14.	54	255	Reunião
15.	57	245	Embaixador
16.	58	234	Segurança
17.	60	231	Temas
18.	61	231	Trabalho
19.	62	229	dia*
20.	66	219	Agenda
21.	69	208	Presidente
22.	71	199	Conselho
23.	72	198	Diálogo
24.	73	194	estado*
25.	79	181	Direitos

34.	103	131	Anos
35.	107	126	Cúpula
36.	108	122	Apoio
37.	109	122	processo
38.	110	121	conjunto
39.	113	119	BRICS
40.	114	119	situação
41.	117	117	conferência
42.	120	116	Energia
43.	121	116	organização
44.	123	114	secretário
45.	125	112	Ocasão
46.	127	111	Mundo
47.	129	108	comissão
48.	135	106	Mercosul
49.	136	105	Artigo
50.	137	105	participação

Lista 1: cinquenta palavras mais frequentes no *Corpus 1*.

Desse modo, a primeira palavra da lista, ‘governo’, é a décima nona palavra mais frequente do *Corpus 1*, apresentando 699 ocorrências, e a última palavra, ‘participação’, é a 137ª palavra mais frequente do *Corpus 1*, com 105 ocorrências.

Em seguida, cada uma das palavras da lista acima foi utilizada como palavra-chave de busca na ferramenta *Concordance* do *AntConc*, para observação das respectivas linhas de concordância e identificação de padrões de ocorrências de estruturas formadas por duas ou mais palavras. No caso das ocorrências de variação de número, como mencionado anteriormente, utilizamos, a título verificativo, o sinal asterisco (*) após a palavra-chave, como em ‘estado*’, permitindo, assim, que a ferramenta buscasse linhas de concordância contendo as palavras ‘estado’ e ‘estados’, simultaneamente.

Tendo em mente que os sintagmas terminológicos nominais podem apresentar as combinações ‘termo (substantivo) + preposição + substantivo’, ‘substantivo + preposição + termo (substantivo)’ e ‘termo (substantivo) + adjetivo’, o parâmetro que escolhemos para a exibição da palavra-chave nas linhas de concordância (*kwicsort*) foi 1L, 2L, 3L, ou seja, a palavra-chave aparece em contexto com até três colocados à esquerda, e, 1R, 2R, 3R, ou seja, com até três colocados à direita, como demonstrado na figura 4, a seguir:

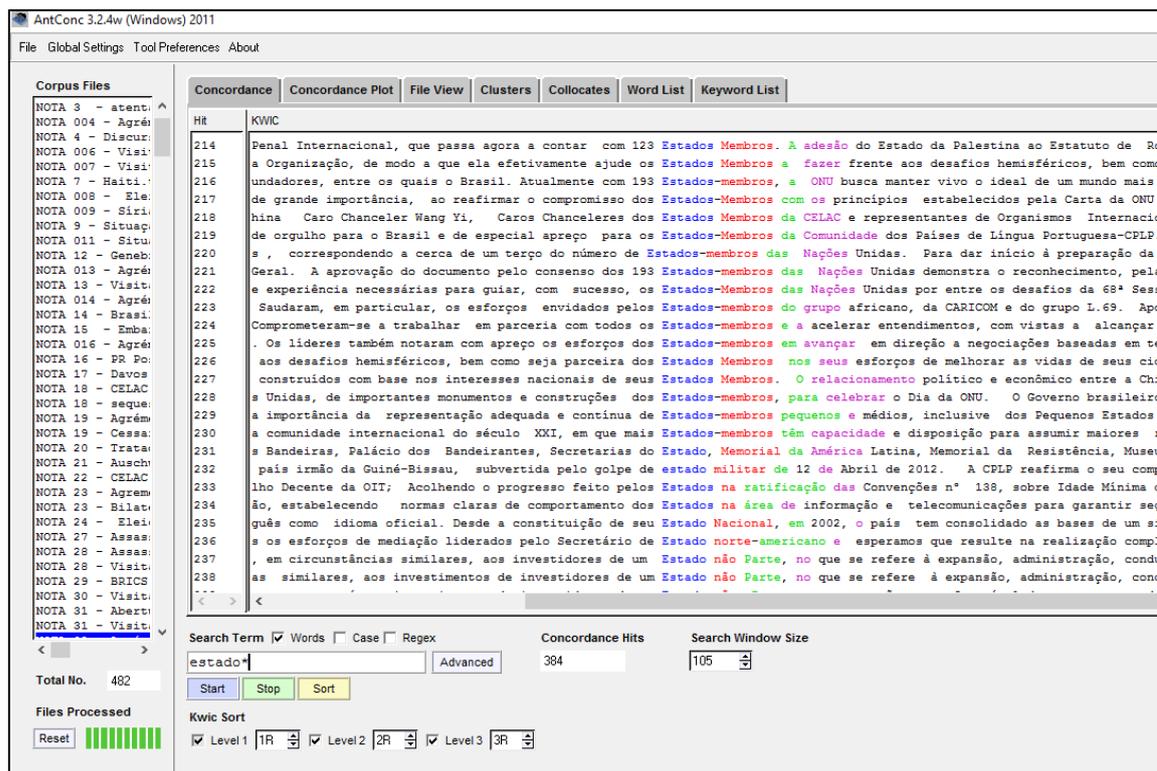


Figura 4: resultados da ferramenta *Concordance* para a palavra-chave "estado*".

Posteriormente, analisamos as linhas de concordância geradas pelas palavras-chave acima listadas, para identificarmos os padrões de ocorrência e respectivos contextos de uso. Em seguida, utilizamos o recurso *Clusters/N-grams* do *AntConc* com a finalidade de: a) confirmar os resultados das linhas de concordância; b) visualizar, mais facilmente, combinações entre palavras que porventura não foram identificadas nas linhas de concordância; c) identificar combinações maiores (maior número de palavras agrupadas) àquelas geradas nas linhas de concordância, ou seja, combinações entre uma colocação gerada a partir de uma palavra-chave com uma terceira, quarta ou quinta, palavra do *Corpus*; e d) verificar a frequência de ocorrência, no *corpus*, das combinações identificadas pelo *Concordance*. Como já mencionamos, os sintagmas nominais prevalecem nas terminologias. Borges (1998 apud KRIEGER e FINATTO 2004) indica que as fórmulas ‘substantivo + adjetivo’ ou ‘substantivo + preposição + substantivo’ predominam entre os sintagmas terminológicos. Nesse sentido, a ferramenta *Clusters* foi um recurso bastante útil, pois nos possibilitou identificar combinações entre palavras, viabilizando, assim, resultados nessas estruturas.

A figura 5, a seguir, ilustra tela da ferramenta *Clusters*, com resultados gerados para o colocado ‘visita de estado’, resultante da linha de concordância do *AntConc*.

The screenshot shows the AntConc 3.2.4w (Windows) 2011 interface. The 'Clusters' tab is active, displaying a table of clusters for the search term 'visita de estado'. The table has three columns: Rank, Freq, and Cluster. The search term is entered in the 'Search Term' field, and the 'Cluster Size' is set to Min. Size 3 and Max. Size 6. The 'Search Term Position' is set to 'On Left'.

Rank	Freq	Cluster
1	12	Visita de Estado
2	5	visita de Estado
3	5	Visita de Estado da
4	4	Visita de Estado da Presidenta
5	2	Visita de Estado ao
6	2	visita de Estado ao
7	2	Visita de Estado ao Brasil
8	2	Visita de Estado ao Brasil do
9	2	Visita de Estado da Presidenta da
10	2	Visita de Estado da Presidenta Dilma
11	2	Visita de Estado do
12	2	Visita de Estado do Presidente
13	1	visita de Estado ao Brasil
14	1	visita de Estado ao Brasil, no
15	1	visita de Estado da
16	1	visita de Estado da Presidenta
17	1	visita de Estado da Presidenta Dilma
18	1	Visita de Estado da Presidente

Figura 5: tela da ferramenta *Clusters* do *AntConc* com resultados para a palavra-chave ‘visita de estado’.

Por fim, após compilarmos uma listagem com possíveis candidatos a termos em português, conforme procedimento descrito anteriormente, passamos à análise desses candidatos a fim de identificar e delimitar aqueles que, de fato, configurassem termos para nosso glossário.

2.4.1 Delimitação dos termos

A nosso ver, a tarefa mais importante, e talvez a mais difícil, no processo de levantamento de termos para um repertório terminológico é a delimitação das unidades terminológicas da área estudada. Segundo pensamento de Krieger e Finatto (2004, p. 81), “como os termos raramente se confundem com a palavra ortográfica, sua identificação representa um dos maiores problemas das aplicações terminológicas”. Isso decorre, primordialmente, da predominância das formações sintagmáticas (ou sintagmas terminológicos) nas terminologias, impondo ao terminólogo o desafio de distinguir essas estruturas dos sintagmas livres e fraseologismos, por exemplo, tendo em vista a semelhança formal entre essas três tipologias. Ademais a semelhança formal, a dificuldade em reconhecer e distinguir essas estruturas deve-se ao fato de que todas

são empregadas no discurso especializado, para transmitir conhecimentos, ainda que em menor grau de especialização.

Nesse sentido, nossa metodologia de delimitação das unidades terminológicas compreendeu duas partes. A primeira pretendeu identificar as fraseologias (unidades fraseológicas especializadas), tendo em vista nosso repertório não contemplar tais estruturas. Uma vez que as unidades fraseológicas foram desconsideradas, passamos à análise dos sintagmas restantes, a fim de categorizá-los como unidades terminológicas pertinentes ao nosso objeto de análise. Em ambos os casos, como exemplificamos oportunamente, foi crucial considerarmos os contextos de uso dos sintagmas no *corpus* e contar com a ajuda dos especialistas, para entendermos e analisarmos essas unidades.

As unidades fraseológicas especializadas (UFEs) constituem objeto de interesse da Terminologia, segundo Krieger e Finatto (2004), tendo em vista que, juntamente com os termos formam “uma complementaridade de expressão e de conteúdos pertinentes às áreas de especialidade”. Nessa linha, há repertórios terminológicos que incluem tanto os termos quanto as fraseologias. Para nosso glossário, optamos por dar ênfase aos termos, não contemplando, assim, as UFEs em sua composição. A distinção, no entanto, entre termos e UFEs é importante em virtude da similitude formal de ambas as estruturas quando expressas sob a forma de sintagmas, o que estreita o limite entre um segmento e outro. Para avançarmos na segunda etapa da metodologia de delimitação das unidades terminológicas, foi necessário entender as características das unidades fraseológicas e saber diferenciá-las dos termos.

Bevilacqua (2005, p. 244), especialista no tema, define as unidades fraseológicas especializadas como

[...] unidades formadas por um núcleo eventivo, considerado como tal por ser de base verbal ou derivada de verbo (nominalização ou particípio), e por um núcleo terminológico (termo). Entre estes dois núcleos se estabelecem relações sintáticas, mas principalmente semânticas, determinadas pelas propriedades do texto em que são utilizadas. [...] Cumprem, tal como os termos, a função de representar e transmitir conhecimento especializado.

Seguindo essa definição, fica clara a característica formal primeira que distingue os sintagmas fraseológicos dos terminológicos: a presença de um núcleo eventivo, ou seja, uma base formada por verbo ou derivação verbal. As estruturas fraseológicas preconizadas por Bevilacqua (2005) podem ser descritas pelas seguintes fórmulas:

- a) [NT]_N + [NE]_{Part.}: núcleo terminológico nominal + núcleo eventivo por particípio, como em *radiação captada*;

- b) [NE]_{Ndev} + [NT]_P: núcleo eventivo por nominalização deverbal + núcleo terminológico preposicionado, como em *concessão de agrément e aprofundamento da cooperação*;
- c) [NE]_V + [NT]_N: núcleo eventivo verbal + núcleo terminológico nominal, como em *aprofundar a cooperação, estabelecer relações diplomáticas*.

Além da presença de um elemento eventivo, Bevilacqua (2000) aponta para o fato de as UFEs se referirem a uma combinação de conceitos, em oposição ao caráter denominativo das UTCs, ou seja, de designarem um conceito único, além de integrarem a estrutura conceitual de uma área de conhecimento. Ademais, outro aspecto diferenciador entre sintagmas fraseológicos e terminológicos, amplamente discutido e exemplificado por Bevilacqua (2004), é o caráter resultativo das unidades terminológicas, em oposição ao aspecto eventivo das unidades fraseológicas especializadas. Em suma, ela afirma que um sintagma nominal eventivo denota um processo, evento ou resultado, herdando, assim, as propriedades do verbo de que deriva, enquanto que as estruturas nominais resultativas denominam propriedade de um objeto ou resultado de um evento, não herdando, portanto as propriedades do verbo de que derivam. Na prática, essa distinção pode ser bastante delicada, mas é importante para se caracterizar uma estrutura como ‘absorção de vidro’ como resultativa, e não eventiva, como bem demonstra Bevilacqua em seu trabalho de doutorado.

Krieger e Finatto (2004) fazem um apanhado dos diferentes teóricos que estudam o comportamento das unidades fraseológicas. Sem privilegiarmos quaisquer dessas abordagens, compilamos as diferentes caracterizações acerca dessas estruturas, a fim de nos auxiliarem a melhor compreendê-las e distingui-las dos sintagmas terminológicos.

Teórico	Fraseologia	Termo
Blais (1993)	Combinação de elementos linguísticos (verbos e termos) que designam uma combinação de conceitos ou noções.	Unidade formada por uma ou mais palavras que designa um conceito de forma unívoca dentro de um domínio especializado.
Desmet (1995)	Fenômeno de coocorrência dos elementos constituintes, podendo ter base nominal, adjetival ou verbal.	Ocorrência no discurso
Gouadec (1994)	Conjunto flexível de formulações que expressam um conteúdo; possuem base a que elementos variáveis se agregam.	Designam conteúdo (objetos e conceitos)
Cabré, Estopà e Lorente (1996)	Unidades sintáticas, mas não léxicas (não têm posição sintática autônoma mínima na frase); semifixas (admitem variação interna); frequência elevada no discurso.	Unidades léxicas próprias de um domínio; são lexicalizadas; têm posição sintática mínima na frase.

Tendo em vista essas considerações, listamos, a seguir, alguns exemplos de sintagmas identificados em nosso *corpus* que caracterizamos como fraseológicos e que, portanto, não incluímos em nosso repertório terminológico:

- aprofundamento da relação bilateral;
- aprofundamento das relações econômicas;
- aprofundamento do diálogo político;
- aprofundar a cooperação bilateral;
- concessão de *agrément*;
- consolidação da paz;
- construção da paz;
- estabelecimento de relações diplomáticas;
- estreitamento da relação bilateral;
- fortalecimento da cooperação bilateral;
- levantamento de embargos;
- manutenção da paz;
- normalização das relações diplomáticas;
- promoção da paz.

Uma vez delimitadas as unidades fraseológicas, passamos à análise dos demais sintagmas selecionados, com o intuito de identificar um conceito específico relacionado ao nosso objeto de análise e delimitá-los como termos para nosso glossário bilíngue. Para tanto, baseamos-nos em um conjunto de recursos e critérios.

O primeiro critério de delimitação de termos para nosso repertório é a presença, no sintagma nominal, de um núcleo terminológico associado a nódulo conceitual do nosso objeto de estudo, ou seja, da atividade diplomática. A esse respeito, Cabré (1999b) caracteriza o termo como um núcleo cognitivo de uma área de especialidade, com função de representar um conhecimento específico. Ainda o distingue da palavra em função do ambiente pragmático (o que envolve usuários, situações de uso e temática que veicula).

Krieger (2005, p.3) também confere importância ao caráter comunicativo pragmático, ao considerar que

[...] a identificação de um repertório terminológico não se resume à consideração pela área temática de conhecimento de que o termo participa, o que, obrigatoriamente, define seu plano conceitual, mas também importam as implicações pragmáticas que são agregadas à circulação de determinadas unidades terminológicas em alguns campos profissionais.

Nesse sentido, considerando a temacidade e a “implicação pragmática envolvida no conteúdo semântico do termo” (KRIEGER, p. 6, 2005), baseamos-nos nos campos de atuação, identificados em 1.2.5, e em conceitos associados à atividade diplomática, incluindo seus agentes e respectivas responsabilidades, qualificações, modo de operação, entre outros. Para isso, contamos com minha experiência com os termos que circulam no ambiente das notas à imprensa. Isso explica porque consideramos núcleos terminológicos de sintagmas as unidades ‘acordo’, ‘cooperação’, ‘diálogo’, ‘reunião’ e ‘governo’, por exemplo, todas com alta incidência no *corpus*.

Assim sendo e considerando as típicas formulações [nome + prep. + nome] e [nome + adjetivo], caracterizadoras dos sintagmas nominais, buscamos identificar combinações sintagmáticas contendo um núcleo terminológico (termo) designativo de um conceito específico, a exemplo de ‘estado’:

- a) ‘chefe de estado’: nome (chefe) + prep. (de) + termo (estado);
- b) ‘estado de direito’: termo (estado) + prep. (de) + nome (direito);
- c) ‘estado associado’: termo (estado) + adjetivo (associado).

Como segundo critério de delimitação dos termos, pautamos-nos pelo grau de lexicalização dos sintagmas identificados como candidatos a termos para nosso glossário. De acordo com Krieger (2005), o reconhecimento terminológico de um sintagma presume a identificação do limite sintagmático de um termo, ou seja, onde a unidade lexical complexa começa e termina. O exame do nível de fixação de uma unidade complexa (ou grau de lexicalização) é uma tarefa geralmente difícil, principalmente “considerando-se ainda as expansões que se agregam às unidades lexicais simples já consolidadas em determinada área” (KRIEGER, 2005, p. 3).

Segundo Barros (2004, p. 102-103), a delimitação da unidade terminológica também está relacionada ao grau de lexicalização dos sintagmas, sendo a lexicalização a propriedade de uma “sequência de unidades lexicais transformar-se em uma única unidade léxico-semântica”. Embora não seja tarefa fácil, ainda segundo a autora, é possível identificar os sintagmas lexicalizados por meio de algumas características presentes nessas construções, como por exemplo: a) impossibilidade de separação dos elementos do sintagma sem alterar o sentido do conjunto; b) impossibilidade de substituição um dos elementos do sintagma por outro sem alterar seu significado; c) possibilidade de correspondência sinonímica do sintagma com uma unidade simples ou outro sintagma.

Barros (2004, p. 103-105) aponta, ainda, outros dois critérios de identificação do grau de lexicalização dos termos, aos quais demos maior ênfase nesta metodologia: a) a característica de o sintagma designar um conceito particular; b) a frequência de coocorrência no domínio, ou

seja, “o fato de se reencontrar sempre a mesma associação de palavras no domínio estudado é normalmente uma prova de lexicalização do sintagma”; e c) a imprevisibilidade semântica, isto é, quando não se pode prever facilmente o significado do sintagma com base no significado de seus elementos constituintes. A respeito desse último aspecto, observamos que muitos dos sintagmas apurados a partir das linhas de concordância do nosso *corpus* apresentaram a formulação [substantivo + adjetivo]. Dentre essas construções sintagmáticas, buscamos desconsiderar, para a versão final de nosso glossário, aquelas que julgamos semanticamente previsíveis, exceto nos casos em que o sintagma designa um conceito muito específico e, portanto, pertinente ao repertório que propomos construir. Como exemplos de resultados semanticamente previsíveis, citamos ‘visita oficial’, ‘direitos humanos’, ‘energia nuclear’, ‘comunidade internacional’, ‘país desenvolvido’.

Esclarecemos, entretanto, que esses ‘testes de validação’ não foram empregados de maneira exclusiva, exaustiva ou decisiva na delimitação dos termos para o glossário, mas serviram apenas de auxílio complementar à metodologia de delimitação de termos para nosso repertório. Assim sendo, demonstramos, a seguir, a título ilustrativo, alguns exercícios de verificação do nível de lexicalização que realizamos com candidatos a termos para nosso glossário:

a) estado de direito:

- inseparabilidade: sim.

Ex.: estado (civil) de direito; estado (emergencial) de direito.

- insubstituição: sim.

Ex.: (país) de direito; estado de (sítio)

- sinonímia: não identificada

- tendência à lexicalização: sim

b) ministro das relações exteriores:

- inseparabilidade: sim.

Ex.: ministro (brasileiro) das relações exteriores;

- insubstituição: sim.

Ex.: (chefe) das relações exteriores; ministro das relações (econômicas)

- sinonímia: sim.

Ex.:chanceler

- tendência à lexicalização: sim

c) sistema multilateral de comércio:

- inseparabilidade: sim.

Ex.: sistema (atual) multilateral de comércio; sistema multilateral (abrangente) de comércio

- insubstituição: sim.

Ex.: sistema multilateral (comercial); sistema (bilateral) de comércio

- sinonímia: não identificada

- tendência à lexicalização: sim

Tendo em vista que o repertório terminológico que propomos desenvolver destina-se primordialmente ao tradutor, consideramos relevante abordar questões tradutórias na delimitação dos termos para o glossário. Assim sendo, como terceiro critério de delimitação dos termos para o glossário, abordamos a dificuldade tradutória dos sintagmas terminológicos. Com isso, não pretendemos considerar uma unidade de tradução necessariamente uma unidade terminológica, o que inclusive é refutado por Cabré (1999a)³⁰, mas contemplar dificuldades que o tradutor poderá enfrentar com uma determinada unidade terminológica, o que fará com que ele se reporte a materiais terminológicos, a exemplo de glossários bilíngues. Isso se nota, em particular, em termos que designam cargos (como por exemplo, ‘ministro de relações exteriores’, ‘secretário de estado’), haja vista a diferença estrutural de instituições homólogas nos diferentes países.

Na tentativa de definir a unidade de tradução, Alves, Magalhães e Pagano (2003, p. 35) notam que “a delimitação das UTs depende exclusivamente de cada um de nós e de nossa bagagem pessoal de conhecimentos”. Isso porque a unidade de tradução pode ser entendida como aquela unidade que causa dificuldade à tradução, ou seja, “é o segmento do texto de partida, independente de tamanho e forma específicos, para o qual, em um dado momento, se dirige o foco do tradutor” (ALVES; MAGALHÃES; PAGANO, 2003, p. 38). Assim sendo, a unidade de tradução pode ser uma palavra, uma frase, um parágrafo ou até mesmo um termo.

Com isso em mente, confiamos em minha bagagem profissional tradutória com as notas à imprensa e com a linguagem veiculada por elas para observarmos que certos termos, ainda que aparentemente evidentes do ponto de vista conceitual e tradutório, têm potencial de acrescentarem dificuldade ao trabalho de tradução, e que, por isso, foram incluídos no glossário bilíngue desta pesquisa. Acreditamos, no entanto, que tal critério possa ser subjetivo, a depender do nível de conhecimento de cada tradutor sobre a área e sobre as línguas em questão. Por isso, o adotamos em caráter complementar a outros critérios estabelecidos nesta metodologia.

Um recurso que nos ajudou na delimitação das unidades terminológicas foi a pesquisa sobre termos e conceitos relacionados à diplomacia e a áreas a ela associadas. Nesse sentido,

³⁰Para Cabré (1999a, p. 196-197, tradução nossa), “uma unidade terminológica é uma unidade de conhecimento lexicalizada em uma denominação, de uso frequente em textos especializados; como consequência, não se pode confundir a unidade terminológica com a unidade de tradução”.

Barros (2004, p. 256) designa “pesquisa pontual” aquela que “consiste na busca de dados a respeito de um conceito, de uma unidade terminológica isolada ou de um conjunto restrito de unidades terminológicas”. À pesquisa referente a um termo específico Barros (2004) dá o nome de “pesquisa terminológica pontual”, ao passo que a busca de informações sobre um grupo de termos de um domínio é denominada “pesquisa temática pontual”. Essas pesquisas, segundo a autora, podem envolver a busca por sentidos de unidades terminológicas, designação de um conceito, uso de termos em contexto, domínio do saber do termo, entre outros.

A compreensão de conceitos específicos da diplomacia e também de outros campos relacionados (como economia, direito, política) foi essencial para a análise de ocorrências sintagmáticas em torno de um mesmo núcleo terminológico. A esse respeito, citamos como exemplo algumas combinações formadas a partir do núcleo terminológico ‘cooperação’: ‘cooperação bilateral’, ‘cooperação multilateral’, ‘cooperação sul-sul’, ‘cooperação trilateral’ e ‘cooperação triangular’. Uma pesquisa a respeito da cooperação desenvolvida pelo Brasil com outros países e sobre os diferentes tipos de cooperação no sistema internacional levou-nos a entender que ‘cooperação trilateral’ é outra designação para ‘cooperação triangular’, e que ‘cooperação sul-sul’ não é sinônimo de ‘cooperação bilateral’, mas pode ocorrer sob esta modalidade.

Nossa pesquisa compreendeu também a consulta a glossários, dicionários e manuais técnicos, não apenas sobre a atividade diplomática, mas também sobre economia, finanças e comércio, tendo em vista a alta incidência de termos relacionados a essas áreas entre nossos candidatos a termos. Além de fonte de referência conceitual, como no caso de dicionários e alguns manuais técnicos, observamos a composição terminológica de alguns glossários para averiguar quais termos compõem um glossário econômico ou financeiro e comparamos esses conteúdos com nossos sintagmas candidatos a termos. Observamos também outras informações, como o domínio de conhecimento, contextos de uso e designação conceitual (siglas, acrônimos, termos ou expressões idiomáticas). Como exemplos de fonte de consulta, citamos:

- a) glossários: Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Organização das Nações Unidas, União Europeia, Organização dos Estados Americanos;
- b) páginas institucionais na Internet: Organização dos Estados Americanos, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Agência Brasileira de Cooperação;

- c) dicionários: Dicionário de economia, Dicionário de termos de comércio exterior, Dicionário econômico-comercial e financeiro: terminologia de comércio, economia, finanças e contabilidade, Novíssimo dicionário de economia, Dicionário de Política, The Penguin Dictionary of International Relations, Dicionário de economia do século XXI, Dictionary of economics, Dictionary of american foreign affairs, Diplomat's dictionary, The international relations dictionary, Dicionário de política.

Em complementação à pesquisa temática e terminológica, descrita anteriormente, a consulta a especialistas foi uma constante ao longo desta metodologia e crucial para a compreensão de conceitos e relações entre termos, muitos dos quais não encontramos na literatura consultada. Além de especialistas do nosso campo de estudo, também consultamos economistas devido à alta incidência de termos desta área em nosso *corpus*. Destacamos, a seguir, alguns sintagmas extraídos de nosso *corpus* que foram objeto de consulta aos especialistas:

- a) diferença entre ‘visita de alto nível’, ‘visita de estado’, ‘visita de trabalho’, ‘visita oficial’;
- b) distinção entre ‘estado parte’, ‘estado membro’ e ‘estado associado’;
- c) diferença entre ‘investimento estrangeiro’, ‘investimento direto’ e ‘investimento estrangeiro direto’;
- d) uso de ‘fluxo de investimento’, ‘investimentos recíprocos’, ‘investimentos mútuos’, ‘volume de comércio’, ‘fluxo de comércio’ e ‘corrente de comércio’, na linguagem da economia.

2.4.2 Termos para o glossário bilíngue

A partir das linhas de concordância geradas pelas palavras-chave anteriormente selecionadas no *corpus* em português, delimitamos os termos para o glossário bilíngue. Na lista a seguir, cada termo está acompanhado das respectivas frequências de ocorrência no *corpus*, entre parênteses. Em alguns casos, registramos também as variações terminológicas, bem como as de número, resultantes de palavras-chave que apresentaram igual variação, conforme descrevemos em 2.4.

1. acordo de associação (5)
2. acordo de comércio preferencial (1)
3. acordo de complementação econômica (3)

4. acordo de cooperação e facilitação de investimentos (7)
5. acordo de facilitação do comércio (2)
6. acordo de livre comércio (2)
7. acordo geral sobre tarifas e comércio (GATT) (1)
8. acordo sobre barreiras técnicas ao comércio (acordo TBT) (2)
9. acordo sobre licenciamento à importação (1)
10. acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (acordo SPS) (1)
11. acordo-quadro (2)
12. agenda bilateral (61)
13. agenda internacional (13)
14. *agrément* (101)
15. câmara de comércio (7)
16. chefe de estado (3); chefes de estado (29)
17. chefe de governo (1); chefes de governo (17)
18. comissão mista (25)
19. comunicado conjunto (13)
20. cooperação sul-sul (14)
21. cooperação trilateral (6)
22. cooperação triangular (1)
23. corrente de comércio (2)
24. embaixador extraordinário e plenipotenciário (19)
25. estado associado (1); estados associados (13)
26. estado de direito (5)
27. estados-membros (18)
28. estados partes (10); estado parte (1)
29. fluxos de comércio (13); fluxo de comércio (7)
30. grupo de trabalho (25)
31. investimento estrangeiro direto (3); investimentos estrangeiros diretos (2);
32. ministro das relações exteriores (199); ministros das relações exteriores (18);
ministro de relações exteriores (14); ministros de relações exteriores (4)
33. ministro dos assuntos estrangeiros (2); ministro de assuntos estrangeiros (2)
34. ministro dos negócios estrangeiros (66); ministros dos negócios estrangeiros (2);
ministro de negócios estrangeiros (4)
35. países em desenvolvimento (27); país em desenvolvimento (1)
36. países de menor desenvolvimento relativo (3)
37. países-membros (13)
38. parte consultiva (1)
39. política externa (50)
40. presidência *pro tempore* (12)
41. primeiro-ministro (47); (5); primeiros-ministros (1)
42. reunião de alto nível (1)
43. reunião de trabalho (20)
44. secretaria de estado (3)
45. secretário de estado (10)
46. secretário de negócios estrangeiros (17)
47. secretário de relações exteriores (2)
48. secretário-executivo (5)
49. secretário-geral (57)
50. segurança alimentar (26)
51. segurança física nuclear (2)
52. segurança nuclear (1)

- 53. sherpas (2)
- 54. sistema multilateral de comércio (6)
- 55. subsecretário-geral (5)
- 56. vice-ministros (4)
- 57. vice-primeiro-ministro (8)
- 58. visita de estado (17)
- 59. visita de trabalho (8)

2.5 Extração dos equivalentes em inglês

O *Corpus 2* desta pesquisa, composto pelas traduções ao inglês dos textos presentes no *Corpus 1*, foi utilizado como fonte de extração dos equivalentes em inglês aos candidatos a termos elencados. Isso porque o paralelismo entre esses dois *corpora* facilitou a identificação rápida dos pares de equivalentes português/inglês.

Com essa finalidade, optamos por realizar o alinhamento desses dois *corpora* paralelos para facilitar o reconhecimento dos equivalentes nas duas línguas. Para essa tarefa, utilizamos o programa de alinhamento de textos *YouAlign*³¹, disponível gratuitamente na Internet. Segundo Pavel e Nolet (2002, p. 127), um programa de alinhamento de textos “exibe de forma paralela os textos (geralmente texto fonte e sua tradução), a fim de facilitar a comparação entre parágrafos, sentenças, palavras”.

A primeira etapa no processo de alinhamento dos *corpora* paralelos para identificação dos equivalentes foi o tratamento dos textos que compõem os *Corpora 1* e *2*, respectivamente. Para uma melhor visualização e manuseio dos textos alinhados, optamos por transformar os arquivos de textos que compõem os *Corpora 1* e *2* (num total de 966 arquivos) em três pares de arquivos português/inglês, referentes às notas à imprensa veiculadas nos anos de 2013, 2014 e 2015. Lembramos que, nessa etapa, trabalhamos com os arquivos em formato ‘.txt’, os quais, no início desta pesquisa, limpamos para a retirada de elementos não aproveitáveis ao *corpus* (como data, paginação, *hiperlinks*) e nomeamos, de modo a facilitar a identificação dos pares relativos ao português original e respectiva tradução ao inglês. Como exemplo, citamos o arquivo referente ao texto da nota à imprensa n. 7, do ano de 2015, em português, o qual nomeamos ‘Nota 7 - 2015’, assim como o arquivo da respectiva tradução ao inglês.

Para realizarmos o alinhamento dos textos no programa *YouAlign*, procedemos inicialmente à seguinte sistemática:

³¹ Disponível em: <http://www.youalign.com/>.

- a) compilamos o conteúdo das notas à imprensa em português do ano de 2013 em um único arquivo. Realizamos mesmo procedimento com os arquivos de textos referentes às notas à imprensa em português dos anos de 2014 e 2015, o que resultou em três arquivos: ‘português 2013’, ‘português 2014’ e ‘português 2015’;
- b) repetimos o procedimento acima com os arquivos de textos referentes às traduções ao inglês das notas à imprensa dos anos de 2013, 2014, 2015, gerando três arquivos: ‘inglês 2013’, ‘inglês 2014’ e ‘inglês 2015’;
- c) visualizamos, lado a lado, os pares de arquivos (por exemplo, ‘português 2013’ e ‘inglês 2013’) para conferência da distribuição simétrica dos textos em cada arquivo (mesmo número de parágrafos em cada arquivo, mesmo espaçamento entre diferentes notas à imprensa);
- d) consolidamos os arquivos ‘português 2013’, ‘português 2014’ e ‘português 2015’ em um único arquivo, assim como os arquivos ‘inglês 2013’, ‘inglês 2014’ e ‘inglês 2015’.

Após o tratamento dos textos para alinhamento, conforme procedimento descrito acima, alimentamos o programa *YouAlign* com os dois arquivos (notas em português dos anos 2013 a 2015 e notas traduzidas dos anos 2013 a 2015). O resultado desse alinhamento está demonstrado parcialmente a seguir:

O Reino Unido e o Brasil terão como base o "Chamado de Lima para a Ação	The UK and Brazil will build on the ‘Lima Call
Climática" para chegar a um acordo justo, ambicioso e juridicamente vinculante	for Climate Action’ to reach an equitable, ambitious and legally binding
em 2015, que reflita o princípio de responsabilidades comuns, mas	agreement in 2015, that reflects the principle of common but differentiated
diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias	responsibilities and respective capabilities, in light of different national
nacionais, e que trate de todos os elementos listados na Plataforma de Durban	circumstances, and addresses all the elements listed in the Durban Platform for
para Ação Avançada de forma equilibrada.	Enhanced Action in a balanced manner.
O Secretário de Negócios	The Foreign Secretary and Foreign
Estrangeiros e o Ministro das Relações Exteriores reconheceram os avanços de	Minister recognised their countries' achievements to date and highlighted the
seus países até o momento e destacaram a importância da manutenção da ambição doméstica pós-2020.	importance of maintaining domestic ambition post-2020.
Nesse contexto, o Secretário dos Negócios	In this context, the

Estrangeiros e o Ministro das Relações Exteriores destacaram a extensiva	Foreign Secretary and Foreign Minister highlighted the extensive UK-Brazil
cooperação bilateral Brasil-Reino Unido em matéria de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.	bilateral cooperation on climate change mitigation and adaptation.

O paralelismo, linha por linha, entre o texto em português e sua respectiva tradução em inglês, embora não seja perfeito, em muito facilitou a identificação dos equivalentes nas duas línguas. Entretanto, essa operação não concluiu a compilação dos pares de termos em português e respectivos correspondentes em inglês, uma vez que o *corpus* do qual extraímos os termos em inglês não reflete uma produção linguística natural e fluente de falantes nativos dessa língua. Por isso, julgamos necessário realizar uma validação desses correspondentes tradutórios com base em *corpus* de textos produzidos originalmente por aquela comunidade linguística, fornecendo, assim, elementos comprobatórios do uso dos equivalentes selecionados.

Por fim, ressaltamos que, ao validarmos os equivalentes em inglês com base em um *corpus* de textos produzidos originalmente naquela língua, não pretendemos julgar as escolhas tradutórias presentes no *Corpus 2* (inglês traduzido) como corretas ou erradas. Ao contrário, tencionamos indicar tendências de uso de termos que, de fato, são empregados pelos falantes nativos daquela língua, o que pode conferir mais idiomaticidade às traduções.

2.6 Validação dos equivalentes em inglês

Uma vez concluída a compilação dos candidatos a termos em português e respectivos candidatos a equivalentes em inglês traduzido, procedemos à validação desses equivalentes com base no *Corpus 3*, conforme as seguintes etapas:

- a) alimentamos o programa *AntConc* com o *Corpus 3*, composto por textos escritos originalmente em língua inglesa;
- b) na ferramenta *Concordance*, utilizamos como palavra-chave os termos em inglês identificados no *Corpus 2*, a exemplo de *bilateral cooperation*, para atestarmos sua ocorrência no *Corpus 3*;
- c) uma vez detectado o termo no *Corpus 3*, analisamos as respectivas linhas de concordância, a fim de identificarmos os contextos de uso desse termo naquele *corpus*;

- d) tendo sido verificado que o equivalente em inglês ocorre em contextos semelhantes aos do respectivo termo em português (similaridade contextual) e produz o mesmo efeito em língua inglesa que sua contraparte em língua portuguesa (semelhança funcional), validamos o termo como equivalente para nosso glossário.

Apresentamos, no quadro a seguir, os resultados advindos da busca de equivalentes em inglês no *Corpus 2* e posterior validação com base no *Corpus 3*. Os termos em português, assim como seus equivalentes em inglês validados no *Corpus 3*, estão acompanhados das respectivas frequências entre parênteses, a fim de que possamos comparar as ocorrências dos termos e variantes, quando houver, em ambas as línguas. Os campos em branco, na coluna ‘*Corpus 3*’, indicam que não identificamos, no *Corpus 3*, os termos em inglês extraídos do *Corpus 2*.

<i>Corpus 1</i>	<i>Corpus 2</i>	<i>Corpus 3</i>
acordo de associação (5)	association agreement	association agreement (2)
acordo de comércio preferencial (1)	preferential trade agreement	
acordo de complementação econômica (3)	economic complementation agreement; agreement of economic complementation	
acordo de cooperação e facilitação de investimentos (7)	cooperation and investment facilitation agreement	
acordo de facilitação do comércio (2)	trade facilitation agreement	trade facilitation agreement (3)
acordo de livre comércio (2)	free trade agreement	free trade agreement (8)
acordo geral sobre tarifas e comércio (GATT) (1)	general agreement on tariffs and trade (GATT)	
acordo sobre barreiras técnicas ao comércio (acordo TBT) (2)	agreement on technical barriers to trade (TBT agreement)	agreement on technical barriers to trade (1)
acordo sobre licenciamento à importação (1)	agreement on import licensing	
acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (acordo SPS) (1)	sanitary and phyto-sanitary agreement (SPS)	
acordo-quadro (2)	framework agreement	framework agreement (18)
agenda bilateral (61)	bilateral agenda	
agenda internacional (13)	international agenda	
agrément (101)	Agrément	
câmara de comércio (7)	chamber of commerce	chamber of commerce (11)
chefe de estado (3); chefes de estado (29)	head of state; heads of state	head of state (2); heads of state (7)
chefe de governo (1); chefes de governo (17)	head of government	heads of government (1)
comissão mista (25)	joint commission	joint commission (13)

comunicado conjunto (13)	joint communiqué; joint statement; joint declaration	joint communique (8); joint statement (55); joint declaration (6)
cooperação sul-sul (14)	south-south cooperation	south-south cooperation (1)
cooperação triangular (1)	triangular cooperation	triangular cooperation (5)
cooperação trilateral (6)	trilateral cooperation	trilateral cooperation (1)
corrente de comércio (24); correntes de comércio (1)	trade; trade flow	trade flows (1)
embaixador extraordinário e plenipotenciário (19)	ambassador extraordinary and plenipotentiary	
estado associado (1); estados associados (13)	associate states; associated states	
estado de direito (5)	rule of Law	rule of law (106)
estados-membros (18);	member states	member states (35); member state (2)
estados partes (10); estado parte (1)	member states; states parties	state party (3); states parties (7)
fluxos de comércio (13); fluxo de comércio (7)	trade flows	trade flows (1)
grupo de trabalho (25)	working group	working group (111)
investimento estrangeiro direto (3); investimentos estrangeiros diretos (2)	foreign direct investment	foreign direct investment (7)
ministro das relações exteriores (199); ministros das relações exteriores (18); ministro de relações exteriores (14); ministros de relações exetrioeres (4); ministro de estado das relações exteriores (31)	minister of external relations; foreign minister; minister of foreign affairs; ministers of external relations; foreign ministers; ministers of foreign affairs	minister of foreign affairs (7); foreign minister (62); foreign ministers (1)
ministro dos assuntos estrangeiros (2); ministro de assuntos estrangeiros (1)	minister of foreign affairs; minister of external affairs	minister of external affairs (4)
ministro dos negócios estrangeiros (66); ministros dos negócios estrangeiros (2); ministro de negócios estrangeiros (3)	minister of foreign affairs; ministers of foreign affairs; minister of external affairs; foreign minister	minister of external affairs (4); foreign minister (112)
países de menor desenvolvimento relativo (3)	least developed countries	
países em desenvolvimento (27); país em desenvolvimento (1)	developing countries; developing country	developing countries (2)
países-membros (13)	member countries;	member countries (5);

	member states	member states (35)
parte consultiva (1); partes consultivas (1)	consultative party	
política externa (50)	foreign policy	foreign policy (24)
presidência <i>pro tempore</i> (12)	pro tempore presidency	
primeiro-ministro (42); primeiros-ministros (1)	prime minister; prime ministers	prime minister (113); prime ministers (2)
reunião de alto nível (1)	high-level meeting	high-level meeting (2)
reunião de trabalho (20)	working meeting; work meeting	
secretaria de estado (3)	ministry of foreign affairs	ministry of foreign affairs (20)
secretário de estado (10)	secretary of state	secretary of state (270)
secretário de negócios estrangeiros (17)	foreign secretary	foreign secretary (12)
secretário de relações exteriores (2)	secretary of foreign affairs	
secretário-executivo (5)	executive secretary	executive secretary (4)
secretário-geral (57)	secretary-general	secretary-general (20); secretary general (28)
segurança alimentar (26)	food security	food security (33)
segurança física nuclear (2)	nuclear safety; nuclear security	nuclear safety (1); nuclear security (38)
sherpas (2)	Sherpas	
segurança nuclear (1)	nuclear security	nuclear security (38)
sistema multilateral de comércio (6)	multilateral trading system; multilateral trade system	
subsecretário-geral (5)	under-secretary-general; undersecretary general; undersecretary-general	under-secretary-general (1)
vice-ministros (4)	deputy ministers; vice-ministers	deputy minister (8)
vice-primeiro-ministro (8)	deputy prime minister (9); vice premier (2)	deputy prime minister (3); vice premier (12)
visita de estado (17)	state visit	state visit (1)
visita de trabalho (8)	workig visit	

2.6.1 Validação de termos em inglês não identificados no *Corpus 3*

Alguns termos em inglês extraídos do *Corpus 2* não foram identificados no *Corpus 3*, como por exemplo, *ambassador extraordinary and plenipotentiary*. Entendemos que isso se deve pelo fato de não haver correspondência de certos contextos nos *Corpora 2 e 3* ou pelo fato de determinado termo em inglês traduzido (*Corpus 2*) não corresponder àquele, de fato,

empregado no ambiente profissional naquela língua. Para corrigir essa lacuna, buscamos esses equivalentes em fontes externas ao *Corpus 3*, como, por exemplo, no banco de arquivo de notas à imprensa do Departamento de Estado ou, ainda, em outros tipos de textos dessa instituição, uma vez que esses equivalentes poderiam estar presentes em outros textos que não foram contemplados em nosso *corpus* (*Corpus 3*). Também pesquisamos os correspondentes em inglês em outras fontes que consideramos confiáveis (a exemplo de instituições governamentais), preferencialmente em inglês norte-americano, haja vista nosso *corpus* em inglês (*Corpus 3*) ter sido compilado a partir de uma instituição norte-americana. Para essa pesquisa, buscamos os equivalentes em inglês preferencialmente em contextos linguísticos semelhantes aos dos termos em português.

Listamos, a seguir, os termos não validados pelo *Corpus 3*, com indicação da fonte externa ao *corpus*, de onde extraímos o termo em contexto similar de uso, bem como o termo em inglês que identificamos como equivalente ao termo em português. Tendo em vista não ter sido possível trabalhar com frequência nessas fontes alternativas de validação, não registramos índice de ocorrência para esses termos.

Corpus 1	Equivalente detectado no Corpus 2	Fonte externa de validação	Termo validado
acordo de comércio preferencial	preferential trade agreement	<i>U.S.Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	preferential trade agreement
acordo de complementação econômica	economic complementation agreement; agreement of economic complementation	Página institucional do governo dos Estados Unidos na Internet ³² ; <i>U.S.Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	economic complementation agreement
acordo de cooperação e facilitação de investimentos	cooperation and investment facilitation agreement	Página institucional do governo dos Estados Unidos na Internet	cooperation and investment facilitation agreement
acordo geral sobre tarifas e comércio (GATT)	general agreement on tariffs and trade (GATT)	<i>U.S.Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	general agreement on tariffs and trade (GATT)
acordo sobre licenciamento à importação	agreement on import licensing	<i>U.S.Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos); Página institucional do governo dos Estados Unidos na Internet	agreement on import licensing
acordo sobre medidas sanitárias e	sanitary and phytosanitary agreement (SPS)	<i>U.S.Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos);	agreement on the application of sanitary

³² Disponível em: <<https://usa.gov>>.

fitossanitárias (acordo SPS)		Página institucional do governo dos Estados Unidos na Internet	and phyto-sanitary measures; agreement on the application of sanitary and phytosanitary measures; agreement on sanitary and phyto-sanitary measures; SPS agreement
agenda bilateral	bilateral agenda	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	bilateral agenda
agenda internacional	international agenda	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	international agenda
agrément	agrément	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	agrément
embaixador extraordinário e plenipotenciário	ambassador extraordinary and plenipotentiary	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	ambassador extraordinary and plenipotentiary
países de menor desenvolvimento relativo	least developed countries	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	least developed countries
parte consultiva	consultative party	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	consultative party
presidência pro tempore	pro tempore presidency	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	pro tempore presidency
reunião de trabalho	working meeting; work meeting	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos); <i>The White House</i> ³³ (Casa Branca).	working meeting
secretário de relações exteriores	secretary of foreign affairs	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos); <i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência)	foreign secretary; secretary of foreign relations
sherpas	sherpas	<i>The White House</i> (Casa Branca)	sherpas
sistema multilateral de comércio	multilateral trading system; multilateral trade system	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos)	multilateral trading system
visita de trabalho	working visit	<i>U.S. Department of State</i> (Departamento de Estado dos Estados Unidos);	working visit

³³ Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/>>.

		<i>The White House</i> (Casa Branca).	
--	--	--	--

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS E ELABORAÇÃO DE GLOSSÁRIO

No intuito de justificar nossas escolhas para a versão final do repertório bilíngue desta pesquisa, tentar tipificar a linguagem veiculada pelas notas, tanto em português quanto em inglês, e apresentar alternativas a lacunas terminológicas, apresentamos, a seguir, considerações acerca da tipologia textual relacionada às notas à imprensa e estudos de caso, incluindo o tratamento de alguns termos complexos:

I. Análise quanto à tipologia textual

1. Variações de número

Como mencionamos anteriormente, contabilizamos a variação de número de um mesmo lexema ao longo da lista de palavras mais frequentes do *corpus*. Desse modo, os resultados advindos dessas variantes foram computados com as respectivas frequências, a título demonstrativo de uso na linguagem de estudo. Para a versão final do glossário, entretanto, registramos a variante singular.

2. Representatividade terminológica no *corpus*

Como mencionamos no início desta pesquisa, acreditamos que a representatividade de um termo possa estar relacionada à distribuição de sua frequência entre os textos que compõem o *corpus*, e não somente ao seu alto índice de frequência dentro do *corpus* como um todo. Assim sendo, um determinado termo pode ocorrer muitas vezes no *corpus*, porém em poucos textos, ao passo que outro termo pode apresentar menor frequência de ocorrência, mas ter distribuição em um maior número de textos. A título ilustrativo, destacamos a seguinte ocorrência no *Corpus* 1: ‘chefes de governo’ (18 ocorrências, das quais 15 em um único texto).

Essa explanação, entretanto, não visa desconsiderar o termo acima para nosso repertório, haja vista ser evidência fornecida pelo *corpus* de que o sintagma é recorrente na linguagem em questão. Ao contrário, pretendemos demonstrar que a frequência, por si só, não pode ser critério decisório de seleção de candidatos a termos para um repertório. Caso assim o fosse, não teríamos contemplado nosso glossário com o sintagma ‘segurança física nuclear’, por exemplo, o qual ocorre somente duas vezes no *corpus*.

3. Assimetria entre frequências de ocorrência

Ao compararmos os termos em português elencados para nosso glossário e respectivos equivalentes em inglês, observamos que diversos pares apresentaram frequências assimétricas. Acreditamos que essa assimetria possa decorrer de dois motivos: a) os textos que compõem os *Corpora* 1 e 3 não abrangem as mesmas temáticas de forma homogênea em ambas as línguas;

b) alguns temas recebem tratamento diferenciado pelas duas instituições; ou c) os textos que compõem os *Corpora* 1 e 3 refletem diferentes visões de mundo, diferentes recortes que cada língua dá à realidade extralinguística.

A seguir, listamos alguns exemplos de termos em português cujas frequências de ocorrência no *Corpus* 1 (indicadas entre parênteses) são significativamente maiores que as de seus equivalentes em inglês no *Corpus* 3:

- chefes de estado (29) / heads of state (7);
- chefes de governo (17) / heads of government (1);
- cooperação sul-sul (14) / south-south cooperation (1);
- fluxos de comércio (13) / trade flows (1);
- ministro das relações exteriores (199) / foreign minister (62);
- política externa (50) / foreign policy (24);
- visita de estado (17) / state visit (1).

Em contrapartida, alguns termos em inglês ocorrem com frequência significativamente maior no *Corpus* 3 do que seus equivalentes em português no *Corpus* 1:

- framework agreement (18) / acordo-quadro (2);
- rule of law (106) / estado de direito (5);
- joint statement (55) / comunicado conjunto (13);
- member states (35) / estados membros (18);
- prime minister (113) / primeiro-ministro (42);
- working group (111) / grupo de trabalho (25);
- secretary of state (270) / secretário de estado (10).

Destacamos, como exemplos, a diferença de frequência entre os pares ‘ministro das relações exteriores’ (199) / *minister of foreign affairs* (7). Tal assimetria ocorre em função da diferença de denominação do mesmo conceito, uma vez que a autoridade que assessora o Presidente nos assuntos referentes a política externa, no Brasil, é denominado ‘ministro das relações exteriores’, enquanto que, nos Estados Unidos, é denominado ‘secretário de estado’.

4. Estruturas morfológicas dos termos

Em relação às estruturas mórficas dos termos elencados para o glossário e dos respectivos equivalentes em inglês, observamos predominância das estruturas sintagmáticas (termos complexos) nas duas línguas, ou seja, um maior número de termos formados por uma sequência de dois ou mais lexemas ou, conforme Barros (2007, p.399), “constituídos de um grupo de lexemas e morfemas gramaticais (palavras nocionais e gramaticais), não ligadas por hífen”.

Nesse sentido, a partir dos termos em português elencados em 2.4.2, identificamos 46 termos complexos (sintagmas), conforme as seguintes estruturas:

- 16 [substantivo + adjetivo]: agenda bilateral, cooperação trilateral, política externa;

- 26 [substantivo (adjetivo) + prep. + substantivo (adjetivo)]: acordo de associação, acordo de livre comércio, sistema multilateral de comércio;
- 5 [outras combinações de lexemas e morfemas gramaticais]: acordo de cooperação e facilitação de investimentos, acordo geral sobre tarifas e comércio, acordo sobre licenciamento à importação, acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, acordo de facilitação do comércio.

Em contrapartida, entre os termos em inglês validados, identificamos as seguintes estruturas mórficas:

- 23 [adjetivo + substantivo]: *joint statement, foreign direct investment, working group*;
- 15 [(adjetivo) substantivo + substantivo]³⁴: *association agreement, free trade agreement, food security*;
- 10 [substantivo + prep. + (adjetivo) substantivo]: *chamber of commerce, rule of law, minister of foreign affairs*;
- 6 [outras combinações de lexemas e morfemas gramaticais]: *agreement on the application of sanitary and phyto-sanitary measures, cooperation and investment facilitation agreement, agreement on technical barriers to trade*.

Observamos que a maioria dos termos em português se apresenta na forma sintagmática preposicionada do tipo [substantivo (adjetivo) + prep. + substantivo (adjetivo)], enquanto que, em inglês, a maioria dos sintagmas ocorre na estrutura [adjetivo + substantivo] ou [(adjetivo) substantivo + substantivo], revelando uma tendência mais sintética desta língua em relação ao português. Comparemos alguns exemplos:

Termos em português [substantivo (adjetivo) + prep. + substantivo (adjetivo)]	Termos em inglês [adjetivo + substantivo] [(adjetivo) substantivo + substantivo]
acordo de associação	association agreement
acordo de comércio preferencial	preferential trade agreement
acordo de complementação econômica	economic complementation agreement
acordo de facilitação do comércio	trade facilitation agreement
acordo de livre comércio	free trade agreement
corrente de comércio	trade flow
grupo de trabalho	working group
país em desenvolvimento	developing country

³⁴Nesses casos, o primeiro substantivo exerce a função de adjetivo. Serpa (1988, p. 185) indica que substantivos, advérbios, locuções, expressões e frases podem ser usados como adjetivos, por conversão.

reunião de alto nível	high-level meeting
reunião de trabalho	working meeting
visita de estado	state visit
visita de trabalho	working visit

Tabela 1: exemplos de estruturas sintagmáticas nominais em português e inglês.

5. O que o *corpus* nos mostra?

Além das características que identificamos em nossos termos, apresentadas acima, traçamos outras tendências linguísticas nos textos de nosso *corpus* a partir dos ‘não termos’, ou seja, dados que não aproveitamos para nosso glossário, mas que, de certa forma, nos proporcionaram reflexões ao longo do levantamento terminológico.

O primeiro aspecto diz respeito às estruturas formadas por substantivos seguidos de adjetivos, que se destacaram em nosso *corpus* pelo número de ocorrências, ainda que não tenham predominado entre os termos elencados para o glossário. Nesse sentido, as muitas ocorrências desse tipo no *corpus* fizeram-nos refletir sobre o desafio de se diferenciar termos de não termos, ao mesmo tempo em que demonstraram uma tendência à nominalização de objetos e processos, nas duas línguas. A esse respeito, destacamos, a seguir, resultados extraídos dos *Corpora* 1 e 3, a partir das palavras-chave ‘humanitário’ e *humanitarian*, respectivamente:

<i>Corpus 1</i>		<i>Corpus 3</i>
ajuda humanitária	humanitarian Access	humanitarian effort
assistência humanitária	humanitarian actors	humanitarian forum
contribuição humanitária	humanitarian affairs	humanitarian funding
dimensão humanitária	humanitarian agency	humanitarian hazards
missão humanitária	humanitarian AID	humanitarian impact
política humanitária	humanitarian aims	humanitarian issues
situação humanitária	humanitarian analysis	humanitarian movement
tragédia humanitária	humanitarian appeal	humanitarian needs
	humanitarian assistance	humanitarian offer
	humanitarian catastrophe	humanitarian operations
	humanitarian challenge	humanitarian organizations
	humanitarian commitment	humanitarian pause
	humanitarian component	humanitarian pledging
	humanitarian concern	humanitarian principles
	humanitarian conditions	humanitarian programs
	humanitarian contributions	humanitarian relief
	humanitarian costs	humanitarian response
	humanitarian crises	humanitarian situation
	humanitarian deliveries	humanitarian supplies
	humanitarian disaster	humanitarian support
	humanitarian effects	humanitarian toll

O segundo aspecto que se destacou durante o tratamento de dados do *corpus* foi a recorrência de estruturas sintagmáticas com elementos deverbais (nominalização deverbal), o que, a nosso ver, implica maior dificuldade de identificação dos termos, já que, como tratamos anteriormente, tais estruturas deverbais assemelham-se aos sintagmas terminológicos. Esse processo de nominalização, em que substantivos são criados a partir de verbos, também se repete no *corpus* em inglês (*Corpus 3*). Listamos, a seguir, alguns exemplos dessas estruturas:

<i>Corpus 1</i>	<i>Corpus 3</i>
aprofundamento da cooperação	the enhancement of productivity
aprofundamento da integração	the establishment of diplomatic relations
aprofundamento da relação	the expansion of democracy
aprofundamento de parcerias	the expansion of humanitarian relief operations
aprofundamento do diálogo	the expansion of its nuclear program
aprofundamento e expansão	the expansion of the partnership
normalização das exportações	the expansion of the successful rounds
normalização das relações	the expansion of trade
normalização do comércio	the re-establishment of diplomatic relations
normalização dos mercados	the strengthening of business
restabelecimento da legalidade	the strengthening of democracy
restabelecimento da ordem	
restabelecimento das relações	

6. Distribuição temática dos termos

Com base nos campos de ação da diplomacia, elencados em 1.2.5, identificamos seis principais eixos temáticos referentes a essas atividades: a) economia, comércio e finanças; b) direito e assuntos jurídicos; c) política; d) ciência e tecnologia; e) meio ambiente; f) temas sociais.

Ao tentarmos classificar os termos segundo esses temas, como auxílio na categorização da linguagem veiculada pelos textos do nosso *corpus*, identificamos alguns problemas. Primeiramente, não visualizamos uma categoria para alguns termos, como por exemplo ‘grupo de trabalho’ ou ‘reunião de alto nível’, o que nos levou a deduzir que esses termos poderiam ser típicos da linguagem da diplomacia. Em segundo lugar, relacionamos alguns termos a mais de um tema, a exemplo de ‘estado de direito’ (referente aos campos do direito e da política).

Outro aspecto observado foi o fato de muitos termos do nosso *corpus* remeterem à ideia de relação entre países ou agentes e a métodos condutores dessas relações. A esse respeito, vejamos algumas considerações sobre o conceito ‘diplomacia’:

A prática de conduzir **relações** entre os estados por meio de **representantes** oficiais. [...]. No sentido mais restrito, a diplomacia também compreende

meios e mecanismos, ao passo que a política externa envolve fins ou objetivos (PLANO; OLTON, 1969, p. 213, tradução nossa, grifos nossos)³⁵;

a palavra é geralmente empregada, de forma incorreta, como sinônimo de política externa. [...]. Diz respeito ao diálogo e negociação [...]. A principal função da diplomacia é a negociação [...]. Para estabelecer as condições nas quais as negociações podem ocorrer, outras tarefas são desenvolvidas. A primeira é a representação. [...]. Outra função [...] é o ordenamento das relações e a constituição de um meio de realização de mudanças. Por fim, a diplomacia remete ao estabelecimento e renovação das regras e procedimentos que regulam o sistema internacional. [...]. Mudanças têm ocorrido tanto na condução da diplomacia quanto em seus agentes [...]: o envolvimento de ministros geralmente não associados a relações internacionais; maior importância da imprensa e aumento de agentes não estatais e da comunidade internacional. [...]. O aumento do campo de ação da diplomacia moderna e a ampliação de sua agenda levaram a uma mudança de foco (mais em questões econômicas do que em alta política) [...]. (EVANS; NEWHAM, 1998, p. 128-130, tradução nossa)³⁶

A partir desses conceitos de diplomacia, que fazem alusão a noções de agentes representantes, meios e mecanismos de condução de negociações, ponderamos, a seguir, uma categorização para os termos, indicando também, entre parênteses, as áreas de conhecimento às quais esses termos se referem:

- a) instrumentos de negociação (comercial, econômica, agrícola, etc.):
 - acordo de associação (direito e assuntos jurídicos);
 - acordo de comércio preferencial (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo de complementação econômica (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo de cooperação e facilitação de investimentos (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo de facilitação do comércio (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo de livre comércio (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo geral sobre tarifas e comércio (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);

³⁵The practice of conducting relations between states through official representatives.[...]In the narrower, more traditional sense, however, diplomacy involves means and mechanics whereas foreign policy implies ends and objectives.

³⁶The word is often used, incorrectly, as a synonym for foreign policy. [...]. It is concerned with dialogue and negotiation [...]. The main function of diplomacy is negotiation. [...]. To establish the conditions under which negotiations can take place a number of other tasks are undertaken. The first is representation. [...]. Another function, [...] is the overall management of orderly relations as well as being the means whereby change is effected. Finally, diplomacy is concerned with establishing and renewing the rules and procedures which regulate the international system. [...]. Changes have occurred both in the conduct of diplomacy and in the personnel associated with it [...]: the involvement of ministries not normally associated with foreign affairs [...]; the growth in importance of the media and the expansion of the international community and of non-state actors. This enhancement and enlargement of the scope of modern diplomacy and the widening of it agenda has resulted in a change of emphasis (more on economic issues than on traditional high politics) [...].

- acordo sobre barreiras técnicas ao comércio (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo sobre licenciamento à importação (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias (direito e assuntos jurídicos, economia, comércio e finanças);
 - acordo-quadro (direito e assuntos jurídicos).
- b) representantes oficiais e outros agentes participantes da condução de relações entre países:
- chefe de estado (política);
 - chefe de governo (política);
 - embaixador extraordinário e plenipotenciário;
 - ministro de estado (política);
 - ministro das relações exteriores;
 - ministro de negócios estrangeiros;
 - ministro dos assuntos estrangeiros;
 - ministro dos negócios estrangeiros;
 - primeiro-ministro (política);
 - secretário de estado;
 - secretário de negócios estrangeiros;
 - secretário de relações exteriores;
 - secretário-executivo;
 - secretário-geral;
 - sherpas;
 - subsecretário-geral;
 - vice-ministro (política)
- c) mecanismos de condução das relações entre os países e meios em que essa condução ocorre:
- comissão mista;
 - cooperação sul-sul;
 - cooperação trilateral;
 - grupo de trabalho;
 - reunião de alto nível;
 - reunião de trabalho;
 - sistema multilateral de comércio (economia, comércio e finanças);
 - visita de estado;
 - visita de trabalho;
- d) termos não relacionados às categorias nas alíneas anteriores:
- câmara de comércio (economia, comércio e finanças);
 - corrente de comércio (economia, comércio e finanças);
 - estado associado;
 - estado de direito (direito e assuntos jurídicos, política);

- estado parte;
- estado-membro;
- investimento estrangeiro direto (economia, comércio e finanças);
- país de menor desenvolvimento relativo (economia, comércio e finanças);
- país em desenvolvimento (economia, comércio e finanças);
- país-membro;
- parte consultiva;
- política externa (política);
- presidência pro tempore;
- segurança física nuclear;
- agenda bilateral;
- agenda internacional;
- *agrément*;
- comunicado conjunto;

A categorização que visualizamos acima nos indica que a linguagem presente nos textos do nosso *corpus* sofre influência de outras áreas de conhecimento, em especial economia, comércio e política (a exemplo de ‘corrente de comércio’ e ‘estado de direito’). A partir da categorização do tipo ‘instrumento-agente-meio’, inferimos também a existência de termos próprios à atividade diplomática, a exemplo daqueles que remetem à ideia de representação oficial – ‘embaixador extraordinário e plenipotenciário’ e ‘ministro das relações exteriores’, entre outros.

II. Alguns estudos de caso

1. ‘Investimento estrangeiro direto’

A partir da análise das linhas de concordância da ferramenta *AntConc* para a palavra-chave ‘investimento*’ (‘investimento’/‘investimentos’), obtivemos os resultados ‘investimento(s) estrangeiro(s) direto(s)’ e ‘investimento(s) direto(s)’. Inicialmente registramos ‘investimento direto’ como variante de ‘investimento estrangeiro direto’. Entretanto, após consulta a glossários e a especialistas em Economia, compreendemos que o termo corrente na área é ‘investimento estrangeiro direto (IED)’, e que a denominação ‘investimento direto’ não denota, necessariamente, ‘investimento estrangeiro direto’, como havíamos pensado, já que um investimento nacional pode ser direto também. Portanto, não consideramos a construção ‘investimento direto’ como termo ou variação na versão final do glossário. Ademais, ao analisarmos as ocorrências de ‘investimento direto’ em nosso *corpus*, observamos que essa construção é seguida de adjetivo pátrio ou nome do país, denotando, assim, um investimento direto daquele país em outro:

- “investimentos diretos angolanos no Brasil”: subtende-se que o Brasil recebe investimentos diretos (estrangeiros) advindos de Angola;

- “ingressos de investimento direto da Ucrânia no Brasil”: o Brasil recebe investimento direto (estrangeiro) advindo da Ucrânia.

No *Corpus 2*, também observamos as ocorrências *foreign direct investment* e *direct investment*, sendo que este segundo registro, na maioria dos casos, está acompanhado de adjetivo pátrio, como, por exemplo, em *European direct investment*.

Em contrapartida, no *corpus* em inglês (*Corpus 3*), como também na página institucional do Departamento de Estado, não há ocorrências do sintagma *direct investment* (‘investimento direto’), mas somente *foreign direct investment* (‘investimento estrangeiro direto’), o que reforçou nossa decisão de não considerar aquela construção como termo ou variante para o glossário.

2. ‘Estado associado’

A ocorrência do termo ‘estado associado’ no *corpus* em português se insere em contextos relacionados ao bloco Mercosul. Com base em informações da página oficial do Mercosul na Internet, passamos a entender que um ‘estado associado’ é aquele que está em processo de se tornar membro do bloco, mas não faz parte dele, podendo, entretanto, participar de reuniões de órgãos do bloco. Ainda segundo essa fonte, os atuais estados associados do Mercosul são Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname.

O termo em inglês identificado no *Corpus 2*, *associate state*, não ocorreu no *Corpus 3*; portanto, buscamos essa ocorrência em fontes externas a esse *corpus*. Entretanto, os contextos de uso desse equivalente nas fontes de busca externas se apresentaram muito distintos daqueles presentes no *corpus* em inglês traduzido (*Corpus 2*).

Como alternativa de validação de equivalente e com base nas informações colhidas na página do Mercosul, buscamos contextos, em inglês, contendo qualquer uma das palavras *Mercosur*, *party*, *member*, *states*, *associate*, *Chile*, *Colombia*, *Peru*, *Ecuador*, *Guyana* e *Suriname*, e obtivemos os seguintes resultados:

- *Along with Chile, Colombia, Ecuador, and Peru, Bolivia is also an **associate member** of the Common Market of the South (Mercado Común del Sur or MERCOSUR) group.* Fonte: *U.S. Department of Commerce*³⁷ (Departamento de Comércio dos Estados Unidos), grifo nosso;
- *Associate members enjoy tariff reductions, but are not subject to the CET system.* Fonte: *U.S. Department of Commerce* (Departamento de Comércio dos Estados Unidos), grifo nosso;

³⁷ Disponível em: <<https://www.commerce.gov/>>.

- *Uruguay's location between Argentina and Brazil makes close relations with these two larger neighbors and MERCOSUR **associate members** Chile and Bolivia particularly important.* Fonte: *U.S. Department of State*, grifo nosso;
- *At the ceremony, two new protocols were signed by Guyana and Suriname for their accession to Mercosur as **associate members**.* Fonte: *U.S. Library of Congress*³⁸ (biblioteca do Congresso dos Estados Unidos), grifo nosso;
- *Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Peru, and Suriname are **associate members**. Bolivia was invited to join as a full member in 2012, but that process is still under negotiation. **Associate members** receive tariff reductions but do not enjoy full voting rights or complete access to the markets of Mercosur's full members.* Fonte: *Council of Foreign Relations*³⁹ (Conselho de Relações Exteriores), grifos nossos.

Tendo em vista as considerações acima, adotamos o termo *associate member* como equivalente a ‘estado associado’, em vez de *associate state* ou *associated state*, identificados no *Corpus 2*.

3. ‘Estado-membro’ e ‘país-membro’

Uma questão que surgiu ao longo do levantamento de dados para nosso glossário se referiu ao tratamento a ser conferido às ocorrências ‘estado-membro’ e ‘país-membro’, tendo em vista o “valor sinonímico”⁴⁰ que apresentam nos contextos do *corpus*.

A partir de uma pesquisa pontual, passamos a compreender que ‘Estado’ e ‘país’ designam conceitos distintos, sendo este compreendido como “extensão territorial ocupada objetivamente pelo Estado” (FARHAT, 1996), enquanto aquele se refere a um “conceito jurídico, que descreve um grupo social que ocupa um território definido, organizado em instituições políticas e um governo efetivo” (PLANO; OLTON, 1969). No sistema de relações internacionais, essa diferenciação é mais evidente, tendo em vista ser o Estado (e não o país) um agente⁴¹ nesse sistema, que interage com outros Estados e é representado pelo ‘Chefe de Estado’⁴² (e não ‘Chefe de país’). Além disso, conforme informação de especialistas, emprega-se usualmente o termo ‘Estado-membro’ (geralmente grafado em letra maiúscula) em referência a um país integrante de uma organização internacional, como no caso da Organização das Nações Unidas.

³⁸ Disponível em: <<https://www.loc.gov/>>.

³⁹ Disponível em: <<http://www.cfr.org/>>.

⁴⁰ Barros (2004, p. 221) adota a expressão “valor sinonímico” em lugar de “sinônimo”, entre palavras que apresentam sinonímia em função de contexto específico, em que não há sinonímia absoluta.

⁴¹ De acordo com Evans e Newhan (1998, p. 512, tradução nossa), o Estado é o “principal ator nas relações internacionais”.

⁴² Segundo Mello (1962, p. 83), os chefes de estado “são os representantes supremos do Estado nas suas relações com os demais Estados” (MELLO, 1962, p. 83).

Identificamos os contextos de ocorrência desses termos e de seus correspondentes em inglês, nos *Corpora* 1 e 3, na tentativa de identificarmos um padrão de uso dessas estruturas nas duas línguas:

Termo	Contextos de uso
Estado-membro (18 ocorrências)	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Organização das Nações Unidas; Organização dos Estados Americanos
país-membro (13 ocorrências)	Aliança do Pacífico; Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Cúpula América do Sul-África; Mercosul; Organização de Aviação Civil Internacional; Organização dos Estados Americanos; Organização Latino-Americana de Energia; União de Nações Sul-Americanas
<i>member state</i> (35 ocorrências)	Agência Internacional de Energia Atômica; Associação das Nações do Sudeste Asiático; Organização das Nações Unidas; Organização de Aviação Civil Internacional; Organização dos Estados Americanos; União Europeia
<i>member country</i> (5 ocorrências)	Associação das Nações do Sudeste Asiático

Tabela 2: nomes de organismos e entidades internacionais relacionados aos contextos de uso dos termos relacionados na coluna à direita da tabela.

Observamos, pelos dados acima, que o *corpus* em português demonstra um uso mais intercambiável entre ‘Estado-membro’ e ‘país-membro’, a exemplo das ocorrências com ‘Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos’, ‘Comunidade dos Países de Língua Portuguesa’ e ‘Organização dos Estados Americanos’, cujos membros ora são designados ‘Estados-membros’, ora ‘países-membros’. O *corpus* em língua inglesa, por sua vez, apresenta o emprego mais padronizado e frequente do termo *member state* (‘Estado-membro’), apesar da ocorrência de ambas as designações (*member state* e *member country*) no contexto da ‘Associação das Nações do Sudeste Asiático’. Outro dado importante diz respeito ao equivalente em inglês para ‘país-membro’, que identificamos no *Corpus* 2 (traduções para o inglês): das treze ocorrências de ‘país-membro’ presentes no *Corpus* em português, dez correspondem a *member country*, e três a *member state*, no *corpus* paralelo (*Corpus* 2).

No caso da tradução de ‘país-membro’ como *member state*, identificada no *corpus* paralelo, acreditamos que o uso desse equivalente, no lugar de *member country*, possa refletir uma escolha do tradutor em enfatizar um conceito em relação ao outro, a depender do contexto de

ocorrência do termo (por exemplo, de uma organização internacional, cujos países integrantes têm *status* de Estados membros). Nos demais casos, em que se traduz por *member country*, supõe-se uma tendência à literalidade na tradução. Entretanto, o fato de o tradutor não saber quem é o público-alvo das notas traduzidas, o qual se caracteriza pela heterogeneidade (mundo diplomático, profissionais de imprensa, leigos, etc.), dificulta a comutação desses conceitos e poderá comprometer suas escolhas. Isso porque leigos e pessoas com diferentes níveis de conhecimento sobre os temas veiculados nas notas podem ter entendimentos distintos acerca de ‘estado-membro’ e ‘país-membro’, ou, ainda, não entender que um Estado-membro é, na verdade, um país que integra uma organização, e não uma unidade federada de um país, por exemplo. Convictos de que cabe ao tradutor a difícil decisão de intercambiar esses dois conceitos de modo a adequar sua tradução ao público-alvo, tratamos os termos ‘estado-membro’ e ‘país-membro’ como dois verbetes distintos em nosso glossário. Como equivalentes em inglês, indicamos os termos validados mais frequentes no *Corpus 3* como termo principal do verbete, e os validados de menor ocorrência como ‘outras designações’, seguindo a linha de nossa proposta metodológica.

4. ‘Agenda’

A palavra ‘agenda’ nos configura um termo bastante interessante, por apresentar alto índice de frequência (219) em nosso *corpus* em português, sendo, portanto, bastante recorrente na linguagem veiculada pelas notas à imprensa. Entretanto, nas mais diversas fontes de consulta relacionadas ao tema (dicionários, glossários, páginas especializadas sobre o assunto) não identificamos um verbete para esse termo, tampouco uma definição para o conceito designado por ele. Consultamos alguns especialistas para consolidar nosso entendimento de que esse termo designa o conjunto ou pauta de assuntos a serem discutidos em determinado âmbito, seja entre dois países (‘agenda bilateral’), entre vários países (‘agenda multilateral’), a respeito de uma determinada região (‘agenda regional’) ou, ainda, relativos ao cenário internacional (‘agenda internacional’).

Identificamos também, no *corpus* em português, que a palavra ‘agenda’ ocorre, em sua maioria, com as palavras ‘temas’, ‘questões’ e ‘assuntos’, como demonstram os exemplos a seguir:

- “Os chanceleres tratarão de **temas da agenda bilateral**, como comércio e investimentos, cooperação em tecnologia da informação e cooperação educacional. Serão avaliados, igualmente, **assuntos da agenda multilateral**.” (nota n. 185/2014, Ministério das Relações Exteriores, grifos nossos);
- “Os Ministros examinarão também **questões da agenda multilateral**.” (nota n. 216/2013, Ministério das Relações Exteriores, grifos nossos);

- “Os Presidentes passarão em revista os principais **temas da agenda regional**, com especial atenção para o Mercosul, e darão continuidade ao diálogo sobre a ampla **agenda bilateral**, com ênfase em cooperação técnica, desenvolvimento fronteiriço, temas comerciais, temas de infraestrutura e iniciativas de combate à pobreza.” (nota 345/2013, Ministério das Relações Exteriores, grifos nossos).

Seguindo essa linha, pesquisamos, no *Corpus 3*, contextos similares contendo o mesmo agrupamento de palavras (em inglês, *issues, themes, topics, regional, multilateral*) e encontramos as seguintes linhas de concordância, que sugerem alternativas de uso à palavra ‘agenda’, nas ocorrências acima mencionadas:

- *When President Obama met President Buhari, in July, the United States pledged to support Nigeria firmly as it strives to curb corruption, bolster the economy, consolidate democratic governance, and **address regional issues**, including the weakening and defeat of Boko Haram.*(nota: *Nigeria National Day Message*, outubro de 2015, *U.S. Department of State*, grifo nosso);
- *Ambassador Thomas Shannon and Chilean Under Secretary for Foreign Affairs Edgardo Riveros will meet December 4 to **discuss global, regional, and bilateral issues** of mutual interest including the promotion of democracy and human rights, peacekeeping and security, economic growth and development through trade, the environment, and other topics.* (nota: *Ambassador Thomas Shannon and Chilean Under Secretary Riveros Lead Bilateral Engagement*, dezembro de 2015, *U.S. Department of State*, grifo nosso);
- *Secretary Kerry will then travel May 24-25 to Addis Ababa, where he will meet with senior Ethiopian officials to discuss **bilateral issues** and participate in the Golden Jubilee of the Organization of African Unity at the African Union Summit.* (nota: *Secretary of State John Kerry's Travel to the Middle East and Africa*, maio de 2013, *U.S. Department of State*, grifo nosso).

Apesar da ocorrência da palavra *agenda*, em contextos diversos, no *Corpus 3*, não identificamos os sintagmas *bilateral agenda* e *international agenda*, equivalentes extraídos do *Corpus 2* para agenda bilateral e agenda internacional, respectivamente, os quais foram validados em fontes externas àquele *corpus*.

5. ‘Sherpas’

Identificamos o termo ‘sherpas’ (plural de ‘sherpa’) em nosso *corpus* a partir de uma linha de concordância da ocorrência ‘BRICS’: ‘sherpas dos BRICS’. Inicialmente, pensamos que ‘sherpas do Brics’ se tratasse de um sintagma, designando um conceito muito específico relativo àquele bloco de países. Realizamos, então, pesquisa externa ao *corpus* para identificarmos o conceito e diferentes contextos da palavra ‘sherpas’, como mostram os exemplos a seguir, os quais traduzimos para melhor entendimento conceitual:

- “Os trabalhos preparatórios e de seguimento às cúpulas são subdivididos em dois trilhos. O trilho dos representantes pessoais dos líderes (“ **sherpas**”) é coordenado pelo Itamaraty e o de Ministros de Finanças, pelo Ministério da Fazenda.” Fonte: Ministério das Relações Exteriores⁴³, grifo nosso;
- *Throughout the year, the leaders' personal representatives – known as **sherpas** – meet regularly to discuss the agenda and monitor progress.* (Ao longo do ano, os representantes pessoais dos líderes, conhecidos como **sherpas**, se reúnem regularmente para discutir a agenda e acompanhar os resultados). Fonte: *G7 Information Center, University of Toronto*⁴⁴ (Centro de Informações do G7, Universidade de Toronto), grifos nossos, tradução nossa;
- *Sherpas are the personal representatives of each leader - career diplomats or senior government officials appointed by each leader to represent their country's interests and carry out the extensive series of pre-summit consultations needed before all such high-profile meetings. There's only one **Sherpa** per G8 or G20 member. (**Sherpas** são representantes pessoais dos líderes – diplomatas de carreira ou altos funcionários de governo nomeados por cada líder, para representar os interesses de seu país e realizar uma série de consultas prévias às reuniões de alto nível. Há somente um **sherpa** para cada membro do G8 ou G20.)* Fonte: CBC/Radio Canada⁴⁵, grifos nossos, tradução nossa.

Desse modo, concluímos que esse termo é empregado no contexto de diferentes grupos de países, além do BRICS, razão pela qual consideramos essa ocorrência um termo simples em nosso glossário.

6. ‘Parte consultiva’

Essa ocorrência surgiu em contexto muito específico em nosso *corpus* – o Tratado da Antártida –, como demonstram os contextos a seguir:

- “O Brasil assinou o Tratado da Antártida em 1975, realizou a sua primeira operação naquele continente em 1982. Em 1983, tornou-se **Parte Consultiva** e sediou no Rio de Janeiro, em 1987, a XIV Reunião Consultiva do Tratado.” (nota n. 96, de 25/4/2014, Ministério das Relações Exteriores, grifo nosso);
- “Desde a entrada em vigor do Tratado, em 1961, as **Partes Consultivas** (que hoje somam 29 países) realizam reuniões regularmente para tomar decisões sobre todos os assuntos relativos ao uso pacífico, à pesquisa científica e à preservação ambiental do continente.” (nota n. 96, de 25/4/2014, Ministério das Relações Exteriores, grifo nosso).

⁴³ Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/>>.

⁴⁴ Disponível em: < <http://www.g8.utoronto.ca/>>.

⁴⁵ Sherpas: The senior diplomats who lay the summit groundwork. **CBC/Radio Canada**. 3 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cbc.ca/news/world/sherpas-the-senior-diplomats-who-lay-the-summit-groundwork-1.876237>>.

Tendo em vista que nosso *corpus* em inglês não contempla contextos relacionados ao Tratado da Antártida, tampouco o equivalente *consultative party*, identificado no *Corpus 2*, passamos à consulta externa em fontes em língua inglesa:

- *There are now 28 Parties (Antarctic Treaty **Consultative Parties** or ATCPs) with full rights of participation in these meetings: Argentina, Australia, Belgium, Brazil, (...). It has been accepted by all 28 Antarctic Treaty **Consultative Parties** and four Non-Consultative Parties. (...). A fifth annex on area protection and management was adopted October 17, 1991, by the Antarctic Treaty **Consultative Parties** and entered into force on May 24, 2002. Fonte: U.S. Department of State, texto: Antarctic Treaty-Fact Sheet; 2/10/2008, grifos nossos;*
- *Seventeen of the acceding countries have had their activities in Antarctica recognized according to this provision, and consequently there are now twenty-nine **Consultative Parties** in all. The other 24 Non-Consultative Parties are invited to attend the Consultative Meetings but do not participate in the decision-making. Fonte: Secretariat of the Antarctic Treaty⁴⁶ (Secretariado do Tratado da Antártica), grifo nosso.*

Interessante notarmos que, em nossas fontes de consulta externas ao *Corpus 3*, todas as ocorrências de *consultative parties* surgiram no contexto do Tratado da Antártida, o que sugere que esse termo é usado para designar especificamente os países signatários desse tratado. Busca complementar na página do Ministério das Relações Exteriores também surtiu o mesmo resultado.

7. ‘Secretaria de Estado’

A ocorrência ‘secretaria de estado’, outra designação de ‘secretaria de estado das relações exteriores’⁴⁷, no âmbito do nosso *corpus*, pode ser compreendida como “o órgão central da administração do Ministério [das Relações Exteriores]. Sua finalidade consiste em auxiliar o Ministro de Estado na direção e execução da política exterior [...]” (MELLO, 1962, p. 322).

Na página do Ministério das Relações Exteriores, encontramos a seguinte informação:

O Ministério das Relações Exteriores (ou Itamaraty) é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil, nos planos bilateral, regional e multilateral.

O Ministério das Relações Exteriores é integrado por unidades situadas no Brasil e no exterior.

Unidades no Brasil

Com sede em Brasília, a **Secretaria de Estado das Relações Exteriores** abrange não apenas os órgãos de assistência direta ao Ministro das Relações Exteriores e a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, como também nove Subsecretarias-Gerais – e suas respectivas Coordenações, Departamentos e Divisões – e o Instituto Rio Branco.

Unidades no exterior

⁴⁶ Disponível em: < <http://www.ats.aq>>.

⁴⁷ Barros (2004) considera que a economia linguística realizada pela elipse de um membro que não é necessário à compreensão do termo é uma das fontes de sinonímia.

A rede de postos abrange 139 Embaixadas, 52 Consulados-Gerais, 11 Consulados, 8 Vice-Consulados, 12 Missões ou Delegações e 3 Escritórios. (Fonte: Ministério das Relações Exteriores, grifo nosso)

Vejamos, a seguir, os contextos de ocorrência do termo em nosso *corpus*:

- “O caso vem sendo acompanhado desde abril de 2015 e já foi objeto de mais de 40 comunicações oficiais entre a **Secretaria de Estado**, em Brasília, e a Embaixada do Brasil em Lima.” (nota n. 313, de 21/7/2015, Ministério das Relações Exteriores, grifo nosso);
- “A exemplo das funções que desempenhei anteriormente na **Secretaria de Estado** e no Exterior, aceitei este desafio com encantamento e grande sentido de responsabilidade [...]” (nota n. 1, de 2/1/2015, Ministério das Relações Exteriores, grifo nosso).

Pode-se depreender, pelas explanações e contextos acima, que a Secretaria de Estado é a unidade do Ministério das Relações Exteriores sediada em Brasília, mas não se confunde com este, já que o Ministério também compreende os postos no exterior. Para reforçar essa ideia, transcrevemos o seguinte verbete do Dicionário de Direito Internacional Público:

Ministério das Relações Exteriores – É o organismo político-administrativo por intermédio do qual o Estado entra em contato com os demais Estados e dirige suas relações internacionais. O Ministério das Relações Exteriores tem a seguinte organização: 1) **Secretaria de Estado**; 2) Missões Diplomáticas; 3) Repartições Consulares. (MELLO, 1962, p. 225, grifo nosso)

Assim sendo, o equivalente em inglês que inicialmente validamos no *Corpus 3*, *ministry of foreign affairs* (ministério de relações exteriores, em português), preenche a lacuna tradutória nos contextos acima extraídos do *corpus*, mas não configura um equivalente terminológico, tendo em vista que os termos ‘ministério de relações exteriores’ e ‘secretaria de estado’, apesar de terem valor sinonímico em contexto, designam conceitos distintos.

Pesquisamos, então, informações a respeito da estrutura organizacional de instituições homólogas ao Ministério das Relações Exteriores de alguns países que têm o inglês como língua oficial⁴⁸, a fim de verificarmos a designação conferida à unidade do órgão sediada no país, em oposição às unidades (postos) no exterior. Essa pesquisa nos revelou o uso de *headquarters* (equivalente a ‘sede’ ou centro operacional de uma organização) na maioria dos casos:

País	Página institucional na Internet	Designação
Cingapura	https://www.mfa.gov.sg	Ministry of Foreign Affairs’ Headquarters
Índia	http://www.mea.gov.in/	Ministry at home; headquarters
Irlanda	https://www.dfa.ie/	Department’s headquarters
Jamaica	http://www.mfaft.gov.jm	Headquarters located in the ministry of foreign affairs and foreign trade

⁴⁸Conforme dados da Agência Central de Inteligência (CIA). CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY: The World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/worldfactbook>>.

Nova Zelândia	https://www.mfat.govt.nz/	Ministry of Foreign Affairs and Trade Head Office
---------------	---	---

Tabela 3: países e designações das respectivas sedes de instituições homólogas ao Ministério das Relações Exteriores.

Também pesquisamos em fontes institucionais americanas as designações *secretariat of foreign affairs* e *secretariat of foreign relations* (possíveis termos em inglês para ‘secretaria de estado das relações exteriores’), bem como *secretariat of state* (correspondendo a ‘secretaria de estado’). Os contextos coletados demonstraram o emprego das duas primeiras ocorrências em referência ao órgão do governo mexicano responsável pela política externa (*Secretaría de Relaciones Exteriores*), o que se explica pelo fato de aquele país adotar a denominação ‘Secretaria’ (e não ‘Ministério’, como no caso brasileiro) de Relações Exteriores. Não obtivemos nenhum resultado para *secretariat of state*.

Em vista das considerações acima, consideramos que *headquarters* desempenha uma melhor equivalência funcional para ‘secretaria de estado’, razão pela qual optamos por essa palavra como equivalente em nosso glossário. Em nota explicativa, indicamos o uso do termo validado em nosso *corpus*, *ministry of foreign affairs*.

8. ‘Vice-primeiro-ministro’

Com base em nosso *corpus* em inglês (*Corpus 3*), identificamos dois equivalentes para o termo ‘vice-primeiro-ministro’: *deputy prime minister* e *vice premier*. Em todos os contextos de ocorrência naquele *corpus*, o termo *vice premier* é empregado em referência ao cargo de vice-primeiro-ministro da China, ao contrário de *deputy prime minister*, utilizado nos demais contextos. Nossa pesquisa pontual nas páginas institucionais do governo norte-americano apontou, na maioria dos resultados, contextos relacionados à China e, em menor escala, para contextos referentes ao cargo em três outros países. Acreditamos que essa diferença de designação entre o português e o inglês seja decorrente de distintas interpretações que cada comunidade linguística confere à realidade. Diante disso, embora o equivalente *vice premier* seja mais recorrente que *deputy prime minister*, no *corpus* em inglês, indicamos, no glossário, ambos os termos como verbete principal a ‘vice-primeiro-ministro’ e incluímos observações quanto ao uso específico do termo *vice premier*. Este caso nos demonstra que um termo de maior frequência no *corpus* não é necessariamente a melhor opção tradutória para todos os contextos de uso.

9. Palavras-chave sem resultados aproveitáveis para o glossário

Algumas palavras da lista de cinquenta ocorrências com maior frequência em nosso *corpus* não foram incorporadas em nosso glossário, seja porque não geraram sintagmas com

núcleo terminológico associado ao nosso objeto de análise, seja porque não resultaram construções sintagmáticas nominais. Entretanto, ao analisarmos as linhas de concordância de algumas dessas palavras, deduzimos que as ocorrências em contextos significativos e recorrentes no campo de domínio em questão podem justificar a elevada recorrência dessas palavras em nosso *corpus*. Por fim, traçamos um comparativo entre os contextos de uso dessas palavras nas respectivas línguas.

‘Áreas’ (135 ocorrências):

A maioria das ocorrências dessa palavra em nosso *corpus* se insere no contexto de cooperação, parcerias, projetos, iniciativas ou acordos entre países (nas mais diversas áreas, como ciência, tecnologia, comércio, entre outras), os quais são temas bastante recorrentes em nosso *corpus*. Apesar de não representar um núcleo terminológico para nosso glossário, a palavra ‘áreas’ apresenta os seguintes padrões linguísticos recorrentes, que especificam os tipos de cooperação e acordos firmados entre os países:

- em áreas como + substantivo: “A parceria desdobra-se em importantes projetos em áreas como saúde e cooperação espacial.” (nota n. 227/2013, Ministério das Relações Exteriores);
- nas áreas + adjetivo: “A visita será oportunidade para estimular parcerias nas áreas agrícola, energética, comercial e de defesa.” (nota n. 60/2013, Ministério das Relações Exteriores);
- nas áreas de + substantivo: “Serão discutidas, em particular, iniciativas nas áreas de comércio; investimentos; ciência, tecnologia e inovação; educação; cultura e energia.” (nota n. 138/2015, Ministério das Relações Exteriores).

No *Corpus 3*, em inglês, observamos que as palavras *areas* e *fields* (equivalentes a ‘áreas’, conforme verificado no *Corpus 2*), apresentam um padrão diferente de ocorrência. Com alta incidência, de 217 ocorrências no *Corpus 3*, a palavra *areas* aparece, em sua maioria, relacionada a região geográfica ou área física, ao contrário de seu correspondente em português. A palavra *fields*, por outro lado, surge em apenas duas de suas 26 ocorrências naquele *corpus*, em contextos relacionados a parcerias, cooperação ou projetos. Assim, deduzimos que, no *corpus* em inglês, as palavras *areas* e *fields* são menos empregadas para descrever um tipo de cooperação, projeto, parceria ou iniciativa do que no *corpus* em português. Observamos também que as estruturas de ocorrência apresentam semelhança nas duas línguas, porém frequências de ocorrência distintas:

Português (<i>Corpus 1</i>)	Inglês (<i>Corpus 3</i>)
(cooperação) <u>em</u> + substantivo: 24 ocorrências; iniciativas <u>em</u> + substantivo: 2 ocorrências	(cooperation) <u>in</u> + substantivo: 76 ocorrências
(cooperação) <u>nas áreas de</u> + substantivo: 8 ocorrências; (iniciativas) <u>nas áreas de</u> + substantivo: 2 ocorrências	(cooperation) <u>in the areas of</u> + substantivo: 4 ocorrências; (cooperation) <u>in the fields of</u> + substantivo: 2 ocorrências
(cooperação) <u>em áreas como</u> + substantivo = 7 ocorrências; (iniciativas) <u>em áreas como</u> + substantivo = 2 ocorrências	(initiatives) <u>in areas like</u> + substantivo = 2 ocorrências

Tabela 4: ocorrências das palavras ‘áreas’ e *areas* nos *Corpora 1* e *3*.

‘Ocasão’ (112 ocorrências):

A palavra ‘ocasião’ ocorre no contexto de visitas oficiais ou encontro de autoridades (como cúpulas, conferências e reuniões), temas também muito recorrentes nessa linguagem, nas seguintes construções:

- ‘ocasião em que’ + verbo: “A visita incluirá palestra do Ministro Nickolas Steele no Instituto Rio Branco, ocasião em que discorrerá sobre o processo de integração no Caribe e as visões dos países caribenhos sobre temas da agenda internacional.” (nota n. 122/2014, Ministério das Relações Exteriores);
- ‘na ocasião’: “Na ocasião, será assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e África do Sul sobre Cooperação na Área Ambiental.” (nota n. 321/2013, Ministério das Relações Exteriores);
- ‘por ocasião de’ + substantivo: “Por ocasião da visita a Santiago do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, em 23 de novembro, foi assinado o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre o Brasil e o Chile.” (nota n. 466/2015, Ministério das Relações Exteriores).

O equivalente em inglês, *occasion* (assim determinado com base no *Corpus 2*), não consta do *Corpus 3*. Na página do Departamento de Estado a palavra ocorre nas construções *on the occasion* e *on occasion*, semelhantes às construções em português, sendo a forma *on the occasion* mais recorrente nos títulos das publicações, entretanto.

‘Temas’ (231 ocorrências):

A alta incidência dessa palavra em nosso *corpus* também está associada a uma temática constante na atividade diplomática – encontros e reuniões entre autoridades, nos quais se dis-

cutem temas de interesse mútuo para os países em questão: “Durante o encontro, serão abordados os principais temas da agenda bilateral, em especial a cooperação nas áreas de segurança alimentar, desenvolvimento social, saúde e educação, além de assuntos migratórios e de segurança.” (nota n. 120/2014, Ministério das Relações Exteriores).

Com base nos possíveis equivalentes em inglês para ‘temas’, identificados, a partir do *Corpus 2 – themes, topics e issues* –, observamos uma alta incidência dessas palavras no *Corpus 3*, muitas das quais em contextos similares aos da palavra ‘temas’:

Both countries engaged in wide-ranging discussions that covered both bilateral and regional issues, including Tunisia’s historic democratic transition and its most recent successes in the ratification of the constitution and the formation of a new government. (nota: U.S.-Tunisia Strategic Dialogue, abril de 2014, U.S. Department of State, grifo nosso)

‘Satisfação’ (143 ocorrências):

Embora não a tenhamos considerado um núcleo cognitivo referente ao nosso objeto de análise, a palavra ‘satisfação’ apresenta alto índice de ocorrência no *corpus*. A análise das linhas de concordância demonstrou que essa palavra ocorre, na maioria das vezes, em forma de frases feitas ou fórmulas protocolares, a exemplo de ‘receber com grande satisfação’, ‘ter a satisfação de informar’, ‘acolher com satisfação’ e ‘manifestar satisfação’. Observamos contextos de uso semelhantes no *Corpus 3*, como por exemplo, *express satisfaction* e *note with satisfaction*, o que sugere que essa linguagem profissional, em inglês, também recorre a construções linguísticas similares, ainda que com menor frequência.

10. Denominações de cargos

A denominação de títulos de cargos em diferentes línguas é um aspecto instigante e ao mesmo tempo desafiador em um trabalho terminológico bilíngue ou multilíngue, se considerarmos que as diversas sociedades se organizam de formas distintas. Barros (2004, p. 247) explica que a dificuldade de se compatibilizar nomenclaturas deve-se à “diferença de visões de mundo, o que provoca problemas de coincidência conceitual e linguística”.

Em nosso *corpus*, identificamos diferentes denominações para cargos homólogos ao chanceler brasileiro, o ‘ministro das relações exteriores’, as quais variam de um país para outro, como menciona Mello (1962, p. 226):

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – É o auxiliar direto, ou melhor, o intermediário do Chefe de Estado nos assuntos de caráter internacional. Sua denominação nem sempre é uniforme em todos os países, embora suas funções sejam praticamente as mesmas. Na França, por exemplo, como em quase todos os países da Europa, esse mandatário do Chefe de Estado tem o título de *Ministro dos Negócios Estrangeiros*; na Inglaterra, o de *Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros*; na Espanha, denomina-se *Ministro de Assuntos Exteriores*; [...] nos Estados Unidos, *Secretário de Estado*; como

em todo o continente americano, o título predominante, com raras exceções, é o de *Ministro das Relações Exteriores*.

Para demonstrar essa variação denominativa, listamos, a seguir, títulos homólogos ao cargo de Ministro de Relações Exteriores que identificamos nos *Corpora* 1 (português) e 3 (inglês), e nomes de alguns dos países que surgem nos contextos desses cargos (por exemplo: ‘Secretário de Negócios Estrangeiros do Reino Unido’, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria):

Ministro das Relações Exteriores	Ministro dos Assuntos Estrangeiros	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Secretário de Negócios Estrangeiros	Secretário de Relações Exteriores	Secretário de Estado
Azerbaijão Bolívia Brasil Chile Costa Rica Paraguai Países Baixos Rússia Suriname Uruguai	Índia Países Baixos	Áustria Canadá China Guatemala Índia Islândia Japão Noruega Países Baixos Portugal Rússia	Reino Unido	México	Estados Unidos

Foreign Minister	Minister of Foreign Affairs	Minister of External Affairs	Foreign Secretary	Secretary of State
Alemanha Arábia Saudita Brasil Catar Coreia Costa Rica Egito Filipinas Finlândia Japão Portugal Rússia	Bulgária Geórgia Japão	Índia	Bangladesh México Paquistão Reino Unido	Estados Unidos

Em complementação aos dados acima, identificamos nas páginas institucionais norte-americanas (Departamento de Estado e outras) o uso da denominação *secretary of foreign relations* para o cargo do México (secretário de relações exteriores). Diante das ocorrências, no *corpus* em inglês, das denominações *minister of external affairs* e *foreign secretary*, em referência ao cargo indiano, consultamos a página institucional daquele órgão e verificamos que,

além do cargo *External Affairs Minister* (equivalente ao Ministro das Relações Exteriores), existem, na hierarquia daquela instituição, os cargos *Minister of State for External Affairs* e *Foreign Secretary*.

Análise dos contextos acima também sugere uma possibilidade de variação no emprego dessas denominações, em português, haja vista termos identificado no *corpus* o uso de ‘ministro dos assuntos estrangeiros’, ‘ministro dos negócios estrangeiros’ e ‘ministro das relações exteriores’ em referência ao cargo do chanceler holandês, o que torna difícil de identificar um padrão de uso desses termos:

- “Na Haia, manterá encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Frans Timmermans [...]” (nota n. 230/2013, Ministério das Relações Exteriores);
- “A reunião será co-presidida pelo Ministro de Assuntos Estrangeiros dos Países Baixos, Frans Timmermans [...]” (nota n. 339/2013, Ministério das Relações Exteriores);
- “[...] manifestando meu apreço ao Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos, Frans Timmermans, por organizar este encontro, e à Alta Comissária das Nações Unidas [...]” (nota n. 344/2013, Ministério das Relações Exteriores)

Também consultamos as páginas das instituições responsáveis pelas relações exteriores de alguns dos países listados acima a título de verificação da denominação utilizada pelos respectivos órgãos:

País	Página institucional na Internet	Título oficial do cargo
Austrália	http://dfat.gov.au/pages/default.aspx	Minister for Foreign Affairs
Brasil	http://www.itamaraty.gov.br	Ministro das Relações Exteriores
Canadá	http://www.international.gc.ca/	Minister of Foreign Affairs
Cingapura	https://www.mfa.gov.sg	Minister for Foreign Affairs
Estados Unidos	http://www.state.gov	Secretary of State
Filipinas	http://www.dfa.gov.ph/	Secretary of Foreign Affairs
Índia	http://www.mea.gov.in/	External Affairs Minister
Islândia	https://www.mfa.is	Minister for Foreign Affairs
Japão	http://www.mofa.go.jp/	Minister for Foreign Affairs
México	http://www.gob.mx/sre	Secretario de Relaciones Exteriores
Noruega	https://www.regjeringen.no	Minister of Foreign Affairs
Países Baixos	https://www.government.nl/ministries/ministry-of-foreign-affairs	Minister of Foreign Affairs
Portugal	http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne.aspx	Ministro dos Negócios Estrangeiros
Reino Unido	https://www.gov.uk/government/organisations/foreign-commonwealth-office	Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs
Uruguai	http://www.mrree.gub.uy/	Ministro de Relaciones Exteriores

Tabela 5: países e respectivos títulos do cargo homólogo ao Ministro das Relações Exteriores.

Valemos-nos de todas essas informações e considerações para corroborar a variedade de denominações dos cargos homólogos ao de 'ministro de relações exteriores' e também para demonstrarmos quão complexa é a dificuldade que tal variação denominativa impõe ao trabalho do tradutor.

Diante de todas as análises acima, acreditamos que a variedade de denominações, nas duas línguas, impõe ao tradutor, novamente, a difícil tarefa de adequar suas escolhas tradutórias ao público-alvo abrangente das notas à imprensa. Assim sendo, o tradutor poderá se deparar com o termo 'secretário de estado' (cargo norte-americano): a escolha do equivalente *Secretary of State* soa natural ao leitor norte-americano; no entanto, poderá causar estranheza a um leitor de outra nacionalidade ou o qual, por desconhecimento do tema ou mesmo da existência desse título, não o identificará como o cargo responsável pela política externa norte-americana. Nesses casos, a equivalência formal não será suficiente, podendo o tradutor valer-se de recursos, como nota explicativa ou uso da palavra 'homólogo'.

Para nosso glossário, achamos pertinente indicar as diferentes denominações de cargos como verbetes distintos, pois o consulente-tradutor, ao se deparar com essas designações, no texto a ser traduzido, os buscará separadamente no glossário. Além disso, a depender de seu nível de conhecimento, o tradutor poderá não saber que o cargo de 'secretário de negócios estrangeiros' é homólogo ao cargo de 'ministro das relações exteriores', o que também justifica a indicação desses termos em verbetes separados.

11. Organizações e outras entidades

Algumas palavras-chave de nossa pesquisa geraram diversos resultados referentes a organizações internacionais, organismos e blocos de países, o que demonstra que tais denominações estão presentes nos textos das notas à imprensa e circulam na linguagem por elas veiculada.

Pavel (2002, p.18-19) indica que a unidade terminológica pode ser também “a denominação ou o título oficial de um cargo, organismo ou entidade administrativa”, sendo a denominação oficial a “designação oficial de um organismo, programa, entidade administrativa ou outra, geralmente acompanhada de uma sigla ou acrônimo” (p. 119). Ainda que consideremos que algumas dessas denominações não sejam dotadas da “imprevisibilidade semântica”, de que tratamos anteriormente, ou, ainda, não configurem dificuldades tradutórias, seja porque suas denominações em outras línguas são facilmente identificadas em páginas institucionais bi- ou multilíngues (a exemplo da Organização das Nações Unidas), acreditamos que elas constituam ‘etiquetas’ convencionais de títulos oficiais dessas entidades que integram um ambiente comunicativo próprio. Nesse sentido, e devido ao número de ocorrências em nosso *corpus*,

incluímos as denominações a seguir em nosso glossário, em uma lista à parte, para referência rápida dos consulentes. As denominações extraídas do *Corpus 2* validadas em fonte externa ao *Corpus 3* estão indicadas com o nome da respectiva fonte de validação na coluna ‘*Corpus 3*’.

<i>Corpus 1</i>	<i>Corpus 2</i>	<i>Corpus 3</i>
Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)	Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)	Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)
BRICS	BRICS	BRICS Fonte: <i>U.S.Department of State</i>
Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)	Community of Latin American and Caribbean States (CELAC)	Community of Latin American and Caribbean States (CELAC) Fonte: <i>U.S.Department of State</i>
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	Community of Portuguese-speaking Countries (CPLP); Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP)	Community of Portuguese Language Countries (CPLP); Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP); Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) Fonte: <i>U.S.Department of State</i>
Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)	Economic Community of West African States (ECOWAS)	Economic Community of West African States (ECOWAS)
Liga dos Estados Árabes	League of Arab States	League of Arab States Fonte: <i>U.S.Department of State</i>
Mercosul	Mercosur	Mercosur Fonte: <i>U.S.Department of State</i>
Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO)	Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO) Fonte: Página institucional do governo dos Estados Unidos na Internet
Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)	International Civil Aviation Organization (ICAO)	International Civil Aviation Organization (ICAO)
Organização das Nações Unidas (ONU)	United Nations Organization; United Nations	United Nations Organization; United Nations
Organização dos Estados Americanos (OEA)	Organization of American States (OAS)	Organization of American States (OAS)
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	International Labor Organization (ILO)	International Labor Organization
Organização Mundial da Saúde (OMS)	World Health Organization (WHO)	World Health Organization (WHO)
Organização Mundial do Comércio (OMC)	World Trade Organization (WTO)	World Trade Organization (WTO)
União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)	Union of South American Nations (UNASUR)	Union of South American Nations (UNASUR) Fonte: <i>U.S. Department of State</i>

Tabela 6: denominações de organismos e entidades internacionais

3.1 Ficha terminológica

A ficha terminológica é elemento importante na organização de repertórios terminológicos, para “sintetizar e sistematizar” (PAVEL; NOLET, 2002, p. 47) as informações acerca de um termo na composição de verbetes de dicionários e glossários. Para Krieger e Finatto (2004, p.136), a ficha terminológica “pode ser definida como um registro completo e organizado de informações referentes a um dado termo”.

Quanto à composição da ficha terminológica, Sager (1990, p. 143) elenca cinco elementos essenciais, com base em consenso internacional: termo de entrada, número de referência, área de estudo, definição e indicação de uso. Para ele, tendo em vista o caráter flexível das categorias convencionais, as fichas terminológicas podem abranger outros elementos, como informações gramaticais, variantes, sinônimos, forma abreviada, fonte, entre outros. Krieger e Finatto (2004), por sua vez, indicam que a ficha terminológica pode conter informações como fonte textual, contextos de uso, variantes e sinônimos, ou seja, todas as informações necessárias para a construção do verbete de um repertório, embora nem todos esses dados precisem constar da versão final do produto terminológico. Barros (2004), na mesma linha de Krieger e Finatto (2004), entende que o modelo e composição de uma ficha dependerão do tipo e objetivos do trabalho terminológico, não havendo, portanto, um modelo de ficha universal.

Nesta pesquisa, como forma de exercício metodológico de Terminologia, confeccionamos fichas terminológicas referentes a dez termos elencados para nosso repertório que representaram maior desafio metodológico quanto à montagem do glossário e também aqueles que apresentaram maior frequência de ocorrência no *corpus*. As ocorrências com igual frequência sofreram desempate por ordem alfabética crescente.

Por meio desse fichamento, tencionamos propor um modelo de verbete para glossário bilíngue que atenda as necessidades terminológicas iminentes do tradutor (contexto de uso, equivalentes e sinônimos). Pretendemos, também, testar a concretude desses termos, os quais podem vir a compor o núcleo de uma linguagem específica da atividade diplomática.

Tendo em vista a ênfase que conferimos à funcionalidade dos termos e de seus equivalentes nas respectivas línguas, observável, no *corpus*, por meio dos contextos de uso, optamos por adotar o seguinte modelo de ficha terminológica:

POR (termo em português extraído do *Corpus 1*)
Contexto (exemplo de uso do termo extraído do *Corpus 1*)
Fonte (número e data da nota à imprensa do *Corpus 1* da qual o contexto de uso do termo foi extraído)

Sinônimo(s) (termo coocorrente no *Corpus 1*, cujo conceito é equivalente ao termo principal)
Contexto(s) sinônimo(s) (exemplo de uso do termo sinônimo extraído do *Corpus 1*)
Fonte (número e data da nota à imprensa do *Corpus 1* da qual o contexto de uso do sinônimo foi extraído)
Nota (observações explicativas sobre o termo em português)
ING (termo equivalente em inglês ao termo em português)
Contexto (exemplo de contexto de uso do equivalente em inglês extraído do *Corpus 3*)
Fonte (número e data da nota à imprensa do *Corpus 3* da qual o contexto de uso do termo foi extraído)
Sinônimo(s) (termo coocorrente no *Corpus 3*, cujo conceito é equivalente ao termo principal em inglês)
Contexto(s) sinônimo(s) (exemplo de uso do termo sinônimo extraído do *Corpus 3*)
Fonte (número e data da nota à imprensa do *Corpus 3* da qual o contexto de uso do termo foi extraído)
Nota (observações explicativas sobre o termo em inglês)

Figura 6: modelo proposto de ficha terminológica.

Na ficha acima proposta, apresentamos, como entrada do verbete, a acepção mais frequente no *corpus* em português. Tendo em vista que limitamos nossos termos aos sintagmas nominais, não incluímos a categoria gramatical no verbete da ficha, embora consideramos um elemento importante em um repertório terminológico que contemple outras categorias. A partir dos resultados de linhas de concordância referentes ao *Corpus 1*, identificamos, no campo ‘Contexto’, um exemplo de uso do termo no âmbito comunicativo especializado. As ocorrências menos frequentes, que designam conceitos equivalentes ao termo principal, constam do campo ‘Sinônimo(s)’, por ordem de frequência de ocorrência no *corpus* em português. seguidas dos respectivos contextos de uso, também extraídos do *Corpus 1*, em ‘Contexto(s) sinônimo(s)’. A rubrica ‘Fonte’ indica a nota à imprensa (numerada e datada) da qual extraímos o contexto de uso do termo principal, tendo em vista a probabilidade de o termo ocorrer em diversas notas ao longo do *corpus*.

Na contraparte em inglês da ficha, o equivalente ao termo principal em português corresponde, salvo exceções, à ocorrência mais frequente validada no *Corpus 3*. No caso de essa rubrica contemplar mais de um termo, listamos esses equivalentes por ordem alfabética, tendo em vista a impossibilidade de se ordenar termos validados externamente ao *corpus* por ordem de frequência de ocorrência. Também apresentamos um contexto de uso desse equivalente, extraído do *Corpus 3*, no campo ‘Contexto’. Em ‘Sinônimo(s)’ dispomos as formas menos frequentes identificadas naquele *corpus*, que designam conceitos equivalentes ao termo principal em inglês, por ordem de ocorrência naquele *corpus*. No campo ‘Fonte’, indicamos o título e data de veiculação da nota presente no *Corpus 3*, na qual o termo foi validado. Para os equivalentes em inglês validados em fontes externas ao *Corpus 3*, indicamos, como entrada do verbete, o termo validado externamente e, em ‘Sinônimo(s)’, os termos menos frequentes, quando assim possível detectar, haja vista que a validação externa não envolve registro de

frequência, da mesma forma que no *corpus*. Assim sendo, quando não foi possível identificar as ocorrências mais frequentes ou menos frequentes, registramos todos os termos validados como entrada do verbete em inglês, por ordem alfabética. Nesse caso, indicamos, no campo ‘Fonte’, a referência de validação do termo, título e data do texto em que o termo foi validado. No caso de ausência de validação, ou seja, quando não identificamos, no *Corpus 3* ou em fonte externa ao *corpus*, o termo em inglês extraído do *Corpus 2*, indicamos a ausência de equivalência por meio de um sinal de traço (–) e acrescentamos notas explicativas.

A seguir, propomos fichas terminológicas para dez termos, dos quais nove se referem àqueles que nos levaram a uma maior reflexão metodológica para montagem do glossário – estado-membro, ministro das relações exteriores, ministro dos assuntos estrangeiros, ministro dos negócios estrangeiros, país-membro, secretaria de estado, secretário de estado, secretário de relações exteriores, vice-primeiro-ministro –, e um termo que apresentou frequência alta – *agrément*.

POR estado-membro

Contexto: “O Brasil desempenha um papel ativo na ONU desde a sua fundação. O País participa com destaque das discussões sobre os principais temas da agenda internacional, entre eles desenvolvimento sustentável, direitos humanos, mudança do clima, paz e segurança, reforma da governança global. Não é coincidência que tenha sido, juntamente com o Japão, o Estado-membro que mais vezes ocupou um assento não-permanente no Conselho de Segurança.”

Fonte: nota n. 497/2015, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: a depender do contexto, o termo ‘país-membro’ poderá surgir como outra designação de ‘estado-membro’, sem prejuízo referencial.

ING member state

Contexto: *This program will support up to eight science and technology fellows from ASEAN member states to work for one year in their home ministries to promote the use of the best available science to inform the national and ASEAN regional policy process.*

Fonte: nota *The ASEAN-U.S. Ministerial Meeting*. Julho de 2013. *U.S. Department of State*.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

POR ministro das relações exteriores

Contexto: “O Ministro das Relações Exteriores manterá também reunião de trabalho com o Subsecretário-Geral para Operações de Manutenção da Paz, Hervé Ladsous.”

Fonte: nota n. 399/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): ministro de estado das relações exteriores; ministro de relações exteriores

Contexto sinônimo(s): “O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, receberá o Ministro de Relações Exteriores de El Salvador, Jaime Alfredo Miranda Flamenco, para reunião de trabalho em Brasília, no dia 1º de novembro.”

“A delegação brasileira será chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado”.

Fonte: nota n. 374/2013 e nota n. 363/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Nota: a denominação do cargo homólogo ao de ministro das relações exteriores varia de um país a outro, podendo receber as seguintes designações: ministro dos assuntos estrangeiros, ministro dos negócios estrangeiros, secretário de negócios estrangeiros, secretário de relações exteriores, secretário de estado.

ING foreign minister

Contexto: *The Minister for Foreign Affairs of Australia, Julie Bishop, the Foreign Minister of Japan, Fumio Kishida, and the Secretary of State of the United States, John Kerry, met in Bali, Indonesia on October 4, 2013 for the fifth ministerial meeting of the Trilateral Strategic Dialogue (TSD) to discuss current and emerging regional and global issues.*

Fonte: nota *Trilateral Strategic Dialogue Joint Statement*. Outubro de 2013. *U.S. Department of State*.

Sinônimo(s): minister of foreign affairs

Contexto sinônimo(s): *The United States and Algeria convened the third session of the Strategic Dialogue on April 8, 2015, with Secretary of State John Kerry and Minister of Foreign Affairs Ramtane Lamamra chairing their respective delegations.*

Fonte: nota *Joint Communique on the U.S.-Algeria Strategic Dialogue*. Abril de 2015. *U.S. Department of State*.

Nota: –

POR ministro dos assuntos estrangeiros

Contexto: “O Ministro das Relações Exteriores do Brasil informou o lado indiano dos desenvolvimentos recentes na América Latina e no Caribe, enquanto o Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Índia informou o lado brasileiro sobre os desenvolvimentos recentes no Sul da Ásia.”

Fonte: nota n. 360/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): ministro de assuntos estrangeiros.

Contexto sinônimo(s): “A reunião será co-presidida pelo Ministro de Assuntos Estrangeiros dos Países Baixos, Frans Timmermans [...]”.

Fonte: nota n. 339/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Nota: a denominação do cargo homólogo ao de ministro dos assuntos estrangeiros varia de um país a outro, podendo receber outras designações: ministro das relações exteriores, ministro dos negócios estrangeiros, secretário de negócios estrangeiros, secretário de relações exteriores, secretário de estado.

ING minister of external affairs

Contexto: *U.S. Secretary of State John Kerry and U.S. Secretary of Commerce Penny Pritzker co-chaired the dialogue with their Indian counterparts, Minister of External Affairs Sushma Swaraj and Minister of Commerce and Industry Nirmala Sitharaman.*

Fonte: nota *U.S.-India Commercial, Trade, and Economic Cooperation*. Setembro de 2015. *U.S. Department of State*.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

POR ministro dos negócios estrangeiros

Contexto: “O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Índia, Salman Khurshid, realizará visita a Brasília, em 15 de outubro de 2013, ocasião em que será recebido pelo Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado.”

Fonte: nota n. 359/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): ministro de negócios estrangeiros

Contexto sinônimo(s): “O Vice-Primeiro Ministro e Ministro de Negócios Estrangeiros da Eslovênia, Karl Erjavec, realizará visita oficial ao Brasil entre 23 e 25 de março.”

Fonte: nota n. 83/2015, Ministério das Relações Exteriores.

Nota: a denominação do cargo homólogo ao de ministro dos negócios estrangeiros varia de um país a outro, podendo receber outras designações: ministro das relações exteriores, ministro dos assuntos estrangeiros, secretário de negócios estrangeiros, secretário de relações exteriores, secretário de estado.

ING foreign minister

Contexto: *The Minister for Foreign Affairs of Australia, Julie Bishop, the Foreign Minister of Japan, Fumio Kishida, and the Secretary of State of the United States, John Kerry, met in Bali, Indonesia on October 4, 2013 for the fifth ministerial meeting of the Trilateral Strategic Dialogue (TSD) to discuss current and emerging regional and global issues.*

Fonte: nota *Trilateral Strategic Dialogue Joint Statement*. Outubro de 2013. *U.S. Department of State*.

Sinônimo(s): minister of external affairs

Contexto sinônimo(s): *Secretary Kerry will travel to New Delhi for the 5th U.S.-India Strategic Dialogue, which he will co-chair with Indian Minister of External Affairs Sushma Swaraj on July 31.*

Fonte: *U.S. Department of State*. Nota: *Secretary Kerry Travel to New Delhi for Strategic Dialogue*. Julho de 2014.

Nota: –

POR país-membro

Contexto: “O fluxo comercial do Brasil com os países-membros da CPLP cresceu mais de cinco vezes de 1996 a 2012, passando de US\$ 740 milhões a US\$ 4 bilhões.”

Fonte: nota n. 245/2013, Ministério das Relações Exteriores

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: a depender do contexto, o termo ‘estado-membro’ poderá surgir como outra designação de ‘país-membro’, sem prejuízo referencial.

ING member state

Contexto: *This program will support up to eight science and technology fellows from ASEAN member states to work for one year in their home ministries to promote the use of the best available science to inform the national and ASEAN regional policy process.*

Fonte: nota *The ASEAN-U.S. Ministerial Meeting*. Julho de 2013. *U.S. Department of State*.

Sinônimo(s): member country

Contexto sinônimo(s): *From October 8-10 in Brunei, the United States brought together a diverse cross-section of young leaders from all 10 ASEAN member countries.*

Fonte: nota *U.S.-ASEAN Engagement*. Outubro de 2013. *U.S. Department of State*.

Nota: –

POR secretaria de estado

Contexto: “No caso da República de Angola, o Ponto Focal será estabelecido na Secretaria de Estado para a Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.”

Fonte: nota n. 104/2014, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

ING headquarters

Contexto: *He served at the Singapore Embassy in Bangkok and the Singapore Embassy in Washington D.C. In the Ministry of Foreign Affairs Headquarters, he served as Director of Policy, Planning and Analysis Directorate II (North America/Europe).*

Fonte: nota *Appointment of Singapore's Ambassador to The Kingdom of Belgium and Singapore's Ambassador to The Federal Republic of German*. Agosto de 2003. *Ministry of Foreign Affairs of Singapore*.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: o termo *ministry of foreign affairs* poderá ser usado em referência a 'secretaria de estado', a depender do contexto.

Contexto: *He was Minister-Counsellor and Deputy Chief of Mission at the Singapore Embassy in Washington D.C. from February 1994 to March 1997. On his return to the Ministry of Foreign Affairs, he was appointed Director of Policy, Planning and Analysis Directorate II (North America and Europe) in November 1997.*

Fonte: nota *Appointment of Singapore's Ambassador to The Kingdom of Belgium and Singapore's Ambassador to The Federal Republic of German*. Agosto de 2003. *Ministry of Foreign Affairs of Singapore*.

POR secretário de estado

Contexto: “O Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, realizará visita a Brasília no dia 13 de agosto, ocasião em que será recebido pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota.”

Fonte: nota n. 277/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota explicativa: –

ING secretary of state

Contexto: *U.S. Secretary of State John Kerry and Pakistan Advisor to the Prime Minister on National Security and Foreign Affairs Sartaj Aziz, accompanied by a high-level delegation, met in Islamabad on January 13, 2015, for the Ministerial meeting of the U.S.-Pakistan Strategic Dialogue.*

Fonte: nota *U.S.-Pakistan Strategic Dialogue Joint Statemen*. Janeiro de 2015. *U.S. Department of State*.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

POR secretário de relações exteriores

Contexto: “O Secretário de Relações Exteriores do México, José Antonio Meade Kuribreña, fará visita ao Brasil em 17 de maio. Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.”

Fonte: nota n.160/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

ING foreign secretary; secretary of foreign relations

Contexto: *Former Secretary Clinton and then Mexican Foreign Secretary Espinosa signed the Agreement in Los Cabos in February, 2012. Mexico ratified the agreement in April 2012.*

Fonte: nota *U.S.-Mexico Transboundary Hydrocarbons Agreement*. Maio de 2013. *U.S. Department of State*.

Contexto: *U.S. Secretary of State Rex Tillerson hosted a working breakfast this morning with Canada's Minister of Foreign Affairs Chrystia Freeland and Mexico's Secretary of Foreign Relations Luis Videgaray at the Department of State in Washington, D.C.*

Fonte: *nota Readout: Secretary Tillerson's Meeting With Canadian Foreign Minister Freeland and Mexican Foreign Secretary Videgaray. U.S. Department of State.*

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

POR vice-primeiro-ministro

Contexto: “Em Cantão, o Vice-Presidente presidirá, juntamente com o Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang, a III Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).”

Fonte: nota n. 375/2013, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

ING deputy prime minister; vice premier.

Contexto: *Iraqi Deputy Prime Minister Rowsch Shaways led a 30+ member public and private sector delegation to network with scores of major U.S. firms and explore expanding business opportunities in Iraq, now the United States' 27th largest goods trading partner.*

Fonte: *nota U.S.-Iraq Business Week Strengthens Economic Ties. Março de 2014. U.S. Department of State.*

Contexto: *The U.S. Department of State also announced today that Secretary Kerry will participate in the sixth annual U.S.-China Consultation on People-to-People Exchange (CPE) in coordination with Chinese Vice Premier Liu Yandong.*

Fonte: *nota U.S.-China Strategic and Economic Dialogue and U.S.-China Consultation on People-to-People Exchange. Maio de 2015. U.S. Department of State.*

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: o termo *vice premier* é empregado para designar o cargo de vice-primeiro-ministro em determinados países, como na República Popular da China.

POR agrément

Contexto: “O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da Estônia concedeu agrément a [...] como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.”

Fonte: nota n. 218/2015, Ministério das Relações Exteriores.

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: –

Nota: –

ING agrément

Contexto: *The Diplomatic Affairs Division has responsibility for monitoring the agrément process (by which a government seeks accreditation for its diplomats in a foreign country) for foreign Ambassadors, as well as the presentation of their credentials to the Secretary of State and the President of the United States.*

Fonte: *U.S. Department of State. Texto: D&CP – Office of the Chief of Protocol – Rsource Summary.*

Sinônimo(s): –

Contexto sinônimo(s): –

Fonte: – Nota: –

3.2 Glossário bilíngue

A partir dos dados extraídos dos *corpora* desta pesquisa e com base em nosso modelo de ficha terminológica, apresentamos, a seguir, uma proposta de glossário bilíngue português-ínglês, de caráter não exaustivo, referente à atividade diplomática. Quanto à sua macroestrutura, o glossário contém uma lista de símbolos e abreviações para referência, e seus verbetes estão dispostos em ordem alfabética. Em relação à microestrutura, o repertório contempla as rubricas ‘entrada’, ‘sinônimo(s)’ e ‘nota’, conforme indicadas no modelo de ficha terminológica proposto nesta metodologia.

Reiteramos que, para a composição deste glossário, priorizamos a equivalência funcional e contextual entre os termos, isto é, quando o termo em uma língua é empregado em contextos comunicativos semelhantes na outra língua, produzindo o mesmo efeito de sua contraparte na língua de partida. No entanto, vale ressaltar que, apesar de não ter sido foco da metodologia desta pesquisa, a equivalência conceitual foi necessária para atestar a funcionalidade de um equivalente na língua de chegada, principalmente quando desconhecemos o conceito do termo da língua de partida ou de seu equivalente na outra língua, ou dos dois.

Por último, ressaltamos que, ao propormos uma ferramenta terminológica de auxílio à tradução, não visamos normatizar a linguagem desta atividade, mas, a partir desse levantamento terminológico, identificar a linguagem veiculada pelo *corpus* desta pesquisa. Acreditamos que a normalização envolve políticas institucionais, as quais não contemplamos nesta pesquisa.

GLOSSÁRIO DIPLOMÁTICO PORTUGUÊS-INGLÊS

Lista de Abreviações e Símbolos

V.: remissiva

Sin.: sinônimo

N.: nota explicativa

◆: equivalente em inglês

acordo de associação

◆ association agreement

acordo de comércio preferencial

◆ preferential trade agreement

acordo de complementação econômica

◆ economic complementation agreement

acordo de cooperação e facilitação de investimentos

◆ cooperation and investment facilitation agreement

acordo de facilitação do comércio

◆ trade facilitation agreement

acordo de livre comércio

◆ free trade agreement

acordo geral sobre tarifas e comércio (GATT)

◆ general agreement on tariffs and trade (GATT)

acordo sobre barreiras técnicas ao comércio. *Sin.* acordo TBT.

◆ agreement on technical barriers to trade.

acordo sobre licenciamento à importação

◆ agreement on import licensing

acordo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias. *Sin.* acordo SPS

◆ agreement on sanitary and phyto-sanitary measures; agreement on the application of sanitary and phyto-sanitary measures; agreement on the application of sanitary and phytosanitary measures; SPS agreement.

acordo-quadro

◆ framework agreement

agenda bilateral

◆ bilateral agenda

agenda internacional

◆ international agenda

agrément

◆ agrément

câmara de comércio

◆ chamber of commerce

chefe de estado

◆ head of state

chefe de governo

◆ head of government

comissão mista

◆ joint commission

comunicado conjunto

◆ joint statement . *Sin.* joint communique; joint declaration.

cooperação sul-sul

◆ south-south cooperation

cooperação trilateral. *Sin.* cooperação triangular

◆ trilateral cooperation.

cooperação triangular. *Sin.* cooperação trilateral

◆ triangular cooperation

corrente de comércio. *Sin.* fluxo de comércio.

◆ trade flow

embaixador extraordinário e plenipotenciário

◆ ambassador extraordinary and plenipotentiary

estado associado

◆ associate member

estado de direito

◆ rule of law

estado parte

◆ state party

estado-membro. *N.* a depender do contexto, o termo ‘país-membro’ poderá surgir como outra designação de ‘estado-membro’, sem prejuízo referencial. *V.* país-membro.

◆ member state.

grupo de trabalho

◆ working group

investimento estrangeiro direto

◆ foreign direct investment

ministro das relações exteriores (Azerbaijão, Bolívia, **Brasil**, Chile, **Costa Rica**, Países Baixos, Paraguai, **Rússia**, Suriname, Uruguai). *Sin.* ministro de estado das relações exteriores; ministro de relações exteriores. *N.* a denominação do cargo homólogo ao de ministro das relações exteriores varia de um país a outro, podendo receber outras designações, marcadas pelos países entre parênteses: ministro dos assuntos estrangeiros, ministro dos negócios estrangeiros, secretário de negócios estrangeiros, secretário de relações exteriores, secretário de estado. Apenas os países marcados em negrito na entrada em português têm a indicação do cargo correspondente em inglês.

◆ foreign minister (Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, **Brasil**, Catar, Coreia, **Costa Rica**, Egito, Filipinas, Finlândia, Japão, Portugal, **Rússia**). *Sin.* minister of foreign affairs (Bulgária, Geórgia, Japão)

ministro dos assuntos estrangeiros (**Índia**, Países Baixos). *Sin.* ministro de assuntos estrangeiros. *V.* ministro das relações exteriores.

◆ minister of external affairs (**Índia**)

ministro dos negócios estrangeiros (Áustria, Canadá, China, Guatemala, **Índia**, Islândia, **Japão**, Noruega, Países Baixos, **Portugal**, **Rússia**). *Sin.* ministro de negócios estrangeiros. *V.* ministro das relações exteriores.

◆ foreign minister (Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Brasil, Catar, Coreia, Costa Rica, Egito, Filipinas, Finlândia, **Japão**, **Portugal**, **Rússia**). *Sin.* minister of external affairs (**Índia**)

país de menor desenvolvimento relativo

◆ least developed country

país em desenvolvimento

◆ developing country

país-membro. *N.* a depender do contexto, o termo ‘estado-membro’ poderá surgir como outra designação de ‘país-membro’, sem prejuízo referencial.

◆ member state. *Sin.* member country

parte consultiva

◆ consultative party

política externa

◆ foreign policy

presidência pro tempore

◆ pro tempore presidency

primeiro-ministro

◆ prime minister

reunião de alto nível

◆ high-level meeting

reunião de trabalho

◆ working meeting

secretaria de estado

◆ headquarters. *N.* o termo *ministry of foreign affairs* poderá ser usado em referência a ‘secretaria de estado’, a depender do contexto.

secretário de estado (Estados Unidos). *V.* ministro das relações exteriores.

◆ secretary of state (**Estados Unidos**)

secretário de negócios estrangeiros (Reino Unido). *V.* ministro das relações exteriores.

◆ foreign secretary (Bangladesh, México, Paquistão, **Reino Unido**)

secretário de relações exteriores (México). *V.* ministro das relações exteriores.

◆ foreign secretary (Bangladesh, **México**, Paquistão, Reino Unido); secretary of foreign relations (**México**)

secretário-executivo

◆ executive secretary

secretário-geral

◆ secretary general; secretary-general

segurança física nuclear

- ◆ nuclear security. *Sin.* nuclear safety

sherpa

- ◆ sherpa

sistema multilateral de comércio

- ◆ multilateral trading system

subsecretário-geral

- ◆ under-secretary-general

vice-ministro

- ◆ deputy minister

vice-primeiro-ministro

- ◆ deputy prime minister; vice premier. *N.* o termo *vice premier* é empregado para designar o cargo de vice-primeiro-ministro em determinados países, como na República Popular da China.

visita de estado

- ◆ state visit

visita de trabalho

- ◆ working visit

Organizações internacionais, blocos e associações de países**Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)**

- ◆ Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)

BRICS. *N.* sigla formada pelas iniciais, em inglês, de *Brazil, Russia, India, China, South Africa* (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul).

- ◆ BRICS

Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

- ◆ Community of Latin American and Caribbean States (CELAC)

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

- ◆ Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP); Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP). *Sin.* Community of Portuguese Language Countries (CPLP).

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

- ◆ Economic Community of West African States (ECOWAS)

Liga dos Estados Árabes

- ◆ League of Arab States

Mercosul. *N.* acrônimo de Mercado Comum do Sul.

- ◆ Mercosur

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

- ◆ Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO)

Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)

◆ International Civil Aviation Organization (ICAO)

Organização das Nações Unidas (ONU)

◆ Organization of the United Nations; United Nations

Organização dos Estados Americanos (OEA)

◆ Organization of American States (OAS)

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

◆ International Labor Organization (ILO)

Organização Mundial da Saúde (OMS)

◆ World Health Organization (WHO)

Organização Mundial do Comércio (OMC)

◆ World Trade Organization (WTO)

União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)

◆ Union of South American Nations (UNASUR)

CONCLUSÃO

A partir de um *corpus* composto de notas à imprensa veiculadas pelo Ministério das Relações Exteriores, analisamos as especificidades da linguagem presente nesse *corpus* e elaboramos um glossário bilíngue português-inglês com os termos nele identificados. Essa linguagem se mostrou veiculadora de uma terminologia específica da atividade diplomática e também de outros campos de conhecimento, como economia, comércio, direito e política. Ainda que tenhamos identificado termos próprios da atividade objeto deste estudo, a conceitualização da Diplomacia como ‘método’, ‘prática’, e não como ‘disciplina’ ou ‘área de estudo’ propriamente dita, causou-nos desconforto em caracterizar este glossário como “diplomático”.

Em relação ao trabalho do tradutor, o qual deverá obter o conhecimento terminológico necessário para desempenhar uma tradução precisa, constatamos que essa linguagem apresenta alguns desafios. Como exemplo, destacamos a multidisciplinaridade, que amplia o escopo da pesquisa temática do tradutor; a dificuldade de identificar a designação de certos conceitos, necessários ao entendimento do assunto e da respectiva terminologia, resultante, provavelmente, da necessidade de maior consolidação terminológica para a atividade diplomática; a dificuldade de delimitar o termo e de distingui-lo do não termo (necessário também ao desempenho terminológico do tradutor), tendo em vista as estruturas sintagmáticas nominais e verbais presentes nesta linguagem, conforme descrevemos. Além desses desafios, pelos quais qualquer tradutor desse tipo de linguagem poderá enfrentar, o público-alvo das notas à imprensa acrescenta outro obstáculo ao tradutor daquele Ministério, em particular. Isso porque o caráter heterogêneo do público-alvo das notas (que inclui corpo diplomático, imprensa, leigos, público em geral interessado no assunto, entre outros), dificulta a identificação, por parte do tradutor, do leitor das notas traduzidas, podendo comprometer suas escolhas tradutórias, a exemplo dos cargos homólogos ao Ministro das Relações Exteriores ou do par de termos ‘estado-membro’ e ‘país-membro’.

Com vistas à caracterização das especificidades da linguagem presente nas denominadas ‘notas à imprensa’ e à elaboração de um repertório terminológico bilíngue referente a essa linguagem, adotamos um estudo direcionado por *corpus*, em que os termos para o glossário advêm de um conjunto textual previamente compilado. Nesse caso, o *corpus*, de forma empírica, e não o especialista da área, nos indicou os termos pertinentes à temática estudada. Isso se comprovou pelos padrões de combinações linguísticas que observamos no *corpus*, bem como respectivas frequências de ocorrência, embora este não tenha sido o fator decisivo. Assim

sendo, a este critério aliamos nossos conhecimentos sobre o tema e experiência com as notas para, então, determinarmos quais sintagmas fariam parte do repertório terminológico. Esta pesquisa também percorreu algumas áreas de estudo que contribuíram, em diferentes aspectos, ao arcabouço teórico e à metodologia e acrescentaram, cada qual, elementos necessários à consecução dos objetivos deste trabalho. Os Estudos da Tradução, em primeiro lugar, se mostraram uma área tão multifacetada quanto a linguagem que escolhemos estudar, que não se limita a teorias tradutórias e a discussões sobre a equivalência, mas que abrange um leque de contribuições advindas da Linguística, Lexicologia, Terminologia, Informática, entre outras disciplinas. A Terminologia, em especial, a Teoria Comunicativa da Terminologia, direcionou nossa metodologia de identificação de termos sob a perspectiva cognitiva e comunicativa, ou seja, de modo a contemplarmos os termos como unidades transmissoras de conceitos próprios a um ambiente de comunicação específico. Por fim, a Linguística de *Corpus*, por meio de contextos linguísticos e evidências estatísticas presentes em *corpus*, forneceu exemplares dessa linguagem especializada, abrindo, conseqüentemente, uma nova perspectiva de identificação de termos.

Como mencionamos, a linguagem que buscamos descrever se revelou multidisciplinar e, ao mesmo tempo, de difícil compreensão e tratamento terminológico, tendo em vista a carência de definições de diversos conceitos na respectiva literatura. Nesse sentido, a pesquisa temática e a ajuda de especialistas foram essenciais para contornarmos esse obstáculo. Quanto ao aspecto bilíngue da pesquisa, o uso de *corpora* paralelos na detecção de equivalentes, e de *corpora* comparáveis, para a posterior validação dos termos, exerceu papel primordial neste trabalho, uma vez que esses *corpora* demonstraram a funcionalidade contextual dos termos nas duas línguas. À funcionalidade do termo em contexto aliamos, conforme o caso, a equivalência conceitual, identificada por meio de pesquisa pontual, necessária para se atestar a equivalência do termo na língua de chegada. Entretanto, o processo de levantamento terminológico bilíngue com base em *corpora* paralelos é passível de reflexões no que tange à equivalência, uma vez que muitos dos contextos existentes nesses *corpora* refletem escolhas tradutórias na língua de chegada, e não necessariamente uma escolha terminológica bilíngue propriamente dita. Nesse sentido, constatamos que a extração de equivalentes por meio de um *corpus* traduzido (*corpus* paralelo) é suscetível a escolhas do tradutor, presentes nas traduções que compõem esse *corpus*. Isso porque os equivalentes elencados com base em traduções podem direcionar a validação de termos no *corpus* comparável, a exemplo dos equivalentes que identificamos, em nosso *corpus* paralelo, para ‘país-membro’. Além disso, observamos que o uso da frequência de ocorrência em *corpus* para validar equivalentes é suscetível a exceções, haja vista que, a depender do

contexto de uso, o termo validado conforme esse critério pode não ser a escolha mais adequada, como detectamos no caso de ‘secretaria de estado’. Ainda que esse processo culmine com a validação terminológica em *corpora* paralelos, é essencial que o tradutor assuma papéis de especialista e de terminólogo, no sentido de conhecer bem o tema, a terminologia do assunto e o funcionamento dos termos na linguagem em questão, de modo que diferencie o equivalente tradutório do equivalente terminológico, tendo em vista que a unidade terminológica pode coincidir com a unidade de tradução, mas não se confunde com ela.

Ao longo desta pesquisa, também percorremos todas as etapas pertinentes a um trabalho terminológico, tais como pesquisa temática, elaboração de sistema conceitual, processamento e reconhecimento terminológico, como modo de testarmos os meios que nos levariam à consecução de uma ferramenta terminológica direcionada ao tradutor. Ao adotarmos essa metodologia, não almejamos, contudo, normatizar uma terminologia para a atividade, mas identificar uma linguagem própria às notas à imprensa e preparar um material de referência ao tradutor.

Esperamos que esta pesquisa direcionada por *corpus* linguístico contribua para o melhor entendimento da linguagem profissional do meio diplomático e que o glossário resultante dela não sirva apenas de referência aos tradutores, mas abra caminho para a elaboração de outros repertórios terminológicos que contemplem diferentes modalidades textuais dessa linguagem, e, assim, promovam uma maior consolidação terminológica dessa atividade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G.M. B. O percurso da terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. **TradTerm**, São Paulo, v.9, p. 211-222, 2003.

ALUÍSIO, S.M.; ALMEIDA, G.M.B. O que é e como se contrói um *corpus*? Lições aprendidas na compilação de vários *corpora* para pesquisa linguística. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 4, n. 3, p.156-178, 2006.

ALVES, F.; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. **Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação**. São Paulo: Contexto, 2003.

AUBERT, F. H. **Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngue**. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.

BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BARROS, L. A. Estruturas morfossintáticas e léxico-semânticas dos termos da Dermatologia. In: ISQUIERDO, A. N.; ALVES, E. M (Org.) **As ciências do léxico – Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. 1. ed, v. III. Campo Grande: UFMS, 2007. p. 397-407.

BASSNETT, S. **Translation studies**. London: Routledge. Third edition, 2002.

BATALHA, M.C.; PONTES JR., G. **Tradução**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BEVILACQUA, C.R. Unidades fraseológicas especializadas: estado da questão em relação a sua definição, denominação e critérios de seleção. **TradTerm**, v. 11, p. 237-253, 2005.

_____ Unidades Fraseológicas Especializadas: novas perspectivas para sua identificação e tratamento. **Organon**, Porto Alegre, v. 26, p. 119-132, 2000.

_____ **Unidades fraseológicas especializadas eventivas: descripción y reglas de formación em el ámbito de la energía solar**. 2004. 242 f. Tese de doutorado em linguística aplicada (léxico). Universidad Pompeu Fabra. Barcelona-Porto Alegre. 2004.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 9. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

BORBA, F.S. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BURHANUDEEN, H. Diplomatic Language: an insight from speeches used in international diplomacy. **Akademika**, n. 67, p. 37-51, 2006.

CABRÉ, M.T. **La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos**. Barcelona: Institut Universitari de Linguística Aplicada - Universitat Pompeu Fabra, 1999a.

_____. **Terminology: theory, methods and applications**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999b. Tradução de: La Terminologia: la teoria, els mètodes, les aplicacions.

_____. Investigar en terminología: posibilidades y líneas de trabajo. In: ORTEGA, E. **Panorama actual de la investigación en traducción e interpretación (volumen I)**. Granada: Editorial Atrio, S. L., 2003a. p.495-512.

_____. Theories of Terminology: their description, prescription and explanation. **Terminology. International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication**, v. 9, issue 2, p.163-199, 2003b.

CAMPO, A. **The Reception of Eugen Wüster's work and the development of terminology**. 2012. 320f. Tese de doutorado em tradução, opção em terminologia. Universidade de Montreal, Montreal, 2012.

CAMPOS, G. **O que é tradução**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARVALHO, E. M. Diplomacia e multilinguismo no Direito Internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 49, n.2, p.178-195, 2006.

DICIONÁRIO MELHORAMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Melhoramentos, 1988.

EVANS, G.; NEWHAM, J. **The Penguin Dictionary of International Relations**. London: The Penguin Books, 1998.

FARHAT, S. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

FAULSTICH, E. **Base metodológica para pesquisa em socioterminologia: termo e variação**. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GENTZLER, E. **Teorias Contemporâneas da Tradução**. 2. ed. rev. São Paulo: Madras, 2009.

JABER, K.S.A. Language and Diplomacy. In: KURBALIJA, J.; SLAVIK, H. **Language and diplomacy**. Malta: DiploProjects. Mediterranean Academy of Diplomatic Studies, 2001.p. 49-54. Disponível em: < <https://www.diplomacy.edu/>>. Acesso em: 20 jun.2016.

KRIEGER, M. G. Do ensino da terminologia para tradutores: diretrizes básicas. **Cadernos de Tradução**, Santa Catarina, v. 17, p. 189-206, 2006.

_____. Terminologias em construção: procedimentos metodológicos. In: VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABECAN, 2005, Gramado. Brasil/Canadá: visões, paisagens e perspectivas do Ártico ao Antártico. Rio Grande: ABECAN, 2005.

KRIEGER, M.G.; FINATTO, M.J.B. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

LAMBERTI, F. Os princípios da pesquisa terminológica aplicados ao ensino da prática de tradução de textos técnicos e científicos. In: ROSCOE-BESSA, C.;BELL-SANTOS, C.; LAMBERTI, F. (Org.). **A tradução em contextos especializados**. Brasília: Verdana, 2015. p. 125-134.

LANDLER, M. Experts say full disclosure may not always be best tactic in Diplomacy. **The New York Times**, New York, 6 jun. 2009. Disponível em: <www.nytimes.com/2009/06/07/world/middleeast/07diplo.html>. Acesso em: 11 fev. 2017.

LARA, M. L. G. Novas relações entre terminologia e ciência da informação na perspectiva de um conceito contemporâneo da informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 2, 2006.

LOBATO, L. M. P. **A semântica na linguística moderna: o léxico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1977.

LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MATUDA, S.; TAGNIN, S. A terminologia do futebol: um estudo direcionado pelo *corpus*. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 30, n. 2, p. 214-243, 2014.

MELLO, R. F. **Dicionário de direito internacional público**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1962.

NICK, S. Use of language in dipomacy. In: KURBALIJA, J.; SLAVIK, H. **Language and diplomacy**. Malta: DiploProjects. Mediterranean Academy of Diplomatic Studies, 2001. p. 39-47. Disponível em: < <https://www.diplomacy.edu/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NICOLSON, H. **Diplomacy**. London, Oxford, New York: Oxford University Press, 3rd edition, 1969.

OUSTINOFF, M. **Tradução: História, teorias e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

PAVEL, S.; NOLET, D. **Manual de terminologia**. Canadá: Public Works and Government Services, 2002. Disponível em: <http://www.btb.gc.ca/btb.php?lang=eng&cont=692>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

PIERROTI-GARCIA, A. J. O uso de *corpus* customizado como fonte de pesquisa para tradutores. **Confluências: Revista de Tradução Científica e Técnica**, São Paulo, n. 3, p.62-79, 2005.

PLANO, J.C.; OLTON, R. **The International relations dictionary**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1969.

RANA, K.S. Language, Signaling and Diplomacy. In: KURBALIJA, J.; SLAVIK, H. **Language and diplomacy**. Malta: DiploProjects. Mediterranean Academy of Diplomatic Studies, 2001. p. 107-115. Disponível em: < <https://www.diplomacy.edu/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

REMENCHE, M.L.R. Terminologia: Reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. **TradTerm**, São Paulo, v. 16, p. 343-364, 2010.

SAGER, J. C. **A Practical Course in Terminology Processing**. Amsterdam: J. Benjamins, 1990.

SARDINHA, T. B. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

SERPA, O. F. **Gramática da língua inglesa**. 8 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1988.333p.

SILVA, F.F.; BARROS, L.A. É possível a equivalência perfeita português-francês entre termos do domínio da dermatologia? **Estudos Linguísticos XXXIV**, p.668-673, 2005.

STREHLER, R; GOROVITZ, S. **Manual do RepLET: acompanhado de elementos de lexicologia e de terminologia**. Brasília: Centro Editorial, 2011.

TAGNIN, S. E. O. Os *corpora*: instrumentos de auto-ajuda para o tradutor. **Cadernos de Tradução**. Florianópolis, v. 9, n.2002/1, p. 191-213, 2003. Disponível em: <<http://www.cadernos.ufsc.br>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

_____.A produção de glossários direcionados pelo *corpus* e orientados ao tradutor como metodologia de formação de tradutores. In: X ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES/IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE TRADUTORES, Ouro Preto, 2009. Anais do X Encontro Nacional de Tradutores / IV Encontro Internacional de Tradutores. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2009. p. 1079-1093. TAGNIN

_____.Glossário de Linguística de *Corpus*. In: VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: HUB Editorial, 2010. p. 357-361. TAGNIN

_____. A identificação de equivalentes tradutórios em *corpora* comparáveis. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAPUI, 2007, Belo Horizonte. Anais do I Congresso Internacional da ABRAPUI, 2007. Disponível em: <www.fllch.usp.br/dlm/comet>. Acesso em: 6 abr. 2016. TAGNIN

TAGNIN, S. E. O. ; TEIXEIRA, E. D. Translator-oriented, *corpus*-driven technical glossaries: the case of cooking terms. **Corpora**, Edinburgh, v. 7, p. 51-67, 2012.

TAGNIN, S.E.O. ; MURAKAMI, D.S. Linguística de *Corpus* e ensino: a compilação de um *corpus* de especialidade para preparação e implementação de um curso preparatório rápido para exame de proficiência. **Letras & Letras**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 349-366, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

TOGNINI-BONELLI, E. **Corpus Linguistics at work**. Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

ZAMORA, R.E.M. Entre a unificação a diversidade: algumas considerações sobre práticas terminográficas. **Tradução e comunicação - revista brasileira de tradutores**, Campinas, n. 24, 2012.